Coordenadores:
Luciano Lourenço
Pedro Patrício

XI ENCONTRO NACIONAL de RISCOS

Incêndios em Estruturas. Aprender com o Passado

RISCOS
Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança
Coimbra, 2018

Ao recordar o **Incêndio do Chiado**, 30 anos depois de ele ter acontecido, bem como outros importantes incêndios que afetaram estruturas da cidade de Lisboa e de outras prestigiadas cidades, em diferentes continentes, queremos revisitar esses acontecimentos nefastos para deles retirar os ensinamentos que podem transmitir e, com base nessas experiências, extrair as devidas lições e, assim, *aprender com o passado*.

Entre outros objetivos, esta obra visa analisar:

i. Alguns dos incêndios mais marcantes que tiveram lugar em edifícios da cidade de Lisboa;
ii. Outros importantes incêndios registados em estruturas de várias cidades;
iii. Aspetos relacionados com as técnicas de combate e a segurança dos combatentes;
iv. A forma de divulgação da informação e o papel da comunicação social na disseminação das notícias;
v. A reabilitação urbana das áreas incineradas e as transformações do espaço inerentes à reconstrução.

Desta forma, a obra apresenta uma visão multidisciplinar da problemática inerente aos "incêndios em estruturas" que, por vezes, também são mencionados como "incêndios em edifícios" e, ainda, como "incêndios urbanos", uma nomenclatura que também merece reflexão, pois carece de clarificação e uniformização, para maior precisão destes conceitos, uma discussão para a qual este volume também contribui.

RISCOS

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DE RISCOS, PREVENÇÃO
E SEGURANÇA

Estruturas Editoriais | Editorial Structures
Estudos Cindínicos

Diretor Principal | Main Editor
Luciano Lourenço
RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança

Diretores Adjuntos | Assistant Editors
António Amaro, Adélia Nunes, António Vieira, Fátima Velez de Castro
RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança

Assistente Editorial | Editoral Assistant
Fernando Félix
RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança

Comissão Científica | Editorial Board

Adélia Nunes
Universidade de Coimbra

Ana Meira Castro
Instituto Superior de Engenharia do Porto

António Betâmio de Almeida
Instituto Superior Técnico, Lisboa

António Duarte Amaro
Escola Superior de Saúde do Alcoitão

António Vieira
Universidade do Minho

Cármen Ferreira
Universidade do Porto

Fátima Velez de Castro
Universidade de Coimbra

Helena Fernandez
Universidade do Algarve

Humberto Varum
Universidade de Aveiro

José Simão Antunes do Carmo
Universidade de Coimbra

Luciano Lourenço
Universidade de Coimbra

Romero Bandeira
Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Porto

Tiago Ferreira
Universidade do Minho

Tomás de Figueiredo
Instituto Politécnico de Bragança

Antenora Maria da Mata Siqueira
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Carla Juscélia Oliveira Souza
Universidade de São João del Rei, Brasil

Esteban Castro
Universidade de Newcastle, Reino Unido

José António Vega
Centro de Investigación Forestal de Lourizán, Espanha

José Arnaez Vadillo
Universidade de La Rioja, Espanha

Lidia Esther Romero Martín
Universidade Las Palmas de Gran Canaria, Espanha

Miguel Castillo Soto
Universidade do Chile

Monserrat Díaz-Raviña
Inst. Inv. Agrobiológicas de Galicia, Espanha

Norma Valencio
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Ricardo Alvarez
Univ. Atlântica, Florida, Estados Unidos da América

Victor Quintanilla
Universidade de Santiago de Chile, Chile

Virginia Araceli García Acosta
CIESAS, México

Xavier Ubeda Cartañà
Universidade de Barcelona, Espanha

Yvette Veyret
Universidade de Paris X, França

LUCIANO LOURENÇO
PEDRO PATRÍCIO
(COORDS.)

estudos CINDÍNICOS

INCÊNDIOS EM ESTRUTURAS

APRENDER COM O PASSADO

Edição
RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança
Email: riscos@riscos.pt
URL: https://www.riscos.pt/publicacoes/sec/

Coordenação Editorial
Luciano Lourenço e Pedro Patrício

Imagem da Capa
Karine Nieman

Pré-impressão
Fernando Félix

Execução Gráfica
Simões & Linhares, Lda.

ISSN
2184-5727

DOI (Série)
https://doi.org/10.34037/978-989-54295-1-6

Depósito Legal
447369/18

ISBN
978-989-20-8918-8

ISBN Digital
978-989-20-8919-5

DOI
https://doi.org/10.34037/978-989-20-8919-5_1

©Dezembro 2018 (2.ª Edição), RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança

SUMÁRIO

PREFÁCIO 7

Incêndios em edifícios – lições aprendidas
Vítor Primo, Nuno Filipe de Sousa e Maria de Fátima Januário 9

O incêndio da rua da Magdalena – 1907. Retrospetiva de grandes incêndios em estruturas na cidade de Lisboa
Miguel Gil 29

40 anos após o incêndio da Politécnica. Renascer das cinzas em ciências
Júlia Alves 49

30 anos depois do incêndio do Chiado. Que lições retirar?
Carlos Silva e Pedro Pedro 69

E se o "Chiado" fosse hoje? Estaremos agora melhor preparados?
Pedro Patrício e Alberto Militão 107

O incêndio do Chiado nos jornais: a narrativa de uma catástrofe
Ana Teresa Peixinho 139

PREFÁCIO

A realização do XI Encontro Nacional de Riscos na cidade de Lisboa, em co-organização com o Regimento de Sapadores Bombeiros, vem reforçar o carácter descentralizado e a cooperação institucional que, desde os primeiros tempos, a RISCOS quis imprimir a este tipo de reuniões técnico-científicas.

Mais recentemente, os Encontros Nacionais de Riscos entraram numa nova fase, que se pretende estabilizar em torno de aspectos que passaram a individualizá-los, quer por se terem autonomizado em relação a outras reuniões científicas organizadas pela RISCOS, quer por virem a assumir uma periodicidade anual, e, sobretudo, pela especificidade que passaram a reunir, devida ao facto de pretenderem "aprender com o passado", o denominador comum que passou a caraterizá-los e cujos temas, a abordar nessa óptica, devem corresponder a riscos cujas efemérides de plenas manifestações se celebrem no ano em causa.

Deste modo, se o último Encontro teve como mote o "Acidente de Alcafache - 30 anos depois", o XI acontece no ano em que também se cumprem 30 sobre o incêndio do Chiado. O próximo, em 2019, terá como temática o risco sísmico, já que decorrem várias efemérides com ele relacionadas.

Se o anterior Encontro deu um passo importante em relação aos que o antecederam e que teve a ver com a publicação em livro das conferências nele proferidas, desta vez fizemos mais um pequeno mas significativo progresso, o qual diz respeito à edição do livro em tempo oportuno, de modo a permitir a sua distribuição no início do Encontro, e não uns meses depois, desiderato que pretendemos manter nas próximas realizações.

Assim, após este breve introito, diremos que o objetivo deste Encontro, à semelhança do que sucedeu com o anterior e daquilo que será expectável nos próximos, visa revisitar um acontecimento nefasto, para dele retirar os ensinamentos que pode transmitir e, assim, aprender com essa experiência.

Tendo em conta que, neste caso, se trata de um incêndio que decorreu na cidade de Lisboa, aproveita-se o ensejo para também revisitar outros importantes incêndios que decorreram tanto nessa cidade como noutras, para de todos eles retirar lições e, assim, "aprender com o passado".

Além dos aspetos técnicos ligados ao combate a incêndios, procede-se a uma análise histórica de alguns incêndios que ficaram gravados na memória. Discutem-se questões da segurança e da comunicação da informação e termina-se com a reabilitação urbana da área afetada pelo incêndio do Chiado, cobrindo a tripla perspetiva de antes, durante e depois da manifestação do risco.

Por outro lado, o XI Encontro também pretende contribuir para a discussão e clarificação do termo que será mais adequado para designar este tipo de incêndios, conhecidos tanto por "Incêndios em Estruturas" como por "Incêndios Urbanos", denominação que importa uniformizar. Trata-se de uma discussão que não pode ficar encerrada, mas será a dar pequenos passos que se percorre o caminho e este será mais um pequeno contributo nesse sentido.

Esperemos que outros se lhe sigam

Luciano Lourenço
Pedro Patrício

INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS – LIÇÕES APRENDIDAS

BUILDING FIRES - LESSONS LEARNED

Vítor Primo
Bombeiros Sapadores e Proteção Civil de Vila Nova de Gaia (Portugal)
vitorprimo45@gmail.com

Nuno Filipe de Sousa
Bombeiros Sapadores e Proteção Civil de Vila Nova de Gaia (Portugal)
nunopintodesousa@hotmail.com

Maria de Fátima Januário
Bombeiros Sapadores e Proteção Civil de Vila Nova de Gaia (Portugal)
kindinha7@gmail.com

Resumo: Quando equacionamos a questão da segurança em contexto urbano, de pessoas, do ambiente e do património cultural, o incêndio em edifícios constitui um dos riscos mais significativos a considerar. O seu conhecimento e das principais características que o envolvem são determinantes a uma adequada postura preventiva e ao estabelecimento de métodos e técnicas de percepção e intervenção que sejam eficazes e minimizem os danos ao mesmo subjacentes. As estatísticas disponíveis permitem conhecer algumas das principais linhas de incidência deste tipo de ocorrências. Desde já os ensinamentos colhidos de algumas destas, mais relevantes, permitem refletir e introduzir ajustes na regulamentação, nos modelos de prevenção e nas técnicas de combate a incêndio individuais e colectivas. Neste contexto fazemos aqui a análise possível de alguns incêndios urbanos na perspetiva das lições aprendidas e a aprender.

Palavras-chave: Incêndios urbanos, conhecimento, prevenção, intervenção.

DOI: https://doi.org/10.34037/978-989-20-8919-5_1_1

Abstract: When we look at the issue of safety in an urban context, with people, the environment and cultural heritage, a building fire is one of the most significant risks to consider. Knowing about it and about the main characteristics involved are crucial to adopting an appropriate preventive attitude and establishing effective methods and techniques of insight and intervention that can minimize the damage that accompanies it. The available statistics tell us some the main lines of incidence of this type of occurrence. The lessons learned from some more relevant occurrences now enable us to reflect and introduce changes in regulations, prevention models, and individual and collective firefighting techniques. In this context, this paper sets out the possible analysis of some urban fires, based on the lessons learned and to be learned.

Keywords: Urban fires, knowledge, prevention, intervention.

Introdução

O risco de incêndio em edifícios é um dos mais significativos no contexto da segurança em meio urbano acompanhando, através da história, a humanidade ao longo do seu percurso. Apesar de todos os desenvolvimentos científicos e tecnológicos constata-se que não tem sido possível controlá-lo de forma a tonar o seu impacto residual. Neste já de si difícil exercício de domínio do risco a introdução de novos materiais na construção de edifícios e a generalização do uso de plásticos e outros materiais compostos incrementou riscos e, daqui decorrente, preocupações acrescidas.

A segurança contra incêndio em edifícios constitui um domínio do conhecimento técnico multidisciplinar que integra, para além de diferentes áreas da engenharia, a própria arquitetura que, em conjugação, concebem edifícios e espaços que permitem a sua utilização em adequadas condições de segurança, envolvendo domínios do saber tão distintos como a resistência ao fogo dos elementos estruturais, a reação ao fogo dos materiais de construção, a evacuação de efetivos, a deteção e alarme de incêndio, o controlo de fumo, a extinção e o comportamento das pessoas em situação de emergência.

Uma característica importante do estudo deste risco prende-se com a incerteza inerente aos diversos factores envolvidos, sendo por esta razão determinante conhecer o histórico em sede de incêndios ocorridos pois, a partir deste, é possível retirar informação de relevância significativa que permita a adopção de medidas que melhorem a resposta, não só em termos de medidas preventivas, de campanhas de informação e sensibilização do público como também da busca e introdução de inovações tecnológicas ou de formas de intervenção mais eficazes.

A análise das estatísticas existentes permite conhecer algumas das principais linhas de incidência deste tipo de ocorrências. Em Portugal esta informação não é fácil de obter porque não existe nenhum modelo de relatório padrão que seja preenchido por todos os Corpos de Bombeiros para as ocorrências de incêndio urbano que possibilitem a extração de informação relevante para a investigação no domínio das causas, das consequências, da propagação e da eficácia dos meios de segurança, entre outros.

O desenvolvimento de um modelo que permita tratar o problema da probabilidade de ocorrência de incêndio deveria decorrer, em primeira análise, do correto conhecimento e caracterização das ocorrências de incêndio em meio urbano registadas em Portugal.

Neste domínio é de realçar a existência de 3 estudos de análise estatística dos incêndios urbanos ocorridos na cidade do Porto, em diferentes períodos de tempo, a saber: 1988 a 1992 (Meireles Pereira), 1996 a 2006 (Vítor Primo) e 2007 a 2012 (Eduardo Fonseca).

A partir das conclusões destes trabalhos podemos fazer alguns exercícios de extrapolação para um melhor conhecimento e caraterização da realidade dos incêndios urbanos em Portugal.

Em relação à distribuição de acordo com a utilização dos edifícios, os números revelam que a esmagadora maioria das ocorrências acontece no interior de habitações (fig. 1). Esta conclusão revela uma linha especial de preocupação quando verificamos que, na generalidade, a atual legislação de segurança contra incêndio não se aplica aos espaços habitacionais, o que, na nossa perspetiva, é uma clara fragilidade da atual regulamentação.

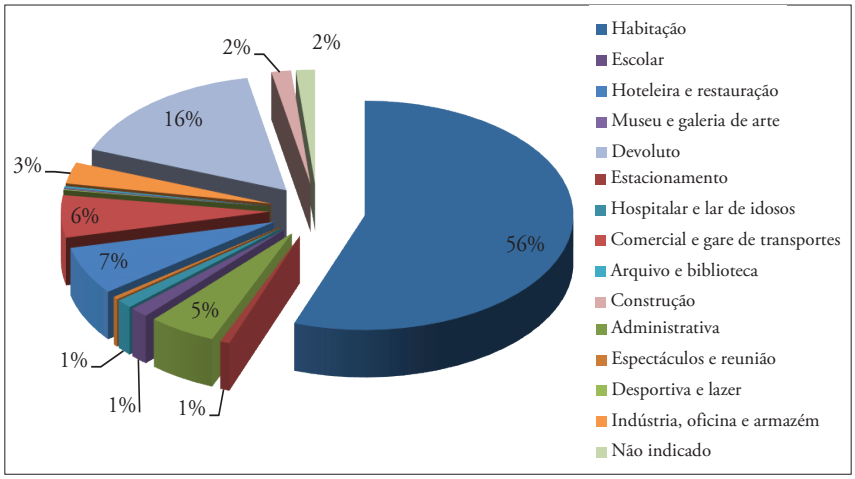


Fig. 1 - Distribuição dos incêndios em edifícios no Porto por utilização-tipo, 1996-2006.

***Fig. 1** - Distribution of building fires in Porto according to the type of use of the buildings, 1996-2006.*

Relativamente às causas do sinistro, a "Indeterminada" ou "Desconhecida" são as mais comuns (fig. 2). Este resultado é consequência das dificuldades que o responsável pelas operações de socorro enfrenta para, depois de extinto o incêndio, determinar a respetiva causa. Muitas vezes, em face da falta de informação, das dúvidas suscitadas e do estado de destruição verificado, não lhe resta qualquer alternativa sustentada que lhe permita ir mais além na sua conclusão. Em termos práticos daqui resulta um grande desconhecimento sobre as causas reais subjacentes a este tipo de ocorrências. Neste contexto, é pertinente e urgente pensar como estudar, de forma concreta, um risco cujas causas concretas desconhecemos!

Das causas determinadas e registadas em relatórios verifica-se que a mais significativa se relaciona com o descuido. Este resultado é o reflexo natural do elevado número de ocorrências relacionadas com a preparação de refeições e outros descuidos relacionados com velas, aparelhos de aquecimento, lareiras e trabalhos de remodelação em que se recorre ao emprego de chama nua ou de outras fontes de calor sem os necessários cuidados de segurança. Seguem-se em termos percentuais as causas relacionadas com as instalações e aparelhos elétricos.

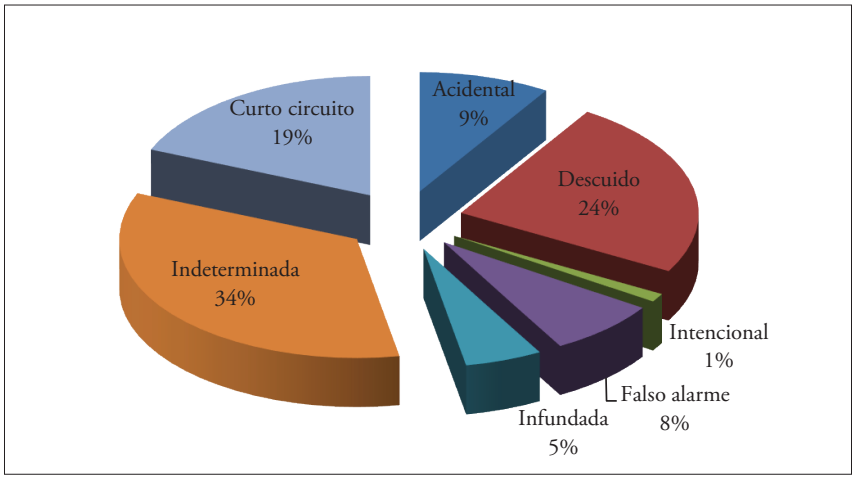


Fig. 2 - Causas dos incêndios em edifícios no Porto, 1996-2006.
Fig. 2 - *Distribution of the causes of building fires in Porto, 1996-2006.*

Em edifícios de habitação a maior percentagem de ocorrências regista-se na cozinha e subjacente a estes estão, como acima referido, descuidos na preparação das refeições. Apesar deste elevado número de ocorrências estas traduzem-se, normalmente, em pequenos danos e baixos índices de propagação porque as pessoas estão normalmente presentes no local e despertas para uma intervenção ou alerta precoce.

A maior parte dos casos com vítimas mortais acontece em quartos e salas e sobretudo durante a madrugada, quando as pessoas estão a dormir e, portanto condicionadas na sua capacidade de perceção e reação ao sinistro. A informação constante dos relatórios não permite extrair conclusões significativas sobre as causas, mas de acordo com as informações recolhidas junto daqueles que intervieram nos locais, os indícios apontam para descuidos com cigarros ou velas e para deficiências na instalação elétrica ou em eletrodomésticos, sobretudo aparelhos de aquecimento, destacando-se destes os cobertores elétricos e aquecedores. Segundo as mesmas fontes, a principal causa de morte é a intoxicação pelo fumo e gases tóxicos resultantes da combustão de colchões, roupas de cama ou ainda mobiliário estofado.

Face aos resultados constatados torna-se necessário adotar medidas que permitam melhorar o conhecimento dos incêndios urbanos, contribuindo para a redução do número de ocorrências e limitando as suas consequências, nomeadamente as seguintes:

- Implementar um sistema nacional de recolha e análise de dados decorrentes dos incêndios urbanos;
- Reforçar a formação dos elementos de comando e chefia dos bombeiros no que se refere à determinação das causas de incêndio;
- Realizar campanhas de sensibilização direcionadas às habitações que estimulem a adoção de medidas preventivas que, se implementadas, reduzam o risco de incêndio;
- Consolidar estudos no domínio da dimensão sociológica dos incêndios urbanos com vista a identificar os principais grupos de risco;
- Reforçar a intervenção preventiva junto dos grupos de risco identificados, nomeadamente as famílias mais carenciadas, os idosos e as famílias que integram idosos ou crianças de pouca idade.

Reafirma-se a importância de ter um conhecimento rigoroso da realidade dos incêndios urbanos em Portugal, facto que só será possível se for implementada uma base de dados nacional e o tratamento centralizado da informação. Para que este objetivo seja alcançado é necessário que exista um relatório tipo que seja aplicado universalmente por todos os Corpos de Bombeiros e que estes estejam preparados para recolher e registar informação mais detalhada sobre os incêndios em meio urbano.

Uma outra linha de análise deste risco é aquela que parte do estudo dos grandes incêndios em edifícios que, pelo seu impacto, são geradores de uma ampla reflexão no sentido de conduzir à melhoria de todas as variáveis envolvidas no conhecimento e controlo deste risco. Foi isto que aconteceu em Portugal com o incêndio do Chiado o qual constitui um marco fundamental na mudança de paradigma e que incrementou, a todos os níveis, as condições de segurança a implementar no parque edificado e a edificar.

Neste breve texto relembra-se um incêndio de grande dimensão ocorrido no Porto, aproximadamente 100 anos antes do Chiado: o incêndio no Teatro Baquet. Serão também abordados dois incêndios marcantes registados em Vila Nova de

Gaia: o incêndio da fábrica de estatuetas Marfiniti, em que 4 bombeiros perderam a vida e o incêndio ocorrido na loja Conforama por se tratar de um estabelecimento de construção recente que ficou totalmente destruído.

A partir destas ocorrências procura-se sistematizar algumas lições aprendidas ou, melhor dizendo, algumas lições a aprender para melhor conhecer, prevenir e atuar.

O incêndio no Teatro Baquet

O incêndio no Teatro Baquet, ocorrido na noite de 20 para 21 de Março de 1888, transformou-se numa das maiores tragédias recentes ocorridas na cidade do Porto. Existem referências a 120 vítimas mortais num acontecimento dramático que despoletou um amplo movimento de solidariedade que, inclusivamente levou, à cidade do Porto, a rainha Maria Pia.

O teatro foi mandado erigir por António Pereira, um portuense empreendedor que esteve emigrado em Espanha, de onde regressou casado com uma senhora de quem mais tarde adotou o sobrenome Baquet, supondo-se que por uma questão de marketing. Exercendo a arte de alfaiate fundou a primeira loja de pronto-a-vestir e mandou construir o teatro, que recebeu o seu nome, no quintal que possuía na Rua de Santo António, hoje Rua 31 de Janeiro. Sabe-se que o teatro, de estilo neoclássico (fig. 3), foi construído no prazo extremamente curto de onze meses e que terá sido integralmente custeado por António Pereira Baquet. O espaço foi inaugurado em 1859 e teve uma intensa programação cultural ao longo dos seus 29 anos de existência, sempre dedicado a um público mais popular.

O sr. Baquet faleceu em 1867 e a sua esposa em 1875. Não tendo deixado descendência, o teatro passou para a posse de António Teixeira de Assis, ex-sócio de Baquet que pretendia fazer uma ampla remodelação que não chegou a concretizar por ter morrido precocemente.

O edifício tinha algumas fragilidades de segurança e funcionalidade pelo facto da plateia e do palco se situarem abaixo do plano da rua. Dispunha de 82 camarotes, ao longo de 4 andares, e, ainda, de 414 lugares na plateia. No entanto, para além da entrada, dispunha apenas de uma saída alternativa que era muito sinuosa

e dava para um saguão com ligação a uma pequena viela. Mais tarde foi projetada uma saída para a Rua de Sá da Bandeira, também ela de caraterísticas precárias, mas que nunca chegou a ser construída.

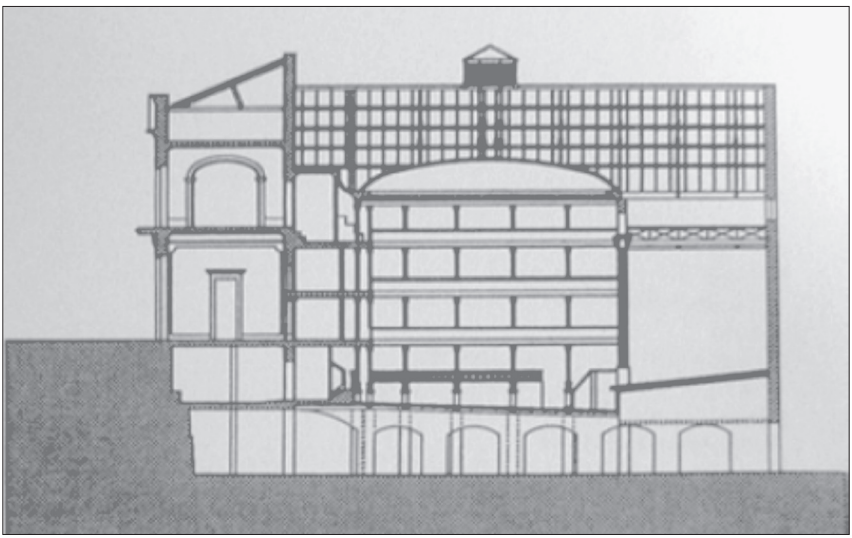


Fig. 3 - Representação em corte do Teatro Baquet (Fonte: Laurinda Ferreira, 2012).
Fig. 3 - *Diagram of the Baquet Theatre (Source: Laurinda Ferreira, 2012).*

Na segunda metade de oitocentos do século XIX, já tinham sido registados 3 grandes incêndios em teatros no Porto mas sem vítimas a lamentar. No próprio Teatro Baquet tinham já ocorrido 5 focos de incêndio desde a inauguração, quase sempre relacionados com a incúria dos funcionários e envolvendo os dispositivos de iluminação a gás ou a cenografia.

Mas, nesta época, este era um cenário recorrente registando-se a destruição pelo fogo de 940 casas de espetáculos ao longo do século XIX. Todos estes incêndios tinham um denominador comum: a falta de medidas de segurança adequadas. Só em 1887 foram registados 18 incêndios em casas de espetáculos. De entre estes salienta-se o incêndio do Teatro *Ópera Comique*, em Paris, em que morreram duzentas pessoas e que despoletou um amplo movimento de reflexão em torno das condições de segurança contra incêndio deste tipo de estabelecimentos.

TABELA I - Incêndios em casas de espetáculos no século XIX

TABLE I - *Fires in buildings used for entertainment purposes in the 19th century.*

Data	Cidade	Casa de espetáculo	Nº de vítimas
14-02-1836	S. Petersburgo	Circo Lehnmann	800
25-05-1845	Cantão	Teatro de Cantão	1670
12-07-1846	Quebec	Teatro Real de Quebec	200
20-02-1847	Carlsruhe	Teatro da Corte	100
07-07-1857	Livorno	Teatro de Livorno	100
1871	Shanghai	Teatro Chinês de Shanghai	120
1872	Tsentsin	Teatro Chinês de Tsentsin	600
05-12-1876	Brooklin	Teatro Conway	278
10-12-1876	Sacramento	Teatro de S. Sacramento	110
23-03-1881	Nice	Teatro de Nice	80
08-12-1881	Viena	Ring Theater	600
10-01-1887	Gotinga	Teatro Comunal de Gotinga	-
16-01-1887	Bucareste	Circo Sidoli	-
19-01-1887	Londres	Teatro de Spitafields	17
12-02-1887	Norchampton	Ópera de Norchampton	-
17-02-1887	Lubiana	Teatro de Lubiana	-
28-03-1887	Gand	Circo de Gand	3
26-05-1887	Paris	Ópera Comique	200
02-06-1887	Odessa	Teatro Comunal de Odessa	-
15-06-1887	Leschin	Circo de Leschin	410
26-06-1887	Roterdão	Sala de Concertos de Roterdão	1
28-06-1887	Rouen	Teatro Lafayette	-
03-07-1887	Cáceres	Teatro de Cáceres	-
09-07-1887	Madrid	Alcazar de Harley	17
28-07-1887	Limburg	Teatro Venloo	-
25-08-1887	Stockport	Ópera de Stockport	-
06-09-1887	Exeter	Teatro Real de Exeter	200
14-09-1887	Calais	Café Concerto de Calais	-
02-11-1887	Hamburgo	Circo de Renz	-

Fonte/*Source*: Jaime Filinto (1888).

Em Portugal, data de 17 de setembro de 1853 a primeira legislação de segurança em teatros e recintos de espetáculos que passavam a ser sujeitos à análise do Inspetor Geral de Incêndios. O regulamento incidia sobre áreas como a compartimentação em relação a edifícios vizinhos, a reação ao fogo dos materiais em determinados locais, os meios de combate com reservatório de água, adequadas condições de evacuação, a presença de um piquete de bombeiros e ainda diversas disposições preventivas que hoje caraterizaríamos como medidas de autoproteção.

Na noite de 20 para 21 de março de 1888, no final do espetáculo e quando o espaço se encontrava completamente lotado, deflagrou um incêndio na caixa de palco originado por "uma bambolina que comunicou com um dos bicos do gás de uma gambiarra". O pano de palco foi descido de imediato mas o público não se apercebeu do sucedido e continuou ruidosamente a pedir "bis". Quando o público se apercebeu do incêndio iniciou-se uma fuga descontrolada que seria ainda prejudicada pela exiguidade das saídas, em número e largura, e pelo desligar da iluminação que era alimentada a gás. Os gases gerados pelos panos e tintas provocaram uma explosão que destruiu a parte superior do teatro e o incêndio tomou rapidamente enormes proporções (fig. 4) e, em menos de duas horas, apenas restavam as paredes do edifício.

Fig. 4 - Incêndio do Teatro Baquet (Fonte: Laurinda Ferreira, 2012).
Fig. 4 - *Fire in the Baquet Theatre (Source: Laurinda Ferreira, 2012).*

Neste, como em todos os acontecimentos desta natureza, tudo o que podia correr mal, correu ainda pior. A primeira intervenção dos maquinistas de palco não foi devidamente realizada, o bombeiro municipal de serviço ao palco fugiu, uma das mangueiras das bocas de incêndio rebentou e as outras não tinham pressão. Um espectador foi chamar os bombeiros mas estes recusaram-se a sair sem que o toque de alerta formal fosse dado a partir da torre da igreja, situação esta que não se concretizou pois as cordas partiram. Neste cenário, a chegada dos bombeiros foi tardia e com equipamento insuficiente para atacar um incêndio daquela dimensão.

Apesar de a estatística oficial contar 96 nomes, o número de vítimas mortais terá sido de 120 resultando a diferença da não identificação de muitas das vítimas que no mesmo pereceram.

Data de 1887 um relatório do Inspetor Geral de Incêndios, Comandante Guilherme Gomes Fernandes, que referia que por "vício ou defeito" têm sido criados regulamentos que não são cumpridos reforçando que "de tanta tolerância e indiferença, nasça uma terrível desgraça que enlute as nossas famílias". Em relação ao Baquet era referida a falta do obturador da boca de cena, falta de mangueiras e bocas de incêndio e um extenso rol de outras desconformidades que nunca chegaram a ser resolvidas.

Com base num trabalho de Guilherme Gomes Fernandes, que há muito tempo vinha reclamando das autoridades a adoção de medidas de proteção nos teatros e locais de reunião pública da cidade, sobretudo depois do incêndio de Paris, foi elaborado ainda em 1888 e depois desta tragédia, um estudo das condições de segurança contra incêndio das casas de espetáculos, constituído por 42 artigos.

Uma das questões que se debateu após a tragédia foi a da responsabilidade de fiscalização das condições de segurança. Era necessário definir se a mesma competia às câmaras municipais se às autoridades administrativas.

Foi publicada a 24 de março uma portaria do ministério do Rei que estabelecia a competência dos governadores civis que deviam intimar os proprietários a resolver as questões, sobretudo de segurança contra incêndio, dentro de determinados prazos que, se não fossem cumpridos, implicariam o seu encerramento.

Das condições potenciadoras deste trágico acontecimento sublinham-se as seguintes:

- Inexistência de saídas em número adequado à lotação do espaço;
- Vias de evacuação muito reduzidas e labirínticas face aos efetivos que o teatro albergava;
- Condições de segurança existentes prejudicadas pelas obras de remodelação realizadas;
- Incapacidade das autoridades para fazer cumprir a regulamentação técnica existente;
- Uso de materiais facilmente inflamáveis, grande desarrumação e acumulação desordenada de elevada carga de incêndio;
- Existência de iluminação a gás sem adequadas medidas de segurança;
- Negligência habitual praticada pelos funcionários adstritos ao palco;
- Inexistência de compartimentação corta-fogo;
- Meios de extinção insuficientes;
- A perceção tardia por parte do público do alarme de incêndio;
- Falta de iluminação, por corte do gás que a suportava.

Como lições aprendidas deste acontecimento e que continuam atuais, sublinha-se:

- Legislação não transposta para a realidade;
- Deficiente conceção dos espaços interiores;
- Ausência de compartimentação corta-fogo;
- Deficiente instalação de meios de intervenção;
- Falta de formação e sensibilidade para a importância da segurança contra incêndio no que concerne à proteção da vida humana.

O incêndio na Fábrica de Estatuetas Marfiniti

Na encosta da Serra do Pilar, junto da ponte Luiz I, constituiu-se desde meados do século XIX um importante polo industrial de Vila Nova de Gaia. Aqui se instalaram diversas industrias, algumas ligadas com atividades de elevado risco de incêndio como fiação, malhas, rolhas, carpintaria, mobiliário, curtumes, capas de palha, tipografias e outras.

A proximidade do rio representaria uma vantagem mas a forte inclinação da escarpa e a dimensão exígua dos arruamentos constituíram uma clara desvantagem no caso de ser necessário intervir. A consciência do risco desta zona levou a que se estabelecesse um quartel dos bombeiros municipais na proximidade. Aqui ocorreram diversos incêndios mas nenhum com a trágica dimensão do de 1995.

Pelas 20 horas do dia 24 de fevereiro de 1995 ocorreu um incêndio na Fábrica de Estatuetas Marfiniti – Manuel Pinto e Filhos, Lda. (fig. 5), situada em Vila Nova de Gaia, na escarpa da Serra do Pilar junto da ponte Luiz I, numa zona de difícil acesso, entre as Ruas do Casino da Ponte e do Cabo Simão.

Fig. 5 - Incêndio da Fábrica de Estatuetas (Fonte: Salvador Almeida).
Fig. 5 - *Fire in Statue Factory (Source: Salvador Almeida).*

Com base no relatório de ocorrência constatou-se que o incêndio teve início numa dependência situada ao nível do arruamento inferior (Rua do Cabo Simão) e, minutos depois, à chegada dos bombeiros, já se estava a propagar aos pisos superiores.

O estabelecimento dos meios de ataque ao incêndio foi realizado pelo arruamento situado na parte superior (Rua do Casino Da Ponte), tendo sido montadas linhas de água a partir do telhado da Fábrica de Cofres Tomás Cardoso, situada

nas traseiras do edifício sinistrado. Vinte minutos após, o incêndio é considerado controlado. Contudo, pelas 21h20 ocorreram várias explosões sucessivas que provocaram a propagação generalizada do fogo e o seu alastramento à Fábrica de Cofres. Verificou-se a queda da laje de cobertura onde se encontrava uma equipa de combate constituída por 3 bombeiros sapadores e um bombeiro voluntário.

A partir daquele momento foi solicitado apoio ao Batalhão de Sapadores Bombeiros do Porto que reforçou o dispositivo e o combate a partir do arruamento inferior.

Muito embora o combate ao incêndio se tenha baseado na utilização extensiva de espuma, verificaram-se violentos reacendimentos devidos aos materiais inflamáveis existentes entre os escombros. Três horas depois o sinistro é dado como circunscrito e pouco depois entra em fase de rescaldo. A partir daí as operações de rescaldo foram conjugadas com as operações de busca pelos corpos dos quatro bombeiros desparecidos.

No combate a este incêndio estiveram envolvidas 42 viaturas e 177 bombeiros e ainda diversas máquinas em apoio às operações de remoção de escombros. A causa deste incêndio nunca chegou a ser determinada mas, segundo a imprensa da época, terá tido origem numa estufa de secagem.

Como fatores relevantes deste trágico incêndio sublinham-se os seguintes:

- O desconhecimento por parte dos bombeiros da tipologia construtiva dos edifícios;
- O desconhecimento do risco acrescido pela existência de grandes quantidades de materiais altamente inflamáveis no interior das instalações;
- A dificuldade na acessibilidade pela exiguidade das vias de circulação;
- A ausência das mais elementares medidas de segurança;
- A coragem e abnegação dos bombeiros que não olharam a meios para tentarem controlar o incêndio.

O incêndio da loja Conforama

Na noite de 12 de fevereiro de 2014, às 5h25, foi recebido via telemóvel o alerta para um incêndio nas instalações da loja Conforama (fig. 6), uma grande superfície comercial de artigos para o lar. Segundo o relatório da ocorrência, aquando da chegada ao local das primeiras equipas verificava-se já uma propagação generalizada e o colapso parcial da cobertura.

Perante este cenário foi estabelecida uma estratégia defensiva e foram estabelecidos meios para proteger as habitações e um posto de abastecimento de combustível que existiam na proximidade. Por precaução foram também evacuadas três habitações.

O incêndio começou no armazém da cave e propagou-se rapidamente a todo o estabelecimento.

Pelas 10 horas o incêndio foi considerado dominado e às 13 horas entrou em fase de rescaldo. As operações de rescaldo foram muito demoradas porque a laje de separação da cave com o rés-do-chão, toda a cobertura e parte das fachadas tinham colapsado e ainda devido à existência de enormes quantidades de destroços resultantes do recheio da loja.

Fig. 6 - Incêndio da loja Conforama (Fonte: Correio da Manhã).
Fig. 6 - *Fire in the Conforama store (Source: Correio da Manhã).*

No combate estiveram envolvidos 71 bombeiros e 23 viaturas de 5 corpos de bombeiros.

Mais tarde veio a saber-se que este incêndio teve origem criminosa e que o mesmo levou à condenação a pena de prisão efetiva de um dos acusados. Estes factos explicam a rápida propagação do incêndio que foi detetado pelos moradores das habitações vizinhas já numa fase de completo desenvolvimento.

No entanto, tratando-se de um edifício recente construído já segundo modernos padrões de segurança é de realçar o facto de a deteção de incêndio não ter funcionado. Acresce ainda o facto de na loja ter deixado de haver vigilância humana noturna por uma questão de economia de custos.

Como fatores relevantes deste incêndio sublinham-se os seguintes:

- Fogo posto como causa do incêndio;
- Falha no funcionamento do sistema automático de deteção de incêndio;
- Tempo inadequado de resistência ao fogo dos elementos estruturais;
- Ausência de compartimentação corta-fogo;
- Estratégia defensiva adotada no combate ao incêndio.

Conclusões

Os incêndios em edifícios constituem um dos riscos mais significativos em meio urbano. O conhecimento deste risco e das principais características que o envolvem são determinantes para uma adequada postura preventiva e para o estabelecimento de métodos e técnicas de intervenção que sejam eficazes e minimizem os danos pessoais, culturais e materiais.

Em Portugal, o incêndio do Chiado tornou-se o marco histórico que assinalou uma viragem para uma postura mais atenta e interventiva a todos os níveis. No entanto, 30 anos passados, não podemos deixar de perguntar se, para minorar o risco, tudo o que era devido fazer foi de facto feito ou seja, dito por outras palavras, se as lições aprendidas com as tragédias passadas foram de facto materializadas de forma a que no futuro, e a este nível, não se faça história baseada no presente.

Se houve áreas em que se constata uma clara melhoria, nomeadamente nos equipamentos hoje disponíveis, na formação e nos protocolos de atuação dos bombeiros, outros domínios existem em que ainda há muito caminho a percorrer.

Em Portugal, o conhecimento do risco continua a cingir-se ao número das ocorrências e pouco mais. Como anteriormente referido torna-se necessário definir e implementar um modelo único de recolha de informação que permita o estabelecimento de modelos de análise adequados à nossa realidade.

No que se refere à regulamentação de segurança contra incêndio o atual quadro normativo tornou-se mais exigente, e por vezes mesmo, face ao risco em presença, com um desproporcionado impacte no custo final da construção. No entanto, e em contra passo, as habitações, onde se registam o maior número de ocorrências e a quase totalidade das vítimas mortais, foram negligenciadas.

A aplicação da atual legislação aos edifícios existentes, particularmente aos industriais e aos de espetáculos e reuniões públicas, não declinando ainda alguns comerciais, torna-se muitas vezes desenquadrada da realidade perpetuando-se situações de elevado risco. Aos mesmos deverá ser feita uma análise e gestão do risco que suporte, quantitativamente, as opções a seguir, obviamente sustentadas na regulamentação aplicável.

O que aconteceu no teatro Baquet não poderá jamais repetir-se no contexto de desenvolvimento atual. Contudo, e apesar do que neste domínio foi feito, existem ainda hoje muitos recintos de espetáculos e reunião pública cujas condições de segurança não são muito melhores do que aquelas que à época existiam. E foram estas fragilidades, absolutamente comprometedoras de uma resposta segura e adequada em caso de incêndio, que condenaram, a 13 de Janeiro de 2018, a Associação Cultural, Recreativa e Humanitária de Vila Nova da Rainha (Tondela) à tragédia que resultou em onze mortos e quarenta feridos.

O controlo do risco de incêndio nos estabelecimentos de pequena e média dimensão, que caracterizam o nosso parque industrial, continua hoje negligenciado tal como o foi na fábrica de estatuetas decorativas Marfiniti. O desconhecimento e a negligência, associados à proliferação de estruturas metálicas não protegidas e ao emprego de materiais de isolamento altamente inflamáveis fazem com que o combate ao incêndio nem sempre possa ser rápido, eficaz e seguro para as forças de intervenção.

Os edifícios no que concerne o respetivo tipo, acessibilidades, características dos efetivos, produtos e conteúdo que encerram, sendo desconhecidos dos bombeiros dificultam, em caso de sinistro, as operações de combate a incêndio, podendo fazer a diferença entre sucesso e insucesso. Torna-se por demais evidente a necessidade na materialização de um mapeamento adequado, dirigido aos edifícios de maior risco, suportado em Planos Prévios de Intervenção. Uma atuação dos bombeiros,

mesmo cumprindo todas as manobras que o protocolo de intervenção define, sem um conhecimento prévio das características físicas e do risco que o edifício integra, pode originar acidentes de extrema gravidade.

A implementação das medidas de autoproteção por ser de aplicação obrigatória a todos os edifícios e recintos, mesmo àqueles que existiam antes de 1 de Janeiro de 2009, melhorou o panorama da segurança contra incêndio no nosso país. Das mesmas, fazendo sempre parte uma cadeia de responsabilidade na organização de segurança da instalação e as ações de sensibilização e formação, verifica-se que a cultura de segurança contra incêndio começa a ser adquirida. A definição de regras de exploração e de comportamento associadas a rotinas obrigatórias de manutenção e conservação das instalações técnicas, equipamentos e sistemas contribuem igualmente para uma melhor política preventiva. Mas nem tudo são rosas neste domínio pois a taxa de implementação continua a ser muito reduzida. Assim, não sendo materializada, testada, aferida e melhorada, esta exigência transforma-se, por vezes, numa amálgama de papéis sem qualquer utilidade prática.

Falta fiscalização? Com certeza que sim. Mas, falta sobretudo uma definição clara de responsabilidades contra a qual já se insurgia o Comandante Guilherme Gomes Fernandes no século XIX. É imperativo que haja uma definição clara de responsabilidades e que existam mecanismos que garantam o efetivo cumprimento das regras. A existência de regulamentos perfeitos que não são transpostos para a realidade de nada serve.

Todos, sem exceção, temos que conhecer e ter consciência do risco existente nas nossas instalações, sendo a participação humana fundamental para que se consigam atingir níveis adequados de segurança contra incêndio na prevenção e na atuação em caso de emergência.

Referências bibliográficas

Almeida, S. (2010). Centro Histórico de Vila Nova de Gaia, vulnerabilidade ao risco de incêndio, II Congresso Internacional de Riscos

BOMBEIROS SAPADORES E PROTEÇÃO CIVIL DE VILA NOVA DE GAIA (2014). *Relatório da ocorrência 18911/14 – Incêndio na loja Conforama.*

COMPANHIA DE BOMBEIROS SAPADORES DE VILA NOVA DE GAIA (1995). *Relatório da ocorrência 226/95 – Incêndio na fábrica de estatuetas*.

Ferraz, F. (1995). Relatório de fogo do incêndio na fábrica de estatuetas e na fábrica de cofres.

Ferreira, L. (2012). O Teatro do quintal do senhor Baquet. *Revista Sinais de cena, nº 18*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 119-128 .

Filinto, J. (1888). *A grande catástrofe do Teatro Baquet*. Casa Editora Alcino Aranha e Cª. Porto.

Fonseca, E. (2013). *Análise estatística de incêndios urbanos no Porto, 2007-2012)Trabalho final de Licenciatura em Engenharia da Proteção Civi*l). Universidade Lusófona do Porto, Porto.

Pereira, P. J. R. M. (1993). *Incêndios em edifícios na cidade do Porto (Tese de Mestrado*). Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto.

Primo, V. (2008). *Análise estatística dos incêndios em edifícios no Porto, 1996-2006 (Tese de Mestrado)*. Universidade de Coimbra, Coimbra.

Rosinhas, M. I. (2015). *O teatro Baquet - da fundação às cinzas (Tese de Mestrado)*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

O INCÊNDIO DA RUA DA MAGDALENA - 1907 RETROSPETIVA DE GRANDES INCÊNDIOS EM ESTRUTURAS NA CIDADE DE LISBOA

FIRE ON RUA DA MAGDALENA – 1907. LOOKING BACK OVER MAJOR FIRES IN LISBON'S STRUCTURES

Miguel Gil
Coordenador do Museu do RSB (Portugal)
miguel.gil@cm-lisboa.pt

Resumo: Será tema principal deste texto o Incêndio da Rua da Magdalena, de 1907, pelo número elevado de vítimas mortais, pela mediatização que teve e, principalmente, pelas suas particularidades.

Tratou-se de fogo posto. O alarme foi tardio. Morreram 13 pessoas e 44 salvaram-se. O interior do prédio ruiu por completo.

Os bombeiros que atuaram no Incêndio, sem o saberem, interferiram diretamente na História de Portugal.

António Ferro, com onze anos, que morava no 3.º andar, lado sul, foi salvo pelos bombeiros que operavam a escada "Magirus" n.º 18. Será que faz sentido falar de António Ferro no XI Encontro Riscos - Aprender com o Passado?

Palavras-chave: Rua da Magdalena, Incêndios, Bombeiros, António Ferro, Política do Espírito.

DOI: https://doi.org/10.34037/978-989-20-8919-5_1_2

Abstract: This paper is about the fire on Rua da Magdalena, in 1907, which not only caused a large number of fatalities and was extensively covered in the media, but had some special features.

It was caused by arson. The alarm was late. Thirteen people died and forty-four were saved. The interior of the building collapsed completely. Unbeknown to them, the firemen who fought the fire have since remained in Portugal's history.

Antonio Ferro, aged eleven, lived on the 3rd floor, south side, was rescued by the firemen who operated the Magirus no. 18 ladder.

Does it make sense to talk about Antonio Ferro at the *XI Encontro Riscos - Aprender com o Passado* (11th Risks Meeting - Learning from the Past)?

Keywords: Rua da Magdalena, fires, firefighters, Antonio Ferro, politics of the spirit.

Introdução

A investigação histórica do socorro em Portugal é muito escassa. E, se nos referimos aos séculos XV e XVI, temos que a considerar praticamente inexistente ou infrutífera. É recorrente, em textos desta temática, encontrar-se a frase "não há documentação conhecida".

Para se aprender com o passado é necessário conhecê-lo.

Urge incentivar a cooperação entre as entidades de socorro e as académicas tendo em vista o incremento da investigação histórica neste domínio, de forma a colmatar esta lacuna de conhecimento.

O uso do fogo tanto tem permitido ao homem criar bem-estar como prejudicá-lo, utilizando a sua dupla capacidade benéfica-produtiva e maléfica-destrutiva.

Recorrer ao fogo para cozinhar, iluminar, aquecer, arrotear, fundir ou cozer o barro são práticas ancestrais iniciadas na pré-história, assim como o uso enquanto arma de ataque ou de destruição em batalhas territoriais. Igualmente o fogo fez parte de práticas funerárias (incinerações) e de rituais festivos.

Durante a Idade Média as atividades produtivas foram-se desenvolvendo recorrendo à utilização confinada do fogo nos fornos de pão, de cal, de fundição, de olaria, do vidro e nas forjas do ferreiro.

Retrospetiva de grandes incêndios em estruturas na cidade de Lisboa

Em Portugal, as primeiras referências a incêndios reportam-se à Idade Média.

> "*Homens e mulheres, velhos e crianças, fidalgos e plebeus, todos foram, nesses tempos distantes, bombeiros denotados, uma força voluntária ao serviço da população.*
>
> *Assim sucedeu no fogo da Rua da Ferraria de 1369, no incêndio pavoroso do cerco de Lisboa, no da Rua da Judiaria, no mesmo ano e no da Rua Nova em 1396*" (F. Andrade, 1969, p. 8).

A cidade de Lisboa cresceu e mercantilizou-se rapidamente com o fim da Idade Média. As atividades produtivas que utilizavam o fogo, outrora apartadas, passaram a estar inseridas na malha urbana, cercadas de habitações, acrescentando mais um fator potencial às ignições de incêndio na cidade.

Verifica-se a inexistência de referências documentadas relativas a ocorrências de grandes incêndios durante os séculos XV e XVI, não porque não tivessem havido, mas sim porque não foram, até agora, investigados.

Entre as referências a grandes incêndios ocorridos nos séculos XVII e XVIII, transcrevo, mais uma vez, Ferreira de Andrade, na sua obra "Lisboa e os seus Serviços de Incêndio".

> "*Já entre nós os serviços de socorro e as medidas preventivas ensaiavam os primeiros passos, a capital foi alvo de incêndios calamitosos. Recordamos, entre outros, o do Hospital de Todos-os-Santos, em 1601, da Igreja do Loreto e do Convento de Santos. Cinquenta anos depois, os do Mosteiro de Santa Maria, do Arco dos Pregos, das Portas de Alfofa, do Alto da Cotovia e do Teatro do pátio da Rua das Arcas, estes ainda no século XVII; e, depois,*

na primeira metade da centúria seguinte, os da Casa do Linho, do Real Convento da São Francisco, do Mosteiro da Trindade, da Rua do Corpo santo, do Palácio do Marquês de Angeja, do Arsenal do Exército, da Casa do Marquês de Valença e do Estanco Real do Tabaco, da Rua das Flores e do Paço da Ribeira" (F. Andrade, 1969, p. 8 e 9).

A preocupação de ter um sistema organizado de combate a incêndios na cidade de Lisboa, de o dotar com homens e equipamentos que lhe desse eficácia, foi uma constante do Senado da Câmara de Lisboa ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX. Inúmeras e repetidas vezes o Senado fez pedidos, nesse sentido, junto do rei, mas quase sempre sem sucesso.

De referir que, em 1646, pela primeira vez uma Câmara, neste caso, a de Lisboa, contrata assalariados (30 homens) dedicados à extinção de incêndios na cidade e adquire, na Holanda, diversas escadas, baldes de couro e um conjunto de ferramentas destinadas a equipar o que, mais tarde, após a aquisição de bombas (1681), se poderia designar por corpo de bombeiros.

Os equipamentos são então distribuídos por três armazéns: um no Bairro Alto, outro em Alfama e um outro no bairro entre os dois. Dois anos mais tarde (1683) é publicado o primeiro regulamento.

Este acréscimo de organização parece não ter obtido resultados de longo prazo.

Passado século e meio, em 1837, o assunto volta a ser discutido na Academia Real das Ciências de Lisboa, por iniciativa do Barão de Eschwege:

"Nestas ocasiões [combate a incêndios] *tudo é desordem e confusão, todos gritam, todos mandam, e ninguém sabe a quem obedecer, nem o que deve fazer. E o resultado é fazer cada um o que lhe parecer. Um quer salvar objectos preciosos e os deita janela abaixo, fazendo-se em mil pedaços, outro quer apagar o fogo e lhe dá novo alento. Durante esta confusão e desordem, na qual o Inspector dos Incêndios debalde se quer fazer ouvir, para introduzir alguma ordem, tem o fogo feito tantos progressos, ganhando cada vez mais força, que as dificuldades crescem para o atalhar. Por fim nada mais resiste senão as paredes de pedra e cal" (B. Eschwege, 1837, p. 29 e 30).*

Mas centremo-nos na diversidade tipológica das ocorrências de socorro em Lisboa, no século XX, listando apenas algumas das mais mediáticas:

1907 - Incêndio da rua da Madalena;

1914 - Explosão da Fábrica do Gás, seguida de incêndio;

1938 - Naufrágio do Tonecas;

1941 - Ciclone;

1943 - Despenhamento de hidroavião comercial;

1963 – Desabamento do teto da Estação do Cais do Sodré;

1964 - Incêndio Teatro Dona Maria II;

1967 - Cheias;

1969 - Sismo;

1980 - Naufrágio "*Tollan*";

1988 - Incêndio do Chiado;

Reduzindo a lista à área temática do encontro - Incêndios em Estruturas, temos:

1907 - Incêndio da rua da Madalena;

1914 - Explosão da Fábrica do Gás;

1964 - Incêndio Teatro Dona Maria II;

1988 - Incêndio do Chiado;

Destas, vou dar enfoque ao Incêndio da Rua da Magdalena (fig. 1), ocorrido na madrugada do dia 10 de abril de 1907, a primeira grande catástrofe do século XX, em Lisboa, a que mais vítimas mortais causou, pela grande mediatização que teve e, principalmente, pelas suas peculiares particularidades.

O Incêndio da Rua da Magdalena

Síntese da 'fita do tempo'

O Incêndio, de origem criminosa, foi ateado passava poucos minutos das 2 horas da madrugada do dia 10 de abril de 1907.

O primeiro alerta só foi dado, no Quartel n.º 18, às 02h18.

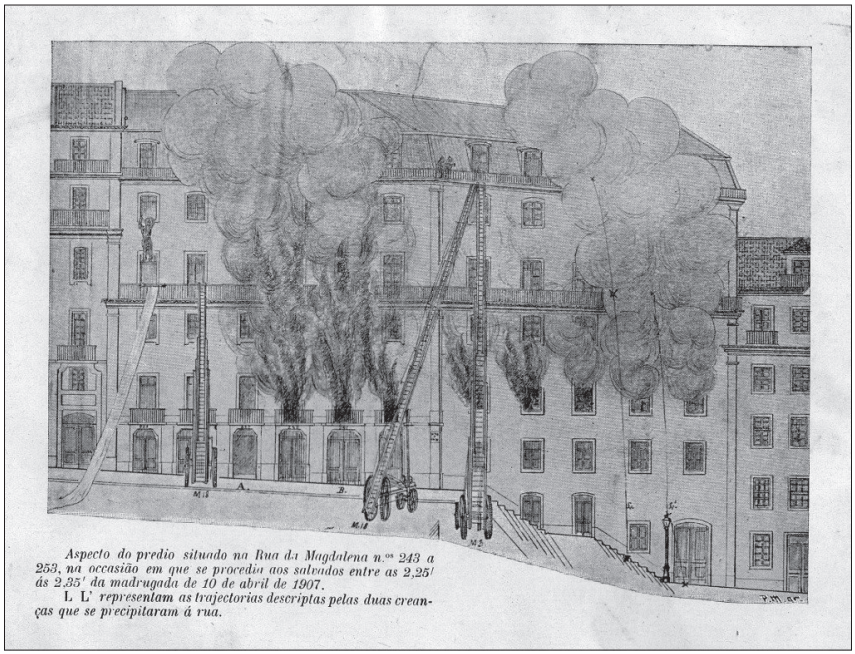


Fig. 1 - Desenho do "Relatório acerca do Incêndio no Prédio n.º 237 da Rua da Magdalena".
Fig. 1 - *Drawing from the "Report on the Fire in Building no. 237, Rua da Magdalena".*

Às 02h22 iniciam-se os trabalhos de salvamento de pessoas, os quais decorrem durante 13 minutos, até às 02h35, altura em que começou o ataque às chamas.

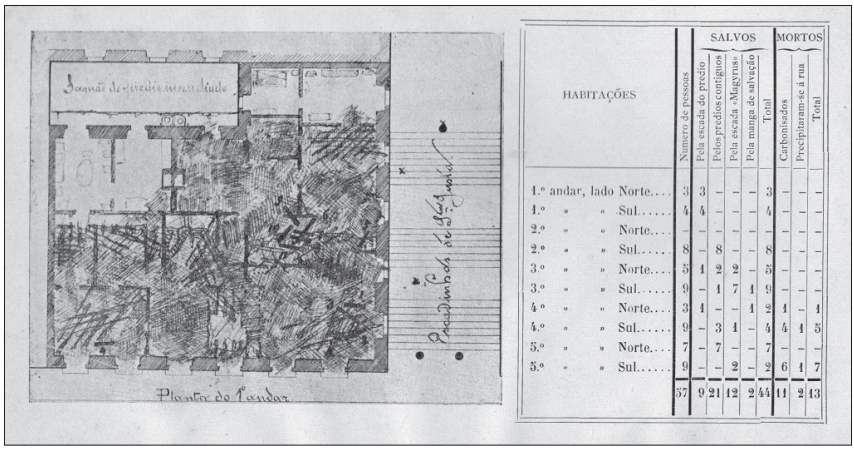
O Incêndio é dado como dominado por volta das 04h00, iniciando-se o rescaldo, que se prolonga até às 19h00 do mesmo dia, após ter sido removido o último cadáver.

Os moradores salvos e as vítimas mortais

Dos 57 moradores que pernoitavam no prédio, o incêndio causou 13 vítimas mortais: 11 carbonizadas e 2 vítimas por saltarem da janela e se estatelarem na calçada.

Houve uma 14.ª vítima, vizinha do prédio, doente, que não terá aguentado o impacto do acontecimento (J. Baptista e A. Valdemar, 1990, p. 58 e 59).

Salvaram-se 44 pessoas: 9 pessoas pela escada do prédio; 21 pessoas passando para os prédios contíguos; 2 pessoas utilizando a manga de salvamento e 12 pessoas pelas escadas *"Magirus"* (fig. 2).



HABITAÇÕES	Numero de pessoas	SALVOS				MORTOS	
		Pela escada do prédio	Pelos prédios contiguos	Pela escada «Magirus»	Pela manga de salvação	Total	Carbonisados	Precipitaram-se á rua	Total
1.º andar, lado Norte....	3	3	–	–	–	3	–	–	–
1.º » » Sul.....	4	4	–	–	–	4	–	–	–
2.º » » Norte...	–	–	–	–	–	–	–	–	–
2.º » » Sul.....	8	–	8	–	–	8	–	–	–
3.º » » Norte....	5	1	2	2	–	5	–	–	–
3.º » » Sul.....	9	–	1	7	1	9	–	–	–
4.º » » Norte....	3	1	–	–	1	2	1	–	1
4.º » » Sul.....	9	–	3	1	–	4	4	1	5
5.º » » Norte....	7	–	7	–	–	7	–	–	–
5.º » » Sul.....	9	–	–	2	–	2	6	1	7
	57	9	21	12	2	44	11	2	13

Fig. 2 - Desenho do "Relatório acerca do Incêndio no Prédio n.º 237 da Rua da Magdalena".
Fig. 2 - *Drawing from the "Report on the Fire in Building no. 237, Rua da Magdalena".*

Não estava ninguém a pernoitar no 2.º andar sul, nem nas quatro lojas do prédio: uma sapataria, um armazém de iscas, um café, uma tasca carvoaria e, não referido no relatório da ocorrência, *"Na sobreloja, do lado de Santa Justa, havia uma casa de toleradas. Todas as mulheres saíram para a rua em trajos menores lastimando-se depois na rua e chorando, em altos gritos, por terem deixado em casa os seus haveres e os próprios vestidos de uso"* (J. Baptista e A. Valdemar, 1990, p. 50).

Os feridos

O Relatório do Incêndio refere a existência de 7 elementos do Corpo de Bombeiros feridos com queimaduras ou contusões, dando destaque às queimaduras do Chefe Luiz Caetano Pereira Carvalho, fortemente queimado na face esquerda e em ambas as mãos, quando executava um salvamento. Outros bombeiros e condutores

auxiliares sofreram ferimentos de menor importância. Dois feridos foram conduzidos ao Hospital de S. José, tendo os restantes recebido curativos na ambulância dos Voluntários da Ajuda.

Informa-nos o Relatório que "*Entre os estranhos à corporação não consta qualquer lesão digna de menção"* (E. Silva Junior, 1907, p. 28).

O prédio

O prédio, constituído por 5 pisos de habitação acima do piso térreo destinado a lojas, fazia gaveto entre a rua da Madalena e as escadinhas de Santa Justa. A fachada principal dava para a rua da Madalena e a lateral para as escadinhas de Santa Justa.

O prédio de construção antiga, tinha a madeira como principal material de construção, excetuando as fachadas e as empenas comuns com os prédios contíguos, construídas em alvenaria. Havia varanda corrida desde o extremo sul até ao extremo poente do prédio, ao nível do 3.º e do 5.º andar (fig. 3).

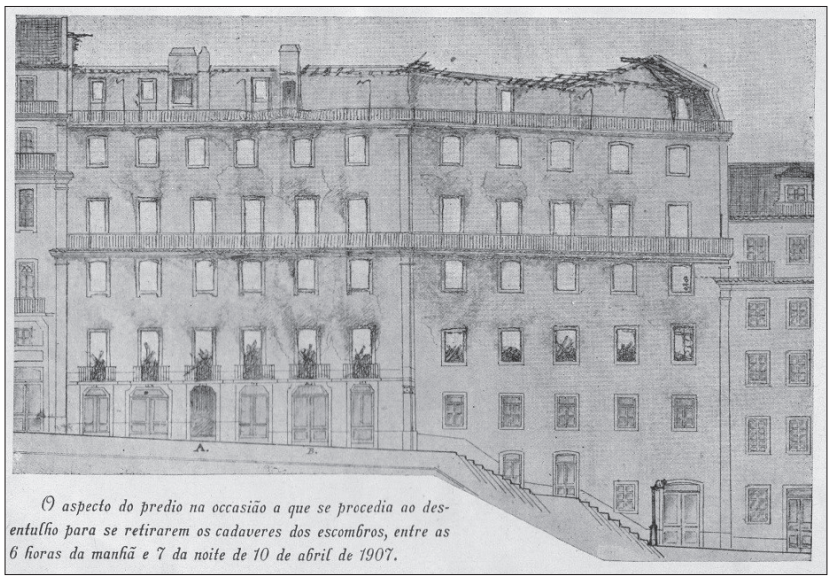


Fig. 3 - Desenho do "Relatório acerca do Incêndio no prédio n.º 237 da Rua da Magdalena".
Fig. 3 - *Drawing from the "Report on the Fire in Building no. 237, Rua da Magdalena".*

Todo o prédio ruiu, exceto as fachadas e empenas, sobre as abóbadas que formavam os tetos das lojas, as quais foram pouco afetadas.

Os meios

Os primeiros meios a chegarem ao incêndio foram os que saíram do Quartel n.º 18, situado no largo do Regedor, reforçados, após a "parte" das 02h 25, por meios vindos de outros quartéis e estações da cidade de Lisboa.

Intervieram um total de 56 viaturas braçais e hipomóveis, nomeadamente: 9 escadas *"Magirus"*; 15 carrinhos de mangueiras ou de mangueiras e escadas; 18 bombas a vapor e 5 carros de escadas (fig. 4).

O Relatório é omisso sobre o número de bombeiros presentes, mas considerando as guarnições necessárias ao funcionamento dos meios mobilizados, calculo que terão estado no combate ao incêndio entre cento e cinquenta a duzentos elementos do Corpo de Bombeiros Municipais de Lisboa.

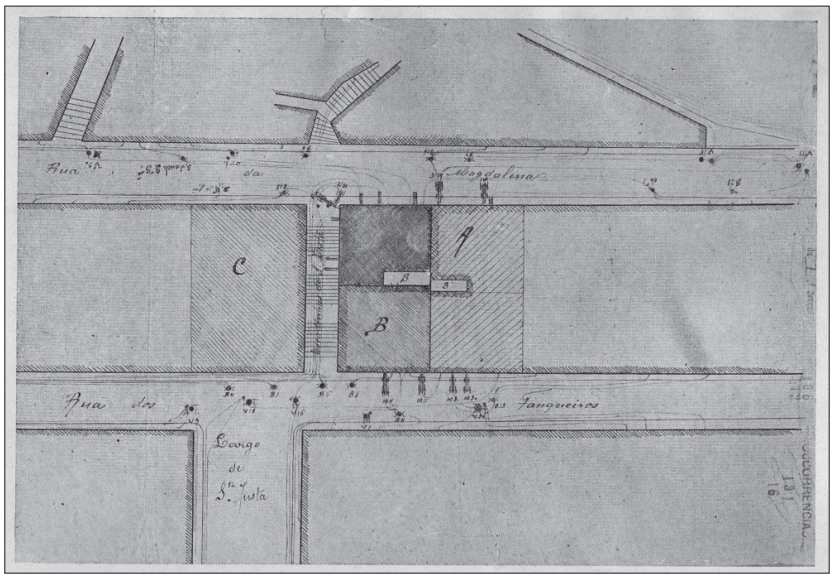


Fig. 4 - Desenho do "Relatório acerca do Incêndio no prédio n.º 237 da Rua da Magdalena".
Fig. 4 - *Drawing from the "Report on the Fire in Building no. 237, Rua da Magdalena".*

Particularidades do incêndio

A imprensa

Com o título "Grande Catástrofe" publica O Século, na manhã do dia 10 de abril de 1907, pela 'pena' do repórter Esculápio,[1] as primeiras notícias do incêndio:

> *"Pelas 2 e 10 da madrugada de hoje, irrompeu um incêndio, com extraordinária violência, no armazém de sedas do sr. António Fernandez […]*
>
> *As chamas tomaram de assalto, com uma rapidez incrível, todo o prédio, que, dentro em pouco, era totalmente pasto das chamas. As labaredas saíam pavorosas, em línguas horríveis, com uma fumarada espessa, por todas as janelas […] numa vertigem impossível de descrever.*
>
> *Mas o mais horroroso, o mais lancinante, o que fazia comover o mais brônzeo coração, era o espectáculo dos pobres locatários, assomados às janelas, implorando socorro em altos brados […]*
>
> *Custa a dizer o que vamos escrever, mas é certo […]*
>
> *O guarda-nocturno da área e o polícia 823 da esquadra de Santo Antão […], colocaram-se em frente da porta e não deixaram subir ninguém, agredindo até alguns populares mais teimosos, que persistiam em ir salvar os inquilinos dos andares superiores! […]*
>
> *Por fim apareceu uma escada Magirus, que começou a ser içada pelo prédio acima. Mas impacientes de se salvarem, duas meninas, uma de 14 anos e a outra dos seus 21, a primeira do 5.º andar e a segunda do 4º. Dão com os seus míseros corpos na calçada, sobre os degraus da rua de Santa Justa.*
>
> *A mais nova cai sobre o candeeiro, que se parte ao embate e vem estatelar-se morta sobre as pedras. A segunda deixa a massa encefálica na rua, o crânio terrivelmente fracturado, a carne em estilhas.*
>
> *Um horror!"* (J. Baptista e A. Valdemar, 1990, p. 47 e 48).

[1] Pseudónimo de Eduardo Fernandes, 1870-1945

A tragédia da rua da Madalena foi igualmente notícia noutros jornais diários e na imprensa não diária, com exemplo as revistas Occidente[2] e Illustração Portugueza[3].

As diligências policiais e o julgamento dos intervenientes neste crime foram sendo, amiúde, acompanhados pela imprensa da época, quase como se tratasse de uma novela.

Para satisfazer a curiosidade popular e no intuito de minimizar a má imagem dos culpados perante a opinião pública, foram publicados alguns livros (fig. 5), entre eles:

- "*Os Incendiários da Magdalena*" [obra que encerra a confissão do crime por parte de António Fernandes];
- "*O Incêndio da Rua da Magdalena*" [obra que apresenta o contraditório dos argumentos que ligavam Leandro Gonçalvez ao crime];
- "*O Crime da Rua da Magdalena*" [obra em que Leandro Gonçalvez nega a sua participação no crime];
- "*O Juízo de Invenção Criminal e o Incêndio da Rua da Magdalena*" [o agravo de recurso da sentença apresentado pelo advogado de Leandro Gonçalvez].
- "*Incêndio da Magdalena, Subsídios para a História dos Crimes em Portugal*" [a transcrição do recurso ao acórdão apresentado pelo advogado de Leandro Gonçalves].

Claramente com outro objetivo é publicado, em livro, pelo Corpo de Bombeiros Municipais de Lisboa, o "*Relatório acerca do Incêndio no Prédio n.º 237 da Rua da Magdalena."*

---

[2] O Incêndio da Rua da Magdalena, *Occidente*, n.º 1019, 20 de abril, 1907, pp. 82 e 85, 1907
http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1907/N1019/N1019_item1/P2.html
http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1907/N1019/N1019_item1/P5.html

[3] A Morte pelo Fogo, *Illustração Portuguesa*,n.º 61, 22 abril, 1907, pp. 481 a 484
http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1907/N61/N61_item1/P3.html
http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1907/N61/N61_item1/P4.html
http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1907/N61/N61_item1/P5.html
http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1907/N61/N61_item1/P6.html

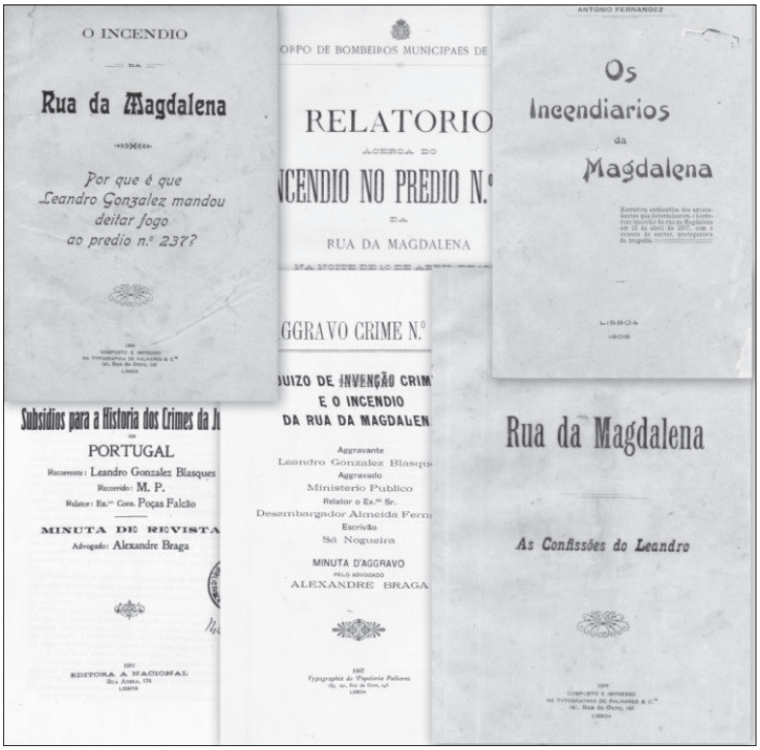


Fig. 5 - Capas de livros publicados sobre o Incêndio.
Fig. 5 - *Covers of books published about the fire.*

A hora e a demora no alerta

Relativamente à hora do alerta, o Major Emygdio Lino da Silva Junior[4], escreve o seguinte no Relatório acerca do Incêndio no Prédio n.º 237 da Rua da Magdalena:

> "*Leonel Augusto Correia, diz que saiu d'um estabelecimento, ao fechar às 2 da madrugada; nota em uma janela do 1.º andar uma claridade; demora instantes, procurando confirmar a suspeita de fogo, e convencendo-se*

[4] Comandante do Corpo de Bombeiros Municipais de Lisboa, de dezembro 1901 a janeiro de 1914.

da sua existência, corre em direcção ao quartel 18 do Corpo de Bombeiros, sito no Largo do Regedor, por de traz do Theatro de D. Maria.

Ao dobrar a esquina da rua da Magdalena para a rua da Bitesga e na corrida, bate contra a parede e o relógio, cujo vidro se parte, pára nas duas horas e 3 minutos. Pouco depois surgem apitos na rua da Magdalena. Detido por um polícia, á esquina da rua da Praça da Figueira para a rua do Amparo, declara a razão da sua corrida; não sendo acreditado é compellido a retroceder, e acompanhado por dois polícias, é trazido a passo lento até quasi em frente do prédio em que lavrava o fogo, sendo então solto.

[…]

É no livro Diário d'este Comando, que é escripturado pelo pessoal do serviço telefónico, e na própria ocasião em que os acontecimentos se sucedem ficando exaradas as horas e minutos respectivos, d'onde é extrahido o que passo a indicar, e tem, portanto, o indistutivel cunho de autenticidade:

Quartel 18, ás 2 horas e 18'. – Está aqui Adelino Luiz Machado; diz que ha fogo na calçada do Caldas. Viu fumo e as labaredas pelas janellas do 1.º andar. – Bombeiro 146.

Estação 6, ás 2 horas e 19'. – Está aqui Frederico das Neves: diz que ha fogo na calçada do Caldas – Bombeiro 202.

Quartel 18 ás 2 horas e 25'. – O chefe da 9.ª secção manda dizer que o fogo arde e avance districto. Bombeiro 134

[…]

É só, pois, das 2 horas e 18 minutos em diante, que o Corpo de Bombeiros tem as suas responsabilidades no fogo.

[…]

Sendo perto de 600 metros a distância entre a estação e o local do fogo, essa praça terá consumido uns 3 minutos no regresso. Assim, é evidente, que 4 no máximo, depois de recebido o aviso estava o material em frente do prédio contando-se n'esse tempo o preciso para o alarme no quartel, sahida e trajecto do material até ao local do fogo" (E. Silva Junior, 1907, p. 4 a 7).

Ainda quanto à hora do início do incêndio, confessa o espanhol António Fernandez, dono do armazém de sedas e rendas onde deflagrou o incêndio e um dos acusados de fogo posto, no livro "Os incendiários da Magdalena":

> "*Quando ouvi bater as 2 horas, levantei-me devagarinho, para não acordar ninguem de casa. Entrei ás escuras no meu armazem. Todo tremia, mal podendo suster-me de pé. Accendi um phosphoro e a tremer cada vez mais lancei fogo ao primeiro molho de palha que encontrei á mão. […]*
>
> *As chamas tomaram de subito todo o armazem e línguas de fogo iam incendiar o resto da palha, ao mesmo tempo que o armazem se enchia de grossos rolos de fumo*" (A. Fernandez, 1908, p. 30).

Ora, o fogo é ateado pelo António Fernandez pouco depois de ouvir bater as 2 horas, o relógio de Leonel Augusto Correia parte-se ao dobrar a esquina e pára nas 2h30, o alarme chega ao Quartel 18 às 2h18 e a deslocação do material e do pessoal demora a chegar, pelo menos, 4 minutos, conclui-se que os trabalhos de socorro, no local, iniciam-se por volta das 2h22. Ou seja, 20 minutos após o início do fogo. Tempo suficiente para o incêndio ter alastrado à escada do prédio e andares contíguos, encurralando os moradores dos andares superiores.

> "Á *2 horas e 22 minutos defronta-se o material com o prédio, […]*
>
> *Ás 2 horas e 35 minutos o prédio estava completamente em chamas sendo humanamente impossível fazer qualquer tentativa mais, de salvamento de vidas!*
>
> *Das 2 horas e 22 minutos ás 2 horas e 35 minutos decorrem os 13 minutos que se utilizaram para os salvados*" (E. Silva Junior, 1907, p. 22).

Se Leonel Augusto Correia não tivesse sido detido, pelos polícias, o alerta era dado, no Quartel 18, pelo menos, uns 5 minutos antes, o que acrescentaria e, sobretudo, anteciparia tempo aos *"13 minutos que se utilizaram para os salvados"*.

Dois dos salvadores

Entre os muitos "salvadores", oficialmente condecorados ou louvados, contam-se 18 bombeiros, 15 do Corpo e 3 voluntários, 1 polícia, 1 militar e 9 civis. Destes vou chamar ao texto dois nomes, por questões e factos que só posteriormente os tornam relevantes: José Faustino da Silva e João Carlos Craveiro Lopes.

A escala "*Magirus"* n.º 18 é a primeira viatura a chegar ao local, com a guarnição de um chefe de secção, António Alves, e quatro bombeiros: Ignacio António Manuel; António Lopes; José Faustino da Silva e Diogo Bocarra.

Arvorada no lado sul do prédio, por ela se salvam dez pessoas, duas delas transportadas, escada abaixo, às costas do bombeiro José Faustino da Silva.

O bombeiro José Faustino da Silva tem um percurso profissional rico mas algo atribulado, entre despedimentos, readmissões, despromoções, nomeações, louvores e condecorações, apresenta-se-nos, apesar de tudo, talhado para o salvamento de pessoas, que amiúde realizou, razão e causa dos muitos louvores e condecorações que lhe são atribuídas durante os 37 de trabalho de bombeiro, entre estas uma referência especial à Medalha de Prata de Mérito, Filantropia e Generosidade atribuída pelo salvamento de quinze pessoas no incêndio ocorrido na Repartição das Encomendas Postais, no dia 2 de maio de 1919, na ala oriental da Praça do Comércio.[5]

Pela escada *Magirus* n.º 3 salvam-se duas pessoas trazidas às costas até à rua, uma por dois bombeiros João António e António José e a outra pelo instrutor João Carlos Craveiro Lopes.

O Tenente João Carlos Craveiro Lopes iniciou funções de Instrutor do Corpo de Bombeiros Municipais de Lisboa em Janeiro de 1902.

Servirá no Corpo Expedicionário Português, durante a I Guerra Mundial, e antes esteve envolvido no "movimento das espadas", que levou ao poder o general Pimenta de Castro. Aderiu posteriormente à revolução de 28 de maio de 1926, tendo sido nomeado Governador-Geral da Índia e comandante da 1ª Região Militar.

João Carlos Craveiro Lopes é pai do Presidente da República General Craveiro Lopes (mandato de 1951 a 1958).

---

[5] Processo Individual do Bombeiro n.º 52/218, Arquivo Histórico do RSB, em depósito no Arquivo Municipal Lisboa; BL.-2.J.166.29.05

O salvado especial

A internacionalização do Galo de Barcelos inicia-se quando é oferecido, como símbolo nacional, aos estrangeiros participantes no Congresso Internacional da Crítica Dramática e Musical, realizado no Estoril, em 1931. Evento onde é exibido, pela primeira vez, um documentário do realizador Manoel de Oliveira, "Douro, Faina Fluvial".[6]

Mas, o que tem a ver a internacionalização do Galo de Barcelos ou o Manoel de Oliveira com os bombeiros?

No 3.º andar (lado sul) do n.º 237 da rua da Madalena morava a família Ferro: o dono da casa, António Joaquim Ferro; a esposa, Helena Ferro, a mãe, Victorina Perpetua Ferro, a tia, Antónia Lúcia, o irmão José Manuel Ferro e os filhos Pedro Ferro, Umbelina Ferro e António Joaquim Tavares Ferro. Com eles habitava a criada Belmira de Jesus.

> "*É a escada "Magirus" n.º 18 a primeira machina que chega ao incêndio. No interior do prédio lavrava o fogo já em toda a altura; a escada estava tomada pelas labaredas e pelo fumo que sahiam também pela frente e pelas janelas dos andares inferiores próximas do cunhal.*
>
> *Há no 3.º andar, no extremo sul da varanda, pessoas que pedem socorro.*
>
> *A "Magirus" arvora a esse andar, dá frente à 2.ª janela do lado do Caldas, muito mais distante do foco do incendio e, portanto, mais própria para a collocação da manga de salvação que ahi é fixada*" (E. Silva Junior, 1907, p. 21).

E agora o relato feito por quem foi salvo nesse mesmo momento, relembrando o pavor, vinte anos depois.

> "*[…] Milagre! Obrigado, meu Deus! A escada chegou, finalmente, no corrimão da nossa varanda, e um bombeiro saltou… Estaríamos salvos?*

[6] Ambas são de iniciativa de António Ferro, alvitrando Orlando Rodrigues que o Galo de Barcelos e Manoel de Oliveira são gémeos. http://www.cmjornal.pt/mais-cm/domingo/detalhe/criador_da_ditadura_e_do_galo_de_barcelos.

Não havia tempo a perder… Era preciso abordar a grande escada, a escada que faria a reputação de um acrobata e que nos parecia, naquele momento, tão fácil de descer […]".[7]

Palavras de António Joaquim Tavares Ferro, salvo por um bombeiro aos onze anos de idade assim como a mãe, o pai, os irmãos, uma velha tia e ainda uma avó imobilizada que o irmão trouxera em peso, do quarto de cama até à varanda. E acrescenta:

"*Ainda hoje não posso ver uma bomba nem uma sineta de alarme sem correr para casa no primeiro táxi com a suspeita, suspeita infantil, por vezes, de que o incêndio anunciado que ilumina a cidade é no prédio em que habito…*".[8]

António Ferro, criador e diretor do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), foi o responsável pelas grandes manifestações culturais de propaganda nas primeiras décadas do Estado Novo, com destaque para a Exposição do Mundo Português, comemorando o duplo centenário da Fundação e da Restauração da nacionalidade (1140 e 1640).

Para a implementação da sua "Política do Espírito" (fig. 6), António Ferro congregou na realização das ações de propaganda uma vasta equipa técnica de artistas de qualidade, composta por cineastas, pintores, escultores, escritores, arquitetos, ilustradores, decoradores que moldaram a simbologia cultural de Portugal à imagem que ainda hoje consideramos como identitária dos portugueses.

São exemplo e resultado dessas ações o Padrão dos Descobrimentos, as Marchas Populares, o Folclore Regional, a Aldeia Mais Portuguesa de Portugal, o Galo de Barcelos (fig. 7), as Pousadas de Portugal entre tantas outras criações, consideradas como elementos ancestrais da nossa cultura e não como elementos culturais e simbólicos (re) inventados pela máquina de propaganda e de promoção do Estado Novo.

---

[7] Biografia António Ferro; 1895-1916; Fundação António Quadros. http://www.fundacaoantonioquadros.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=29&Itemid=59&limit=1&limitstart=1

[8] Idem

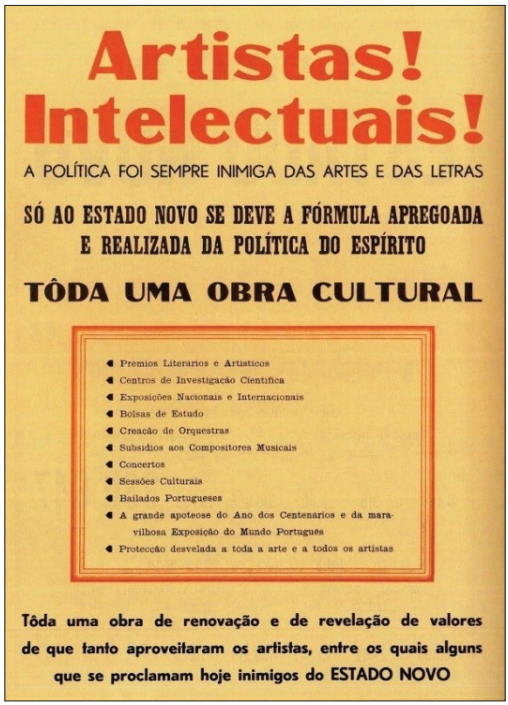


Fig. 6 - Cartaz de propaganda da Política do Espírito.

Fig. 6 - *Advertising poster for politics of the spirit.*

Conclusão

Cada incêndio tem a sua história e as suas particularidades.

Se não fossem as particularidades de cada um dos incêndios, as suas histórias seriam sempre similares, diferenciando-se uns dos outros pela localização, número e tipo de vítima, meios mobilizados, duração e nível de estragos.

Todos têm uma hora de início, um alerta, um combate, um rescaldo e uma conclusão e, acerca deles, há sempre duas perspectivas: a visão daqueles que combatem o fogo e o olhar dos que foram vítimas do incêndio.

O Incêndio da Rua da Magdalena não foge à regra, decorreu de forma semelhante a todos os grandes incêndios dessa época, mas as suas particularidades vieram a mostrar-se muito relevantes para a imagem que temos de Portugal, hoje.

A detenção policial de quem vai dar o alerta, o relógio que quebra ao dobrar da esquina e pára na hora do início do incêndio, ter a *"Magirus"* arvorado ao 3.º andar

do lado sul, onde morava a família Ferro, o fogo ter sido ateado no lado norte do prédio, um instrutor militar disponibilizar-se para executar salvamentos, a presença de um bombeiro talhado para salvamentos heróicos, o polícia e o guarda-noturno que impediram os populares de entrarem no prédio em socorro dos vizinhos, o número anormalmente elevado de vítimas, um caso de fogo posto, os relatos jornalísticos dilacerantes, a quantidade de publicações saídas a público, são algumas das particularidades deste incêndio.

Mas a principal particularidade deste incêndio é o salvamento do menino de onze anos, António Joaquim Tavares Ferro, efectuado, com sucesso, pelos bombeiros da guarnição da "*Magirus*" n.º 18.

Estes bombeiros ficarão ligados à existência: do "Galo de Barcelos"; do "Padrão dos Descobrimentos"; das "Marchas Populares"; do "Folclore e Trajes Regionais"; das "Pousadas de Portugal"; da "Aldeia Mais Portuguesa de Portugal" e tantos outros elementos simbólicos reinventados pelo Estado Novo, ainda hoje considerados, por muitos portugueses, como originais da cultura popular portuguesa.

Termino com uma questão:

- A que símbolos associaríamos a imagem de Portugal se António Ferro não tivesse sido salvo no Incêndio da Rua da Magdalena?

Fig. 7 - "Galo de Barcelos" um dos símbolos nacionais reinventado por António Ferro.

Fig. 7 - *"Galo de Barcelos" (Barcelos Rooster) one of the national symbols reinvented by António Ferro.*

Referências bibliográficas

Andrade, F. de (1969). *Lisboa e o Seu Serviço de Incêndios*, 1.º volume, 1395 -1868, Lisboa, Município de Lisboa.

Baptista, J. e Valdemar, A. (1990). *Repórteres e Reportagens de Primeira Página*. Lisboa, Conselho de Imprensa.

Braga, A. (1907). *Aggravo Crime n.º 741. O Juizo de Invenção Criminal e o Incêndio da Rua da Magdalena. Lisbo*a. Typografia da Papelaria Palhares.

Braga, A. (1910). *Incêndio da Magdalena. Subsidios para a História dos Crimes da Justiça em Portuga*l. Lisboa. Editora A Nacional.

Desconhecido (1909). *O Incendio da Rua da Magdalena. Por que é que Leandro Gonçalves mandou deitar fogo ao prédio n.º 237?*. Lisboa. Typografia de Palhares & C.ia.

Desconhecido (1909). *O Crime da Rua da Magdalena. As Confissões do Leandro*. Lisboa. Typografia Palhares & C.ia.

Eschwege, B. d'. (1837). Memoria Sobre o Melhoramento das Providencias para Atalhar os Incendios, e para o Augmento D' Agoa em Lisboa. *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Tomo XII, Parte I, pp. 29 a 30.

Fernandez, A, (1908). *Os Incendiários da Magdalena*. Lisboa, A. Fernandez, Imprensa Africana.

Romão, S., Villarinho, V. de (1837). Reflexões ácerca da Memoria do Sr. Barão d' Eschwege, sobre o Melhoramento das Providencias para Atalhar os Incendios, e para o Augmento D' Agoa em Lisboa. *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Tomo XII, Parte I, pp. 47 a 52.

Silva Junior, E, L, da (1907). *Relatório acerca do Incendio no prédio n.º 237 da Rua da Magdalena na noite de 10 de Abril de 1907*. Lisboa. Corpo de Bombeiros Municipaes de Lisboa.

Webpages

http://www.fundacaoantonioquadros.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=29&Itemid=59&limit=1&limitstart=1

http://www.cmjornal.pt/mais-cm/domingo/detalhe/criador_da_ditadura_e_do_galo_de_barcelos

https://www.publico.pt/2015/05/24/local/cronica_urbana/viver-e-morrer-na-rua-da-madalena-1696432

https://www.theapricity.com/forum/showthread.php?214265-Estado-Novo%2Fpage2

http://www.presidencia.pt/?idc=13&idi=27

http://www.cm-lisboa.pt/municipio/historia/historial-das-catastrofes-de-lisboa/1907-incendio-da-rua-da-madalena

Jornais e revistas

O Incêndio da Rua da Magdalena, *Occidente*, n.º 1019, 20 de abril, 1907, pp. 82 e 85.

A Morte pelo Fogo, *Illustração Portuguesa*, n.º 61, 22 abril, 1907, pp. 481 a 484.

40 ANOS APÓS O INCÊNDIO DA POLITÉCNICA. RENASCER DAS CINZAS EM CIÊNCIAS

RTY YEARS AFTER THE POLITÉCNICA FIRE. RISING FROM THE ASHES IN SCIENCES

Júlia Alves
Gabinete de Segurança, Saúde e Sustentabilidade
Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (Portugal)
jmaalves@ciencias.ulisboa.pt

Resumo: Na madrugada do dia 18 de março de 1978 registou-se um incêndio de grandes proporções na Faculdade de Ciências, na altura situada na Rua da Escola Politécnica. Logo no dia seguinte à tragédia começou a reconstrução. O incêndio trouxe a oportunidade de concretizar um campus na cidade universitária, planeado desde o princípio dos anos 70. Hoje, 40 anos passados dessa tragédia, reforça-se o paradigma da prevenção e mantém-se o esforço constante para fazer cada vez melhor, colocando em prática o lema da Faculdade: "*O que hoje não sabemos, amanhã saberemos*".

Palavras-chave: Segurança,prevenção, resiliência.

Abstract: At dawn on the 18th of March 1978, a major fire broke out in the Faculty of Sciences, at that time located on Rua da Escola Politécnica, Lisbon. Reconstruction began the very next day. The fire became an

DOI: https://doi.org/10.34037/978-989-20-8919-5_1_3

opportunity to build a whole new campus in the *Cidade Universitária*, something that had been planned since the beginning of the 1970s. Today, 40 years after this tragedy, the prevention paradigm is being strengthened and a constant effort is being made to continue improving, according to the Faculty Motto "*What we don't know today we will know tomorrow*".

Keywords: Safety, prevention, resilience.

Introdução

Atualmente, a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa encontra-se instalada no campus do Campo Grande, no Laboratório Marítimo da Guia (Cascais), no Edifício Leste do Observatório Astronómico de Lisboa (Tapada da Ajuda) e na Estação de Campo na Herdade de Ribeira Abaixo (Grândola). O campus do Campo Grande alberga onze edifícios (75 mil metros quadrados de área construída) e, no ano letivo de 2017/2018, 683 trabalhadores e 5263 alunos de 1.º, 2.º e 3.º ciclos de estudo (Ciências ULisboa, 2018). Esta realidade é, pois, bem diferente da correspondente ao lotado edifício da Faculdade de Ciências da Rua da Escola Politécnica, em 1978, onde atualmente funciona o Museu Nacional de História Natural e da Ciência.

O incêndio de 18 de março de 1978 teve um forte impacto na vida profissional dos docentes e no percurso académico dos alunos da Faculdade. Ainda hoje, quatro décadas passadas, quando se fala sobre "o fogo", a palavra é pronunciada com uma intensidade característica, deixando a pairar um fantasma que foi real e uma lembrança cruel das desgraças que afinal não acontecem só aos outros. A "nós" já nos aconteceu. Destruiu um edifício. Abalou vidas de trabalho. Foi uma tragédia.

Falar do incêndio é falar de uma tragédia, mas é acima de tudo falar de recuperação, reconstrução e superação, de como se soube não baixar os braços e seguir em frente. Há 40 anos, os cientistas colocaram em prática o conceito de resiliência, tão comum no léxico atual. Terá sido a conjugação da catástrofe que se viveu com o

espírito de Escola, esforço conjunto e solidariedade que se lhes seguiram que tanto marcaram a memória de quem viveu "o fogo".

Permanece de tal forma na memória institucional que, em 2008, o Departamento de Biologia Vegetal decidiu celebrar os seus 25 anos de existência com a exposição fotográfica "*O Incêndio. A noite em que a Faculdade de Ciências ardeu*" (DBV, 2008). Em 2018, pelo 40.º aniversário do incêndio, a Faculdade de Ciências organizou uma evocação à efeméride, que contou com o apoio do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa. Com a participação de docentes, funcionários e alunos que viveram o incêndio, publicaram-se vários artigos/crónicas e realizou-se um vídeo-documentário. Promoveu-se a mesa redonda "*Do incêndio aos C's: o paradigma da prevenção*" e organizou-se a exposição "*Incêndio em Ciências – 40 anos depois*", integrando de novo a exposição fotográfica de 2008. Realizou-se também uma série de nove vídeos "*Incêndio Ciências – 40 anos – À conversa com…*". Para além de docentes, funcionários e alunos da Faculdade, convidados a partilhar as suas memórias dos tempos do incêndio, recolheu-se também o depoimento do Chefe José Tomé da Ascensão, um dos elementos do Batalhão de Sapadores Bombeiros que esteve presente no combate ao incêndio (Ciências ULisboa, 2018a).

Os painéis de introdução das exposições de 2008 e 2018 têm em comum a frase: "*No dia seguinte à tragédia do incêndio do dia 18 de março de 1978, começou a reconstrução! E, juntos, mesmo sem edifício, continuámos a ser a Faculdade de Ciências, até hoje*". 40 anos depois, há um caminho percorrido e um esforço constante para fazer cada vez melhor no caminho a percorrer.

A autora trabalha na Faculdade de Ciências desde 2000, exerce funções na área da segurança e tinha 3 anos e meio aquando do incêndio. Com base nos relatórios do incêndio, em artigos publicados na imprensa e nos depoimentos recolhidos sobre o incêndio, apresenta este texto como uma reflexão pessoal sobre as diferenças entre os mecanismos de prevenção e de resposta à emergência existentes em 1978 e em 2018. As referências que faz à situação atual não são uma análise nem exaustiva nem crítica do plano de segurança da Faculdade (Ciências ULisboa, 2018b). São apenas referências avulsas a alguns aspetos da gestão de emergência e do combate a incêndio que, em 2018, tornam a madrugada de 18 de março de 1978 um pouco mais distante.

Antes do incêndio

O edifício da Faculdade de Ciências (fig. 1) situava-se na Rua da Escola Politécnica e ocupava uma área de 8000m^2. José Pinto Paixão, atualmente Professor Catedrático da Faculdade e Vice-Reitor da Universidade de Lisboa, refere que "*não foi pensado para um ensino mais moderno e, sobretudo, para um ensino mais massificado*" nem tinha condições para "*acomodar tanto material combustível*" (Ciências ULisboa, 2018c). De acordo com Fernando Catarino, atualmente Professor Catedrático Jubilado da Faculdade, nos inícios dos anos 60 houve um afluxo enorme de pessoas da província que se deslocavam para a capital, "*trabalhadores cujos filhos, entretanto entravam na Faculdade*" (Ciências ULisboa, 2018d). A Faculdade passou a receber um número de alunos muito superior ao que as instalações suportavam e não havia salas de aulas suficientes. Para colmatar essa necessidade, construíram-se uns pavilhões pré-fabricados no claustro do edifício e foi num destes pavilhões que o incêndio eclodiu.

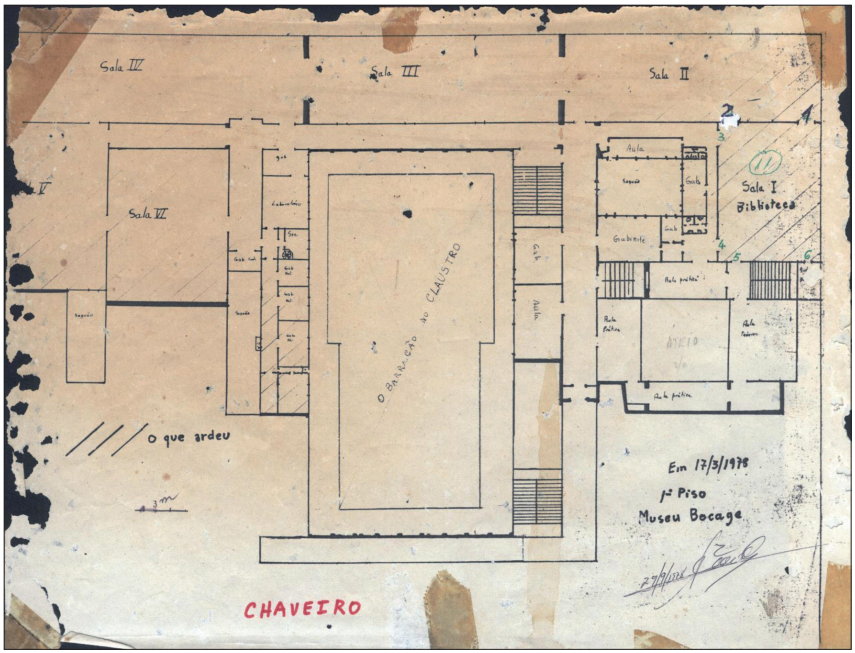


Fig. 1 - Planta original das áreas atingidas pelo incêndio (Costa, 2015).
***Fig. 1** - Original plan of the areas affected by the fire (Costa, 2015).*

De acordo com o relatório de fogo elaborado pelo Batalhão de Sapadadores Bombeiros (BSB, 1978a), o pavilhão era construído em madeira, *tabopan* e esferovite. No edifício da Faculdade, as paredes eram em alvenaria de pedra, os pisos e tetos em madeira e a cobertura em telha assente em estrutura de madeira. Os portões de acesso eram estreitos, não permitindo a entrada dos carros dos bombeiros pela via principal. Alguns meses antes do incêndio tinham sido iniciadas obras nas vias circundantes, tornando-as intransitáveis. A Faculdade dispunha de extintores portáteis e de seis marcos de água instalados pouco tempo antes e ainda sem pressão aquando do incêndio. Não existia qualquer sistema de deteção de incêndio nas instalações da Faculdade.

Nos laboratórios existiam grandes quantidades de líquidos inflamáveis e substâncias químicas suscetíveis de explosão, garrafas de gás comprimido e substâncias radioativas (BSB, 1978a). Na série dos nove vídeos "I*ncêndio Ciências – 40 anos – À conversa com…*" é comum a referência à perigosidade dos materiais armazenados no laboratório de química (Ciências ULisboa, 2018a).

Nos dias que se seguiram ao incêndio, a comunicação social criticou violentamente a falta de investimento na prevenção contra incêndios nos edifícios de Lisboa. A Faculdade de Ciências não era exceção. Durante vários dias, a imprensa dedicou-se ao incêndio (fig. 2) , publicando diversos artigos nos jornais "A Capital", "Diário de Lisboa", "Diário de Notícias", "Diário Popular", "Expresso", "Jornal Novo" e "O Diário". Multiplicaram-se as referências à falta de condições de segurança, à atitude dos responsáveis governamentais, à legislação – que ou não existia ou, quando existia, não era posta em prática de forma efetiva –, aos materiais utilizados nas construções, à inexistência de bocas de incêndio, à falta de inspeções dos Bombeiros às condições de segurança dos edifícios. Curiosamente, nesses artigos publicados há quarenta anos, também já foram comuns referências à ausência de sistemas de deteção de incêndio, à inexistência de equipas de segurança e de meios de primeira intervenção, à inexistência de normas obrigatórias para arquitetos e projetistas, à falta de planeamento das funções dos edifícios e à inexistência de critérios de dimensionamento de portas, escadas e saídas de emergência que permitissem uma evacuação rápida.

Fig. 2 - À esquerda: Capa do Jornal "A Capital", 20 de março de 1978.
À direita, em cima: Recorte da capa do Jornal "A Capital", 18 de março de 1978.
À direita, ao meio: Recorte da reportagem do Jornal "A Capital", página 4, de 20 de março de 1978.
À direita, em baixo: Recorte da reportagem do "Diário Popular", páginas 18 e 19, de 18 de março de 1978 (Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa).

***Fig. 2** - Left: Front page of "A Capital" newspaper, March 20th, 1978.*
Top right: Cutting from the front page of "A Capital" newspaper, March 18th, 1978.
Centre right: Cutting from page 4 of "A Capital" newspaper, March 20th, 1978.
Bottom right: Cutting from an article in the "Diário Popular" newspaper, pages 18 and 19, March 18th, 1978 (Source: Hemeroteca Municipal of Lisbon).

Durante o incêndio

"*Senhores telespetadores, são três e vinte da manhã, a Faculdade de Ciências de Lisboa está a arder*" foi a frase do jornalista Cesário Borga que fez a abertura do telejornal no dia que se seguiu à madrugada do incêndio (Arquivo RTP, 2018). De facto, um incêndio com início no pavilhão pré-fabricado consumira o edifício da Rua da Escola Politécnica durante cerca de quatro horas e meia até ser considerado extinto às 5:30h de 18 de março de 1978 (BSB, 1978a).

O trabalho de Francisco Carrapiço, atualmente Professor Auxiliar Aposentado da Faculdade, tinha-se arrastado durante essa noite. Estava com os colegas a acabar de arrumar o laboratório quando bateram violentamente à porta a informá-los que havia um incêndio. Recorda que a primeira coisa que fizeram foi sair e tentar avisar os bombeiros. Foram ao PBX (central de distribuição telefónica) mas não conseguiram fazer a ligação pelo que se deslocaram ao único café que estava aberto, a Pastelaria Alsaciana, a cerca de 2 a 3 minutos a pé (Ciências ULisboa, 2018e).

A primeira chamada de alerta de incêndio foi recebida às 1:12h na Central Telefónica do Comando, situada na Av. Dom Carlos I. "*O Telefonista de Serviço olhou na direção da Faculdade tendo visto um enorme clarão, pelo que teve a perceção de que se tratava de um incêndio de grandes proporções*" (BSB, 1978a).

Com o apoio de 11 viaturas, o incêndio foi combatido por cerca de uma centena de bombeiros do Batalhão de Sapadores Bombeiros, auxiliados pelos "*Bombeiros Voluntários de todas as secções de Lisboa e Voluntários do Dafundo*" (BSB, 1978a).

Às 1:16h, a Central Telefónica do Comando recebeu a primeira informação sobre o reconhecimento com a indicação de que a cobertura já se "*encontra tomada*" e o pedido de mais meios de combate (BSB, 1978b). A partir daí deu-se início à montagem de agulhetas e ao plano de trabalhos, que se viriam a prolongar até o incêndio ser considerado circunscrito às 4:00h, dominado às 4:30h, extinto às 5:30h e concluído às 17:15h com o registo de dois bombeiros feridos sem gravidade e sem quaisquer outras vítimas a lamentar (BSB, 1978a).

"*O que é que eu vi? Vi tudo a arder!*", responde o Chefe Tomé com um sorriso pragmático quando questionado sobre o que viu quando chegou ao local do incêndio. "*Os fogos são todos iguais*", desafia (Ciências ULisboa, 2018f). No início dos trabalhos, a prioridade dos bombeiros foi a proteção do laboratório de química que, às 1:55h, foi considerado isolado do fogo, sem correr o risco inicialmente previsto. Este procedimento garantiu a preservação do Laboratorio Chimico oitocentista, que foi recuperado e que pode atualmente ser visitado no Museu Nacional de História Natural e da Ciência.

"*Por vezes, no nosso país há uma certa dificuldade de planeamento porque os portões do edifício não permitiam a entrada dos carros de Bombeiros*" refere Filipe Duarte Santos que, na altura, fazia parte do Conselho Diretivo da Faculdade e atualmente

é Professor Catedrático Jubilado (Ciências ULisboa, 2018g). De facto, o combate foi dificultado pela impossibilidade de circundar a Faculdade, não só devido à reduzida largura dos portões de acesso à Avenida das Palmeiras mas também porque as vias circundantes se encontravam intransitáveis por motivo de obras. A agravar o decurso dos trabalhos, a referência à falta de água que se fez sentir durante todo o ataque, com registo de pedidos à EPAL para reforço da pressão de água na zona às 1:50h, 2:59h, 3:20h e 3:55h (BSB, 1978b).

Através da janela de um gabinete que dava diretamente para o Jardim Botânico, Francisco Carrapiço salvou material e equipamentos de microscopia (Ciências ULisboa, 2018e). António Galopim de Carvalho, atualmente Professor Catedrático Jubilado, acompanhado por um funcionário e por "*um bombeiro com uma lanterna, com umas mantas por cima da cabeça*" fizeram duas viagens para salvar, com sucesso, todos os livros do lançamento dos exames que se encontravam num gabinete do edifício (Ciências ULisboa, 2018h). Os bombeiros combatiam o incêndio sem proteção respiratória, com a viseira do capacete levantada, mangas da camisa arregaçadas e sem luvas (fig. 3).

Comparecem no local o General Ramalho Eanes (Presidente da República), Sottomayor Cardia (Ministro da Educação e Cultura) e Aquilino Ribeiro Machado (Presidente da Câmara Municipal de Lisboa) (Arquivo RTP, 2018). Às 5:30h "*o Exº. Sr. Comandante manda dizer que dá o fogo por extinto e diz para mandarem para o local do fogo Rua da Escola Politécnica rações de trabalho para o pessoal, com fartura*" (BSB, 1978b). Finalmente, entrava-se na fase do rescaldo.

Após o incêndio

O incêndio destruiu uma grande parte do edifício principal (fig. 4), que compreendia as instalações de ensino, o Museu Nacional de História Natural, o Instituto Geofísico Infante D. Luís, além de nove centros de investigação científica nas áreas da Matemática, Física, Química, Geologia e Biologia. Perderam-se várias coleções do Museu Bocage, nomeadamente as coleções de anfíbios e répteis, invertebrados, insetos, peixes, mamíferos e aves. No Museu de Mineralogia e Geologia, o incêndio destruiu ainda cerca de 80% dos exemplares mineralógicos (Costa, 2015).

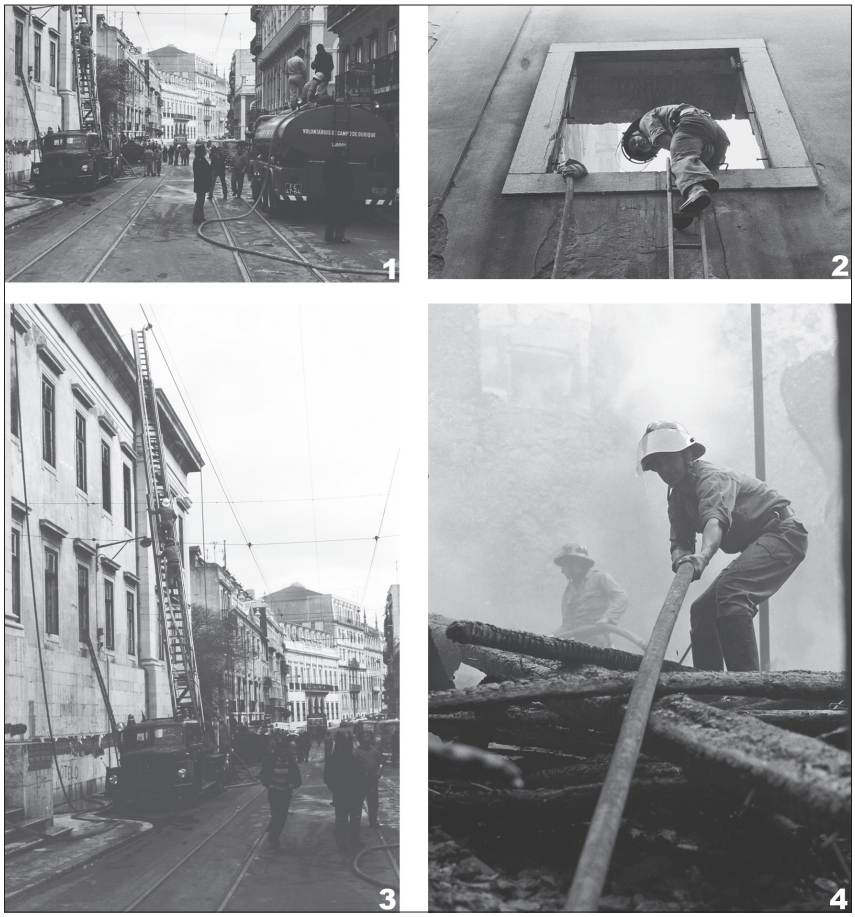


Fig. 3 - Trabalhos de rescaldo do incêndio de 18 de março de 1978 na Faculdade de Ciências (Fontes: (1), (2), (3) – João Correia de Freitas, aluno do 2.º ano em 1978; (4) – Rui Santos, aluno do 3.º ano em 1978).

Fig. 3 - *Working in the aftermath of the fire of March 18th, 1978 at the Faculty of Sciences (Sources: (1), (2), (3) - João Correia de Freitas, 2nd year student in 1978; (4) - Rui Santos, 3rd year student in 1978).*

Sem as ferramentas informáticas da atualidade para o arquivo de documentos, muitos docentes e alunos perderam irreversivelmente o seu trabalho.

Maria João Collares-Pereira, aluna de doutoramento em 1978 e atualmente Professora Catedrática Aposentada, saiu da Faculdade na sexta-feira, dia 17,

"*às nove da noite e como ia voltar no sábado às oito da manhã*", deixou ficar todo o seu trabalho (três anos de trabalho de investigação) em cima da secretária. Levou para casa os exames dos alunos, "*uma esferográfica e uma máquina de calcular*". "*O resto tinha, literalmente, todo o meu trabalho dentro daquele gabinete. Foi tudo destruído*", recorda (Ciências ULisboa, 2018i). Fernando Catarino recorda que, quando chegou ao Príncipe Real "*ainda se viam chamas e muito fumo, Bombeiros e água a correr*" (Ciências ULisboa, 2018d). Manuela Rocha, atualmente Professora Auxiliar Aposentada, trabalhava na secção de química e por isso o seu local de trabalho foi poupado às chamas. Mas lembra-se de, uns dias depois de incêndio, ter acedido à sala onde trabalhava e do espanto de ver os seus cadernos "*todos sujos e com um pó preto*", apesar de haver uma distância considerável até à zona destruída pelo incêndio (Ciências ULisboa, 2018j). Filipe Duarte Santos recorda que "*os sapatos que eu utilizei nessa noite ficaram destruídos, [...] não aguentaram aquela noite*" devido à quantidade de água que havia no chão do edifício (Ciências ULisboa, 2018g).

Fig. 4 - A Faculdade de Ciências nos dias que se seguiram ao incêndio de 18 de março de 1978 (Fonte: João Correia de Freitas, aluno do 2.º ano em 1978).

Fig. 4 - *The Faculty of Sciences in the days after the fire of March 18th, 1978 (Source: João Correia de Freitas, 2nd year student in 1978).*

Contudo, ao contrário do que parecia inevitável depois de uma tragédia desta dimensão, a Faculdade de Ciências não interrompeu a sua atividade (fig. 5). No dia seguinte ao incêndio, com o portão da Faculdade guardado 24h/dia pela Polícia de Segurança Pública, os docentes, alunos e funcionários começaram a recuperação dos materiais possíveis. Filipe Duarte Santos refere que "*as crises têm sempre um aspeto positivo porque incentivam as pessoas a lutar e a contrariar os efeitos negativos*". Recorda a cooperação, o sentido do dever, da necessidade de resolver o problema e de manter a Faculdade a funcionar (Ciências ULisboa, 2018g). Francisco Carrapiço considera importante reforçar que "*de facto, houve um verdadeiro espírito de escola que, naturalmente, já existia e que transpareceu nesta situação de grande dificuldade*" (Ciências ULisboa, 2018e). "*Se se pode ganhar alguma coisa? Ganhamos sempre! Para além da amizade e solidariedade*", Maria João Collares-Pereira conta que conseguiu que fosse adquirido o microscópio que há muito precisava e, sem o qual, não teria conseguido fazer algumas das análises com a mesma qualidade (Ciências ULisboa, 2018i). Galopim de Carvalho conclui que "*a vida é assim, a seguir às grandes desgraças, há a necessidade de recuperar e de refazer*" (Ciências ULisboa, 2018h). José Fernandes Lousa, atualmente Coordenador do Gabinete de Obras, Manutenção e Espaços, acredita que o incêndio "*acelerou de algum modo a construção da nova Faculdade no Campo Grande que, se calhar, demoraria muito mais tempo*" se os órgãos de decisão não tivessem sido confrontados com essa necessidade de resposta imediata (Ciências ULisboa, 2018k). Fernando Catarino corrobora: "*se não fosse o incêndio, a Faculdade de Ciências hoje era uma escola menos importante*" (Ciências ULisboa, 2018d). Os depoimentos são unânimes: o incêndio foi uma tragédia que o espírito de solidariedade e o sentido de dever acabariam por transformar numa oportunidade de crescimento.

O Ministério da Educação e Cultura disponibilizou um edifício na Av. 24 de Julho, permitindo a continuação das aulas. Nos tempos que se seguiram ao incêndio, a Faculdade de Ciências funcionou dispersa entre o edifício da Politécnica, a Av. 24 de Julho e, a partir da década de 80, também nos edifícios que foram sendo construídos na Cidade Universitária, no Campo Grande. Num só dia, os docentes e alunos podiam ter aulas nos três pontos da cidade. O primeiro edifício do campus do Campo Grande a ser inaugurado foi o C1 em 1984 e o último, o edifício C6,

Fig. 5 - (1) – Recorte da reportagem do Jornal "O Diário", páginas 8 e 9, de 21 de março de 1978. (2), (3) e (5) – Trabalhos de recuperação na Faculdade de Ciências, após o incêndio de 18 de março de 1978. (4) – Recorte da reportagem do Jornal "Diário de Notícias", página 9, de 21 de março de 1978. (Fontes: (1) e (4) – Hemeroteca Municipal de Lisboa; (2), (3) e (5) – João Correia de Freitas, aluno do 2.º ano em 1978).

***Fig. 5** - (1) - Cutting from report on pages 8 and 9 of the "O Diário" newspaper of March 21st, 1978; (2), (3) and (5) - Recovery work at the Faculty of Sciences after the fire of March 18th, 1978; (4) - Cutting from the report on page 9 of the "Diário de Notícias" newspaper of March 21st, 1978 (Source: (1) and (4) - Hemeroteca Municipal de Lisboa , (2), (3) and (5) - João Correia de Freitas, 2nd year student in 1978).*

em 2004 (fig. 6). Contudo, a Faculdade só saiu totalmente da Escola Politécnica em 2011, com a integração do Museu Nacional de História Natural e da Ciência na estrutura orgânica da Universidade de Lisboa.

40 anos depois

Ao longo deste capítulo são feitas referências à situação atual em matéria de prevenção, segurança contra incêndio e gestão da emergência na Faculdade de Ciências. O objetivo não é o de analisar técnica e detalhadamente o plano de segurança

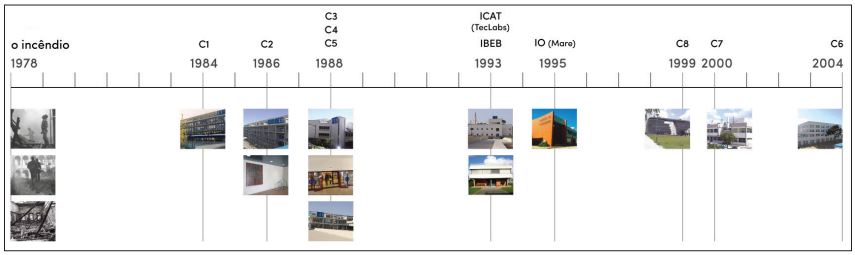


Fig. 6 - Linha do tempo desde o incêndio, em 1978, até à conclusão do campus do Campo Grande, em 2004 (Fonte: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa).

Fig. 6 - *Timeline from the fire in 1978 to the completion of the Campo Grande campus in 2004 (Source: Faculty of Sciences, University of Lisbon).*

da Faculdade (Ciências ULisboa, 2018b), mas o de destacar alguns aspetos curiosos que marcam a diferença 40 anos depois do incêndio de 1978.

O paradigma da prevenção tem vindo a consolidar-se na Faculdade de Ciências. Em 2016, é publicado o Despacho n.º 9353/2016, de 21 de julho, que aprova o regulamento orgânico da Faculdade de Ciências. Pela primeira vez, é criada uma unidade de serviço onde a referência à segurança é explícita (Gabinete de Segurança, Saúde e Sustentabilidade).

Hoje, os onze edifícios do campus do Campo Grande estão dotados de sistemas automáticos de deteção de incêndio, com centrais de deteção equipadas com transmissores telefónicos que, em caso de ativação de um dispositivo, comunicam com o posto de segurança e, caso se esgotem as temporizações programadas, difundem o alarme sonoro. A difusão do alarme também pode ser manual, por ativação das botoneiras instaladas nos edifícios.

O posto de segurança funciona no edifício C5 em regime de 24h/dia e 365 dias/ano e as instalações estão protegidas por quatro vigilantes no mesmo regime, apoiados por um sistema de CCTV (circuito interno de televisão).

Em caso de alarme nos edifícios C2, C4, C5 e C8, a evacuação em direção aos quatro pontos de reunião do campus é orientada por equipas de evacuação, encontrando-se em implementação procedimentos semelhantes nos restantes edifícios. Em caso de evacuação geral de um edifício, são criados perímetros de segurança. As comunicações de emergência são feitas via rádio entre delegado de segurança, posto

de segurança, vigilante móvel e três elementos das equipas de segurança, a definir na altura da ocorrência.

Em termos de meios de primeira intervenção, todos os edifícios estão equipados com extintores portáteis adequados ao tipo de materiais combustíveis a que se destinam. Os edifícios estão também equipados com centrais de bombagem, que garantem o abastecimento de água com pressão e caudal adequados para utilização dos carretéis instalados nos edifícios. Existe uma equipa de catorze elementos com formação adequada em primeira intervenção contra incêndio. Para garantir o fornecimento de água para abastecimento dos veículos dos Bombeiros, existem seis marcos de incêndio no campus. Os edifícios C6 e C8 estão ainda equipados com redes secas de incêndio.

Os laboratórios estão equipados com lava-olhos e chuveiros de emergência e existe um plano de controlo de acidentes com matérias perigosas. Conta com uma equipa de doze elementos com formação adequada para a utilização do *kit* que se encontra permanentemente disponível no posto de segurança e que é constituído por equipamentos de proteção individual e materiais absorventes.

Em caso de emergência médica é acionado o plano de primeiros socorros com desfibrilhação automática externa (DAE). Existem duas malas de primeiros socorros e dois equipamentos de DAE (no Posto de Segurança e no edifício C8), disponíveis para utilização pelos vinte e quatro elementos da equipa. Entre 2014 e 2017, a equipa de primeiros socorros teve uma média de 34 intervenções por ano, 13 das quais com transporte da vítima pelos meios de socorro ao Hospital de Santa Maria. Em 2018, até ao dia 1 de setembro, contam-se 30 intervenções, 5 das quais com transporte ao Hospital (Fonte: Gabinete de Segurança, Saúde e Sustentabilidade; Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa).

É feita manutenção periódica a instalações técnicas, equipamentos e sistemas de segurança e são mantidos registos de segurança com relatórios de ações no âmbito da segurança contra incêndio em edifícios.

Quanto à acessibilidade dos meios de socorro, desde que não haja estacionamento abusivo, a largura das vias não é fator condicionante. O constrangimento no acesso através de uma das cancelas foi resolvido substituindo os pilaretes fixos por pilaretes amovíveis. Em termos de altura útil, existem três zonas condicionadas,

dado que a via passa sob passagens pedonais. Não há comprometimento da circulação automóvel, contudo os veículos de emergência com altura superior a 3,10m, consoante o local da ocorrência, podem ficar limitados apenas a um dos três pontos de acesso. No sentido de garantir a rapidez do acesso e a eficácia dos meios de combate em caso de incêndio, a 3.ª Companhia do Regimento de Sapadores Bombeiros visitou as instalações com vários tipos de veículos para identificar os pontos de acesso preferenciais a cada um dos edifícios (fig. 7). Os procedimentos para a abertura de cancelas e/ou portões e o encaminhamento dos meios de socorro para o local da ocorrência estão devidamente enquadrados no plano de emergência interno.

Fig. 7 - Verificação da acessibilidade dos meios de socorro aos edifícios da Faculdade de Ciências, realizada pela 3.ª Companhia do Regimentos de Sapadores Bombeiros, em junho de 2013 (Fonte: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa).

***Fig. 7** - Checking accessibility of the rescue services to the buildings of the Faculty of Sciences, carried out by the 3rd Company of the Lisbon Fire Brigade, in June 2013 (Source: Faculty of Sciences, University of Lisbon).*

Desde 2013 que se realizam exercícios de segurança e simulacros na Faculdade de Ciências (fig. 8) que têm por objetivos testar o plano de segurança, treinar os ocupantes com vista à criação de rotinas, testar a eficácia da atuação das equipas de segurança, identificar aspetos a melhorar e aperfeiçoar os procedimentos de gestão da emergência (Tabela I).

Para além da formação certificada que é garantida aos elementos das equipas de primeiros socorros com desfibrilhação automática externa, primeira intervenção contra incêndio e controlo de acidentes com matérias perigosas, a Faculdade de

Ciências tem organizado ações de sensibilização em matérias diversas relacionadas com a segurança, dirigidas a toda a comunidade académica e que contam muitas vezes com o apoio dos agentes de proteção civil (Tabela II).

Tabela I - Simulacros realizados na Faculdade de Ciências, desde 2013.

***TABLE I** - Safety drills in Faculty of Sciences since 2013.*

Ano	Edifício(s)	Cenários
2013	C8	Sismo e evacuação geral
2014	C8	Sismo e evacuação geral
2015	C8	Sismo, incêndio, vítima em paragem cardiorrespiratória e evacuação geral
2016	C2	Evacuação geral
	C4 e C5	Incêndio, emergência médica e evacuação geral
2017	C8	Incêndio e evacuação geral
	C2	Derrame de matéria perigosa, emergência médica e evacuação geral
	C4 e C5	Assalto, incêndio, emergência médica e evacuação geral

Fonte: Gabinete de Segurança, Saúde e Sustentabilidade; Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa .

Source: Safety, Health and Sustainability Office; Faculty of Sciences, University of Lisbon.

Tabela II - Ações de sensibilização em matéria de segurança realizadas na Faculdade de Ciências, desde 2013.

***TABLE II** - Safety awareness sessions in Faculty of Sciences since 2013.*

Ano(s)	Nome da ação	Parceiro(s)
2013, 2015, 2017, 2018	Segurança em laboratório e gestão de resíduos perigosos	-
2014	Avaliação, controlo e prevenção de riscos profissionais	-
2014	Segurança nos laboratórios de Ciências	-
2014, 2015	*Mass training* – suporte básico de vida	Instituto Nacional de Emergência Médica
2014	Gestos que Salvam (primeiros socorros)	Instituto Nacional de Emergência Médica
2014	Sessão de treino em manuseamento de extintores	Regimento de Sapadores Bombeiros
2015, 2017	Ação de sensibilização para o Risco Sísmico	Proteção Civil Municipal, Instituto Dom Luiz
2016, 2017	Segurança para alunos estrangeiros em Portugal	Polícia de Segurança Pública
2017	Avaliação do Risco Químico e Implementação do REACH - Cenários de Exposição	Autoridade para as Condições do Trabalho

Fonte: Gabinete de Segurança, Saúde e Sustentabilidade; Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa .

Source: Safety, Health and Sustainability Office; FFaculty of Sciences, University of Lisbon.

Fig. 8 - Exemplos de ações (simulacros e ações de formação/sensibilização) relacionadas com a segurança na Faculdade de Ciências, desde 2013. Da esquerda para a direita, e de cima para baixo: Sessão de treino em manuseamento de extintores (2014); *Mass training* – suporte básico de vida (2014); Controlo de acidentes com matérias perigosas (2016); Vista geral do ponto de reunião durante o simulacro nos edifícios C4 e C5 (2016); Pormenor da atuação da equipa de primeiros socorros durante o simulacro nos edifícios C4 e C5 (2016); Ação de sensibilização para o risco sísmico (2017)
(Fonte: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa).

Fig. 8 - *Examples of drills and training/awareness actions related to safety in the Faculty of Sciences, since 2013. From left to right, from top to bottom: Training session on handling a fire extinguisher (2014); Mass training - basic life support (2014); Control of accidents with dangerous substances (2016); General view of the meeting point during the safety drill in buildings C4 and C5 (2016); Detail of the first-aid team during the safety drill in buildings C4 and C5 (2016); Awareness session for seismic risk (2017).*
(Source: Faculty of Sciences, University of Lisbon).

Conclusão

A Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa renasceu das cinzas a que a Politécnica ficou reduzida na madrugada do dia 18 de março de 1978. Hoje, é uma Faculdade maior, instalada no Campo Grande, Cidade Universitária, num campus com onze edifícios e cerca de 5 mil alunos.

Logo no dia seguinte à tragédia, docentes, funcionários e alunos começaram a reconstrução, com um espírito de solidariedade e sentido de dever para com a Escola, que deixaram marcas na memória de quem viveu o pós-incêndio na Faculdade. Mais do que uma tragédia, foi um exemplo de resiliência. Transformou a catastrófica dificuldade numa teimosa oportunidade e cresceu. 40 anos depois, é uma Faculdade diferente sob inúmeros aspetos da sua atividade, incluindo os que dizem respeito à prevenção e à segurança contra incêndio em edifícios. A comparação entre as referências à segurança nos relatórios do incêndio, artigos publicados na imprensa e nos depoimentos recolhidos e alguns aspetos atuais da gestão da segurança e da emergência denota melhorias já implementadas (Tabela III).

A cultura da segurança e da prevenção tem-se desenvolvido, os laços institucionais entre a Faculdade e os agentes de proteção civil têm-se estreitado, a comunidade académica tem aderido ao objetivo comum de melhorar a segurança de todos na Faculdade de Ciências. Contudo, é bom que o incêndio permaneça na memória institucional, recordando à Faculdade de hoje que as desgraças não acontecem só aos outros. Refletir sobre o caminho percorrido em matéria de segurança é um exercício de humildade: o que há para fazer é muito mais importante do que o que já está feito. Os pequenos incidentes, os acidentes com maior gravidade e as grandes tragédias como a de 18 de março de 1978 não acontecem devido ao que já está feito (mesmo que seja muito), acontecem devido ao que está por fazer (mesmo que seja pouco).

TABELA III - Aspetos relacionados com a segurança na Faculdade de Ciências: 1978 *vs*. 2018.

TABLE III - *SSafety aspects in Faculty of Sciences: 1978 vs. 2018,*

Aspetos relacionados com a segurança	**1978**	**2018**
Deteção	Sem sistemas automáticos de deteção de incêndio	Com sistemas automáticos de deteção de incêndio
Alarme	Sem dispositivos para difusão de alarme	Acionamento automático ou manual de alarme de incêndio (sirenes)
Alerta	PBX (central de distribuição telefónica): inoperacional fora do horário de funcionamento diurno; Café das proximidades	Contacto telefónico direto (telefones fixos e telemóveis)
Meios de combate a incêndio	Extintores portáteis; Marcos de água sem pressão	Extintores portáteis; Rede de incêndio armada, com central de bombagem e carretéis; Marcos de água com manutenções periódicas; Redes secas de incêndio (C6 e C8)
Equipas de segurança	Inexistentes	Equipas de evacuação, primeiros socorros com DAE, primeira intervenção contra incêndio, controlo de acidentes com matérias perigosas, coordenadas por equipa de gestão de emergência.
Acessibilidade dos meios de socorro	Portões de acesso estreitos, impedindo o acesso das viaturas; Vias circundantes impraticáveis por motivo de obras	Cancela estreita e condicionamentos em altura, mitigados em conjunto com os Bombeiros
Evacuação do edifício e perímetro de segurança	Acesso de pessoas ao edifício para salvar bens materiais durante o fogo; Multidão no passeio oposto, junto ao edifício em chamas	Evacuação geral dos edifícios; Perímetros de segurança
Armazenamento de agentes químicos	Espaços improvisados	Armazéns de reagentes; Armários específicos em alguns laboratórios
Materiais de construção	Pavilhão: Madeira, *tabopan* e esferovite; Edifício principal: paredes em alvenaria de pedra, pisos e tetos em madeira, cobertura em telha assente em estrutura de madeira	Estrutura de pilares e vigas de betão, paredes em alvenaria de tijolo, cobertura em placa de betão.

Referências bibliográficas

Arquivo RTP. (2018). *Incêndio na Escola Politécnica de Lisboa*.

BSB. (1978a). *Relatório de Fogo*. Câmara Municipal de Lisboa, Batalhão de Sapadores Bombeiros, Lisboa.

BSB. (1978b). *Central Telefónica do Comando: 18-21 de março de 1978*. Câmara Municipal de Lisboa, Batalhão de Sapadores Bombeiros.

Ciências ULisboa. (2018). *Estatísticas*. Retrieved 09 01, 2018, from Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa: https://ciencias.ulisboa.pt/pt/estat%C3%ADsticas

Ciências ULisboa. (2018a, 03 14). *Incêndio em Ciências: 40 anos depois*. Retrieved 09 01, 2018, from Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa: https://ciencias.ulisboa.pt/pt/evento/14-03-2018/40-anos-incendio

Ciências ULisboa. (2018b). *Plano de Segurança da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa*. Documento em fase de revisão.

Ciências ULisboa. (2018c). *Incêndio Ciências - 40 anos - À conversa com... José Pinto Paixão*. Retrieved 09 01, 2018, from https://www.youtube.com/watch?v=_f3vCmabqvk&feature=youtu.be

Ciências ULisboa. (2018d). *Incêndio Ciências - 40 anos - À conversa com... Fernando Catarino*. Retrieved 09 01, 2018, from https://www.youtube.com/watch?v=q6x7uTxM7MI&feature=youtu.be

Ciências ULisboa. (2018e). *Incêndio Ciências - 40 anos - À conversa com... Francisco Carrapiço*. Retrieved 09 01, 2018, from https://www.youtube.com/watch?v=Vzjrir-FOgg&feature=youtu.be

Ciências ULisboa. (2018f). *Incêndio Ciências - 40 anos - À conversa com... Chefe Tomé*. Retrieved 09 01, 2018, from https://www.youtube.com/watch?v=gfXxzqRu1Ig&feature=youtu.be

Ciências ULisboa. (2018g). *Incêndio Ciências - 40 anos - À conversa com... Filipe Duarte Santos*. Retrieved 09 01, 2018, from https://www.youtube.com/watch?v=n2bLZdrt-0g&feature=youtu.be

Ciências ULisboa. (2018h). *Incêndio Ciências - 40 anos - À conversa com... Galopim de Carvalho*. Retrieved 09 01, 2018, from https://www.youtube.com/watch?v=hQFeE10B9dY&feature=youtu.be

Ciências ULisboa. (2018i). *Incêndio Ciências - 40 anos - À conversa com... Maria João Collares-Pereira*. Retrieved 09 01, 2018, from https://www.youtube.com/watch?v=25Q2o35FcwM&feature=youtu.be

Ciências ULisboa. (2018j). I*ncêndio Ciências - 40 anos - À conversa com... Manuela Rocha*. Retrieved 09 01, 2018, from https://www.youtube.com/watch?v=fLXFiuDnXVI&feature=youtu.be

Ciências ULisboa. (2018k). *Incêndio Ciências - 40 anos - À conversa com... José Fernandes*. Retrieved 09 01, 2018, from https://www.youtube.com/watch?v=T6mDozkcSfg&feature=youtu.be

Costa, E. S. (2015). *Conservar depois da catástrofe. O caso dos documentos queimados do antigo Arquivo Histórico do Museu Bocage: caracterização material e proposta de um protocolo de intervenção*. Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa.

DBV. (2008). *O incêndio da Politécnica*. Retrieved 09 01, 2018, from https://oincendio.wordpress.com/

30 ANOS DEPOIS DO INCÊNDIO DO CHIADO. QUE LIÇÕES RETIRAR?

30 YEARS OVER CHIADO FIRE. WHAT LESSONS TO TAKE?

Carlos Silva
Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa (Portugal)
carlos.vaz.silva@cm-lisboa.pt

Pedro Pedro
Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa (Portugal)
pedro.pedro@cm-lisboa.pt

Resumo: Volvidos 30 anos do Incêndio do Chiado, ocorrente no dia 25 de agosto de 1988, o qual afetou um dos Centros Urbanos Antigos mais emblemáticos da cidade de Lisboa, que causou duas vítimas mortais, e destruiu cerca de 10 000 m^2 de área edificada, contribuindo para perdas irreparáveis, importa que, deste trágico incêndio, saibamos retirar as devidas lições, de modo a que, hoje, se possa contribuir para uma maior e melhor cultura de segurança contra incêndios em edifícios e, consequentemente, aumentar a segurança e a eficácia das operações de combate a incêndios desta tipologia.

Palavras-chave: Incêndio, Centros Urbanos Antigos, edifícios, lições, segurança.

Abstract: Thirty years have passed since the violent Chiado fire, which occurred on 25 August 1988 in one of the most iconic old urban

DOI: https://doi.org/10.34037/978-989-20-8919-5_1_4

centres in Lisbon, caused two deaths and destroyed about 10 000 m^2 of built area. It caused irreparable losses and it is therefore important that we take lessons from this tragic fire, so that we can create a greater and better culture of fire safety in buildings and thereby increase the safety and effectiveness of operations to fight fires of this type.

Keywords: Fire, old urban centres, buildings, lessons, safety.

Introdução

Sobre território nacional impende uma constelação de riscos bastante alargada e diversificada (Fountoura, 2013). De uma forma geral, os incêndios apresentam um elevado número de ocorrências e enquadram-se nesse largo espectro de riscos, os quais vulneram seriamente a segurança e bem-estar das populações, afectam amplamente o funcionamento das sociedades[1], e causam, infortunadamente, um número elevado de feridos e vítimas mortais[2]. São caracterizados por um alto potencial desestabilizador e impactante, constituindo-se, dessa forma, num sério risco e numa permanente ameaça a um importante conjunto de ativos-críticos (pessoas e animais, ambiente, infraestruturas críticas, património e bens). Importa assim que o Estado e as entidades, públicas e privadas, que com ele concorrem para gerir um território que é altamente vulnerável a determinados riscos, realizem, principalmente no pressuposto aqui versado, uma consciente e integrada gestão do risco (UN, 2015), de maneira a que se minimizem ao máximo os danos advenientes de um incêndio.

[1] Em média, ocorrem 2 000 000 incêndios por ano, nos países pertencentes à União Europeia (UE). As perdas económicas têm um valor estimado de 1 % do Produto Interno Bruto da União Europeia. https://firesafeeurope.eu/resources/#facts (3 de agosto de 2018).

[2] Cerca de 5 000 incêndios por dia (90 % destes em edifícios), causam, em média, 12 vítimas mortais. https://firesafeeurope.eu/resources/#facts (3 de agosto de 2018).

Com efeito, grande parte do território nacional é vulnerável a incêndios, considerando-se, genericamente, cinco grandes famílias[3]: i) incêndios em edifícios e em infraestruturas não edifícios; ii) em vegetação (natural e cultivada); iii) incêndios em meios de transporte; iv) incêndios em detritos e v) incêndios no exterior (não estrutural).

Com importantes fatores diferenciáveis entre si, os incêndios em edifícios são uma contínua preocupação ao longo de todo o ano para as forças de socorro.

O Incêndio do Chiado, ocorrente num bairro histórico de Lisboa no dia 25 de agosto de 1988, inscreve-se como um dos incêndios em edifícios mais destrutivos registados em Portugal e na Europa, após a 2.ª Guerra Mundial (até 1988), particularmente em termos de impacto urbano. Extraordinariamente violento, destacamos a existência de duas vítimas mortais e algumas dezenas de feridos, do mesmo resultaram, também, prejuízos económico-sociais avultadíssimos, bem como a destruição irreversível de um vasto património cultural, urbanístico e arquitectónico, demonstrando assim à sociedade as lacunas existentes no que toca à proteção, preservação e segurança dos centros históricos das urbes. Este incêndio servirá assim de impulso à promulgação do Decreto-Lei n.º 426/89, onde se vinca a importância da segurança e proteção contra incêndios dos Centros Urbanos Antigos[4] (CUA), dimanando do mesmo um conjunto de iniciativas técnicas que apontaram para a necessidade de implementação de verdadeiras políticas de prevenção face ao risco de incêndios nestes centros.

---

[3] Existem uma multiplicidade de riscos que geram uma série de ocorrências, que podem ser divididas e subdivididas num sistema de classificação, de forma a facilitar a sua análise e estudo. Em Portugal, é da responsabilidade da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), das Academias e de outras entidades, aprofundar o conhecimento sobre esta temática. Efetivamente, "*constata-se em Portugal a falta de informação sistematizada sobre os incêndios urbanos e industriais que permita o desenvolvimento de estudos a partir do conhecimento desta realidade*" (Primo *et al.*, 2008). Julgamos ser pertinente, numa área de atividade tão crítica e sensível como esta, a partilha de informação e de algum conhecimento do domínio desta autoridade, o qual está classificado como matéria reservada (e.g., Norma de classificação de tipologia de ocorrências), seguindo o exemplo de outros países mais abertos à partilha da informação e do conhecimento.

[4] "*Conjuntos de edificados cuja homogeneidade permite considerá-los como representativos de valores culturais, nomeadamente históricos, arquitectónicos, urbanísticos ou simplesmente afectivos, cuja memória importa preservar, competindo às câmaras municipais a sua identificação, após parecer das entidades com competências específicas nas áreas que concorrem para a sua qualificação e delimitação*" (DL n.º 426/89).

Por outro lado, de referir que, de um modo geral, quer a cultura de segurança, quer a legislação contra incêndios em áreas urbanas, era, à altura, manifestamente escassa. Importa mesmo mencionar que as disposições relativas à segurança contra incêndios, principalmente nos CUA, antes deste incêndio, "*encontravam-se perigosamente afastadas do limiar mínimo de segurança*" (Coelho, 2000). Esta condição assumia-se extraordinariamente preocupante para os cidadãos, proprietários, seguradoras, edilidade, bem como para Regimento de Sapadores Bombeiros (RSB) de Lisboa. Inclusivamente, este Corpo de Bombeiros (CB), não raras vezes, demonstrava essa preocupação através da emissão de rigorosos pareceres técnicos, isto porque tinha um amplo conhecimento da falta de condições de segurança existentes, quer numa parcela do edificado, quer nos espaços públicos envolventes (sobretudo nos bairros históricos), fruto de regulares vistorias técnicas que eram realizadas pelo seu Gabinete de Estudos Técnicos e Seção de Prevenção e Vistorias.

No que toca especificamente ao risco de incêndio, qualquer CUA é, por si só, motivo de preocupação acrescida, na medida em que reúne um conjunto de particularidades que potencia a deflagração e a propagação de incêndios (Vicente *et al.*, 2011), as quais, se não forem alvo de intervenções técnicas de grande profundidade, podem proporcionar sérias e graves consequências. Desde construções antigas, envelhecidas e deterioradas, com deficientes isolamentos nas instalações técnicas (e.g., eléctrica e gás), falta de caminhos de evacuação, inexistência de sistemas de alarme ou extinção, arruamentos estreitos e labirínticos (e.g., Alfama e Bairro Alto), associado a um estacionamento discricionário (o qual dificulta a passagem e posicionamento de veículos e o estabelecimento dos meios de ação por parte dos bombeiros), a existência de edifícios devolutos, uma população envelhecida, uma rede de hidrantes deficitária, ausência de Planos Prévios de Intervenção (PPI), entre outros, são problemas persistentes em muitos CUA, na medida em que só uma pequena parte do edificado existente foi intervencionado, sobretudo conforme especificações técnicas da legislação de segurança contra incêndios após 1989.

Este estudo é resultante do livro *Incêndio do Chiado – Um olhar técnico-operacional*, dos mesmos autores, de 2016. Metodologicamente, assenta na pesquisa

e na análise de fontes documentais do Arquivo Histórico do RSB[5] e do Arquivo do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa (inquérito da Polícia Judiciária). Recorreu-se também a bibliografia e documentação sobre o assunto (bibliotecas e internet). Os mapas apresentados resultam de alguns apensos ao "*Relatório do Incêndio*".

No sentido de nortear o conhecimento sobre este sinistro, foram por nós levantadas três questões. O que é que existiu de tão particular neste incêndio para ser visto como um evento extraordinariamente invulgar e excecional? Importa também perceber se terá este incêndio representado um marco na prevenção e no socorro em Portugal, e que lições, volvidas três décadas, se retiraram, e quais as que ainda se podem retirar?

O Incêndio do Chiado – 25 de agosto de 1988

As cidades sempre polarizaram importantes funções. Os centros antigos[6], como ponto de origem das mesmas, são o seu eixo gravitacional (Salgueiro, 2005). Como testemunho de várias épocas, estes concentram e sintetizam um importante património histórico, cultural, arquitectónico e vivencial, constituindo-se espaços de elevada atratividade que importa proteger e preservar.

Como importante centro histórico da cidade de Lisboa, o Chiado é comummente aceite como a área que envolve o Largo de Camões e o Largo do Chiado, desce até à Rua Garrett com as suas transversais e bifurca na Rua Nova do Almada e Rua do Carmo. Considerada uma das áreas mais nobres e históricas da capital portuguesa, o Chiado foi uma síntese de um conjunto de ideias e ideais que o transformaram

[5] Onde se destaca o "Livro de Registos de Comunicações" da Central Telefónica do Comando (CTC), o "Relatório do Incêndio" e a "Parte de Socorro". Este último documento, é elaborado pelos Comandantes de Operações de Socorro (COS) em todas as ocorrências. Contém dados e informação sobre a mesma, meios empenhados acções desenvolvidas e factos mais relevantes. Quando estas ocorrências são de grandes dimensões ou de extraordinária gravidade, são tecnicamente complementadas por um relatório.

[6] São múltiplas as definições de conceito de centro antigo: centro histórico, casco antigo ou núcleo fundacional de uma cidade, conjunto urbano com interesse patrimonial ou centro urbano antigo (Carvalho, 2011).

num centro exclusivo de convivência social, política e cultural, adquirindo assim a categoria de um dos centros históricos mais emblemáticos de Lisboa. Local de passagem obrigatória, as suas artérias sempre foram muito movimentadas, devido ao comércio, aos serviços, à habitação, à hotelaria, serviço oficinal e armazenamento.

Não obstante a ocorrência, no passado, de grandes incêndios de elevada intensidade em Lisboa[7], a memória coletiva, seja a da sociedade civil, seja a das principais autoridades, sobretudo políticas, adiava, amiúde, soluções e medidas no âmbito de tomadas de decisão com enfoque na prevenção e segurança contra incêndios, quer pelo afastamento temporal dos grandes incêndios do passado, quer pela dificuldade ou falta de coragem em alterar uma cultura existente. E assim, na madrugada de 25 de agosto de 1988, deflagrou nos Armazéns Grandella (DIAP, 1988) um violentíssimo incêndio. Com vários quarteirões afectados, acabou por ter um impacto amplamente destrutivo, uma vez que afetou 21 edifícios (dez ficaram completamente destruídos, e os outros parcialmente) correspondente a uma área em planta de 10 000 m^2 (aprox. 60 000 m^2 de área de construção).

Para perceber um pouco melhor este incêndio, importa aqui fazer uma pequena *reprise* histórica. Depois do violentíssimo sismo de 1755, Lisboa assistiu, na reconstrução, a um profundo processo de reconversão (Santos, 2005), quer na sua malha urbana, quer no edificado, rasgando, quase em definitivo, com um passado multissecular no que respeita especificamente aos elementos construtivos dos edifícios (Coelho, 2000). Emergiam assim novos conceitos, sobretudo de normalização, de pré-fabricação e de um sistema estrutural antissísmico em *Gaiola Pombalina* (Gomes, 2011), que consistia, este último, num "*complicado encadeamento de traves e numa complexa e sistemática rede de madeiramentos que podiam* [e podem]*, até certo ponto resistir às oscilações do solo*" (Barreiros, 1887), mas que, numa situação de incêndio, representava (e representa) inconvenientes extraordinariamente graves e preocupantes. Importa salientar que, este conceito, que era aplicado sobretudo na Baixa Pombalina, prevalecerá até finais do século XIX,

[7] Em Lisboa, são variadíssimos os exemplos de incêndios de grande dimensão, dos quais destacamos o da Baixa Pombalina, ocorrente em 1863, e que afetou os Paços do Concelho, o Banco de Portugal e companhias comerciais.

tendo sido posteriormente reconvertido pelo conceito de *Gaioleiro*[8], caracterizado por uma liberdade arquitectónica e construtiva, em contraste com a rigidez das normas construtivas aplicadas nos edifícios pombalinos (Gomes, 2011). Se a *Gaiola Pombalina* perdurou até aproximadamente 1870, o *Gaioleiro*, será, a partir de então, a tipologia de edificado dominante até meados dos anos 30 do século XX (Gomes, 2011). Em concreto, e no que efetivamente importa para a segurança dos cidadãos, e por consequência para o CB, é saber que o principal denominador, nos conceitos construtivos da *Gaiola Pombalina* e *Gaioleiro*, é o elevado emprego da madeira, o qual, associado posteriormente a um "*aumento do número de pisos, ao acrescentamento das áreas de implantação, e à progressão em profundidade*"[9], no seu conjunto, e entre outros fatores adiante descritos, aumentam consideravelmente a vulnerabilidade ao risco de incêndio.

Os edifícios afetados pelo incêndio correspondiam a duas categorias: i) *pombalinos* ou antecedentes (quase todos os edifícios) e ii) edifícios construídos após a demolição dos edifícios pombalinos pré-existentes – Armazéns Grandella (Perloiro *et al.*, 1989). Em boa verdade, ainda que na sua essência os edifícios do Chiado não fossem integralmente *pombalinos*, e quase todos terem sido alvo, ao longo do tempo, de grandes "*alterações arquitetónicas e estruturais*"[10] (Perloiro *et al.*, 1989), estes acabavam por reunir a principal parte dessa matriz, devendo-se considerar esse factor sobremaneira indutor e decisivo no comportamento do incêndio.

---

[8] Também "prédios de rendimento". Estão associados ao aumento da procura no mercado imobiliário. Eram construídos com o objetivo de serem vendidos ou alugados, fator que motivou muitos construtores a contornar certas regras construtivas e a preocuparem-se mais com a possibilidade de lucro imediato, ao invés de investir na qualidade dos materiais empregues e na qualidade construtiva, de onde derivaram enormes alterações a nível estrutural e construtivo com implicações ao nível da segurança (Andrade, 2011, e Gomes 2011).

[9] http://www-ext.lnec.pt/LNEC/DE/NESDE/divulgacao/evol_tipol.html (21 de julho de 2018).

[10] No que toca aos Armazéns Grandella e Grandes Armazéns do Chiado, estes *"sofreram profundas modificações* "*causadas pela evolução lógica da ocupação do espaço*" (Leite, 1988). Em 1903, Francisco Grandella adquiriu um edifício na Rua do Carmo e imediatamente uniu este edifício a um outro contíguo que já possuía na Rua Áurea com a Rua da Assunção, transformando-os num único estabelecimento comercial, inaugurado em 1907, como os Armazéns Grandella, "*edifício-berço*" do incêndio. Depois desta união entre edifícios, importa igualmente referir que os Armazéns Grandella voltariam a sofrer novamente uma série de alterações determinantes no comportamento do incêndio, destacando-se, a "*introdução de elementos metálicos e de betão armado estranhos às estruturas de alvenaria e de madeira original*" (Perloiro *et al.*, 1989).

Em termos arquitectónicos, os edifícios existentes na área do Chiado (*Pombalinos* e *Gaioleiros*), compartilhavam um conjunto de caraterísticas semelhantes que importa aqui inferir. Inseridos em quarteirões retangulares, estes eram constituídos maioritariamente por 4/5 pisos (Andrade, 2011, e Miranda, 2011), mais águas-furtadas, sendo que, quase todos, eram de altura idêntica. Os rés-do-chão eram amplos e em abóboda[11], para a instalação de lojas e armazéns. Os vãos nos pisos térreos eram mais largos do que nos pisos superiores. As janelas eram várias e de grandes dimensões (de sacada ou peitoril). As paredes exteriores eram em alvenaria de pedra, e tinham ainda paredes meeiras[12]. No interior, o pé direito era bastante generoso, com cerca de 3,70 metros. Os sótãos eram utilizados para habitação (águas-furtadas e mansardas) e arrumos. A estrutura interior era constituída por madeira e alvenaria, de espessura média de 0,5 metros (Miranda, 2011, e Andrade, 2011).

De referir ainda que os edifícios da área do Chiado eram utilizados para vários fins. De um antigo centro maioritariamente habitacional, a área do Chiado converteu-se, pela pressão exercida pelo sector terciário (Salgueiro, 1992), num polo de comércio e serviços. À altura do incêndio, era ainda possível encontrar várias utilizações-tipo, tais como, lojas e armazéns comerciais nos pisos térreos, e, acima destes, andares dedicados a serviços, sobretudo oficinas e armazenamento de material. Só era possível encontrar fogos habitacionais em alguns edifícios, sobretudo nos últimos pisos, onde se encontravam as águas furtadas e as mansardas, habitados, principalmente, por uma população idosa e isolada.

Porém, para entender este incêndio de uma forma mais objetiva, justifica-se analisá-lo sob a lente técnico-operacional. Depois de percebermos a vulnerabilidade acrescida e sistémica existente nos CUA e, também, um acrescido descuro que era transversal a toda a sociedade e que castigou fortemente quem vivia no Chiado e quem dele dependia, passaremos, de seguida, a analisar o incêndio em si. Embora não o fazendo de forma esmiuçada, cuidaremos de que aqui sejam elencados os factos que nos pareceram mais prevalentes e relevantes.

---

[11] Construídas em alvenaria (tijolo, no caso destas) e de pedra (no caso dos arcos), suportam os pavimentos do piso superior, conferindo um maior resistência à base do edifício, e, no caso de incêndio, servia como barreira física na propagação do fogo para os pisos superiores.

[12] Estas paredes dividem os edifícios até a uma cota superior à da cobertura, aproximadamente 0,5 m. Têm como principal função elemento corta-fogo, para além da separação estrutural entre edifícios.

O alarme[13] foi recepcionado, via telefone, na CTC do RSB às 05h19'[14] do dia 25 de agosto. De imediato a Central do RSB despacha um número pré-determinado de meios, os quais, em termos operacionais, são normalmente os necessários e determinantes para uma eficaz primeira resposta para esta tipologia de ocorrências. Os primeiros meios saem dos quartéis do RSB às 05h20', localizados no Largo do Regedor (Rossio, a poucas centenas de metros do Chiado), e na Av. D. Carlos I (Santos). A chegada ao local dos primeiros meios (quartel do Rossio) ficou registada às 05h23'[15], conforme informação emitida via rádio para a Central pelo subchefe do primeiro veículo, onde este refere "*[...] é fogo nos armazéns do Grandella, arde com muita intensidade e peço todo o material disponível*"[16] (RSB, 1988c). Nunca na memória colectiva do RSB se ouviu um pedido tão extraordinário, o que revela a excepcionalidade do incêndio. Nos primeiros registos fotográficos (fot. 1), é possível verificar que o incêndio consome já o Armazém Grandella, e ameaça propagar-se aos edifícios mais próximos. A nossa experiência aponta para o seguinte, ou o incêndio teve uma ignição invisível e oculta por vários minutos e, quando ocorreu

---

[13] Se a hora do alarme é um assunto que pode gerar polémica num incêndio de pequenas dimensões, esta reveste-se de maior importância e gravidade quando os incêndios são fatais e extraordinariamente destrutivos. Nos CUA, o alarme assume ainda uma maior preocupação, pois "*estes são caracterizados por possuirem uma percentagem elevada de edifícios devolutos, que albergam diferentes materiais ou lixo, e pelo facto de estarem permanentemente desocupados, coloca-se o problema do alarme poder ser tardio, aquando da deflagração de um incêndio*" (Vicente, 2011).

[14] A primeira chamada de alarme é registada na fita magnética da CTC às 05h14' (cfr. registo audiovisual e testemunhos) facto que foi impossível contrariar após análises técnico-laboratoriais. É importante referir que no registo de comunicações da central telefónica do RSB a mesma chamada de alarme é registada, por escrito, às 05h19' (RSB, 1988c). Estes cinco (5) minutos de diferença resultam do facto de existir um relógio na CTC que servia de referencial para os operadores, o qual não estava acertado com as horas do relógio do gravador da fita magnética, facto que gerou alguma confusão. Nesta exposição conta a hora inscrita no Livro de Registo de Comunicações, por ser do mesmo relógio utilizado na referência das restantes entradas, a qual não adultera em nada os factos.

[15] Estes 3 minutos, correspondente à hora de saída e à primeira transmissão (pedido de mais meios), no nosso entender, não deverão corresponder ao real tempo de deslocação. Cuidamos que o tempo de deslocação foi na realidade menor, quer pela curta distância (aprox. 300 m), quer pela inexistência de trânsito àquela hora da madrugada.

[16] No relatório do incêndio, elaborado pelo RSB, é revelado que "*as razões pelas quais o sinistro atingiu proporções tão elevadas foram, fundamentalmente, a tardia transmissão do alerta [alarme]"* (RSB, 1988b). A Parte de Socorro relatará ainda *"que a extensão atingida pelo incêndio quando se chega ao local, leva a crer que ele [o fogo] já se tinha declarado há bastante tempo, de outro modo só se poderia explicar a sua grandiosidade por uma ação premeditada, mas que em nada está confirmada até ao momento*" (RSB, 1988a).

Fot. 1 - Primeiros registos fotográficos - Armazém Grandella (Fonte: Autor não identificado).
***Photo 1** - First photographic records - Grandella Warehouse (Source: Author not identified).*

o *flashover*[17], propiciaram-se as circunstâncias para ser detetado, ou o incêndio teve uma ignição bastante violenta, associada a uma rápida propagação que em poucos minutos atingiu grandes proporções.

Contudo, se não foi possível determinar a hora de ignição, nem o tempo que intermedeia entre esta e a deteção do incêndio, já a hora do primeiro alarme, é fatual (05h19'). Face aos constantes telefonemas e à primeira comunicação do Comandante de Operações de Socorro (COS), a CTC envia continuamente reforços (05h20' e 05h23'),

[17] O *flashover* é o momento considerado crítico no âmbito das fases de desenvolvimento de um incêndio, pois é nesta fase que a combustão se generaliza a todos os combustíveis num dado compartimento (Castro e Abrantes, 2004) e se corre o risco de se propagar a outros compartimentos, a todo o piso, ou outros pisos.

quer dos sapadores bombeiros de Lisboa, quer dos Corpos de Bombeiros Voluntários da cidade, mas que rapidamente se esgotam. Com efeito, as circunstâncias instavam para a necessidade de se proceder a um plano de trabalhos que implicava, evacuações, salvamentos e estabelecimento dos meios de ação face a um incêndio de enormes dimensões, em rápido desenvolvimento e não circunscrito, que ameaçava propagar-se a outros edifícios, sendo necessários muitos mais meios[18] para o conseguir circunscrever e dominar. Nos primeiros instantes, a situação verificada era a seguinte:

> "*[...] violento incêndio nos Armazéns do Grandella, que ardem desde a Rua do Carmo à Rua da Assunção, faltando escassos metros para atingir a fachada da Rua Áurea. As chamas propagam-se a todos os pisos, Rua Áurea e cobertura, passam para o exterior através de vãos de portas e janelas, os vidros já se encontram na sua maioria partidos e as chamas elevam-se bastantes metros acima da cobertura. Assistia-se frequentemente a explosões e derrocadas seguidas de projeções de línguas de fogo que projetavam para o exterior os gases inflamados, os quais atingiam os revestimentos em madeira e persianas em plástico dos edifícios fronteiros. Os elementos das fachadas dos edifícios fronteiros dos Armazéns Grandella na Rua do Carmo estão já a arder e nas ruas adjacentes a temperatura é elevada, não permitindo a aproximação do pessoal e equipamento*" (RSB, 1988b, 1989).

Com o fogo a consumir o Armazém Grandella, situado este entre o Montepio Geral e os Armazéns do Chiado (fig. 1), e ameaçando propagar-se a estes edifícios e aos fronteiros da Rua do Carmo, a estratégia compreendia a salvaguarda de vidas e a defesa da Baixa Pombalina e dos edifícios institucionais, situados a sul. Contudo, nesta demanda, por várias vezes se verificam revezes nas operações, com o recuo de meios devido à elevada temperatura e contínua progressão do incêndio, o qual ameaçava, realmente, expandir-se

[18] Por não haver mais meios disponíveis na cidade de Lisboa, a CTC contactou a Inspeção Regional de Lisboa e Vale do Tejo (IRLVT) no sentido de acionar os CCO da Grande Lisboa, para o envio de meios dos Corpos de Bombeiros limítrofes à cidade de Lisboa. Agregando-se o RSB, Corpos Bombeiros Voluntários da cidade de Lisboa e os Corpos de Bombeiros limítrofes à cidade, perfez, na totalidade, 59 Corpos de Bombeiros, 216 veículos e 1680 operacionais, além de toda uma panóplia de entidades e agentes que prestaram socorro e apoio (e.g., PSP, CVP e EPAL).

para qualquer uma das exposições, o que não se veio a verificar no edifício do Montepio Geral, devido, em parte, à parede meeira que separava este edifício do Grandella.

Devido à gravidade da situação e ao elevado número de meios e entidades envolvidas, impôs-se, de modo sucessivo e gradativamente, a presença no Teatro de Operações (TO) de todas chefias e elementos do comando do RSB, bem como do figurino político[19].

Face à excecionalidade das circunstâncias verificadas no local, colocou-se ainda a hipótese, numa primeira fase, do emprego de meios aéreos. Helicópteros, sobretudo para reconhecimento (que mais tarde ocorreu), bem como para evacuações e apoio logístico, e ainda aviões (C 130) para o combate ao incêndio, mas que, por motivos de segurança, não viria a suceder.

Com decorrer do tempo, e em função da rápida propagação do incêndio a outros edifícios (fig. 2 e 3) e ao crescente número de meios envolvidos, houve um aumento da dimensão do TO, que associado às características da malha urbana, fez com que, empiricamente, se constituissem sectores (fig. 3) para uma melhor gestão das operações. Será mais ou menos pelas 06h00' que o incêndio se propaga aos Armazéns do Chiado (fot. 2), "*através de um saguão existente entre os dois edifícios para o qual havia vãos abertos a diversas alturas*" (RSB, 1988b), e entre as 07h00' e as 07h30' "*atinge a parte central dos Armazéns do Chiado e ganhando súbita violência, as chamas atingem grandes proporções e as viaturas colocadas no cruzamento da Rua do Carmo com a Rua Nova do Almada, são obrigadas a recuar*" (RSB, 1988b).

No que toca a evacuações e salvamentos estes foram muitos. Destacam-se os efetuados na Pensão Europa, localizada na Rua do Carmo (fig. 1), onde "*residentes foram postos a salvo pelos seus próprios meios, alguns dos quais auxiliados e protegidos pelos bombeiros* (RSB, 1988b). Neste âmbito, entre as 06h46' e as 06h50' sucedeu o seguinte:

[19] A vertente técnico-operacional foi esgotada, numa primeira fase, às 05h55' com a comparência do Adjunto-técnico, Major Costa, que assumiu o COS. O Comandante do RSB, Coronel Santinha Matias, ausente da cidade de Lisboa, comparecerá no incêndio às 13h38'. Do figurino político comparecerão no local, Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa (CML) e o seu Presidente, Eng. Nuno Abecassis (todos integraram o Gabinete de Crise criado pela CML para a gestão do incêndio e processos pós incêndio. Embora esta tenha sido uma iniciativa que se provou como profícua à altura, ela demonstrou, no entanto, evidentes lacunas ao nível da partilha da informação junto dos Órgãos de Comunicação Social - OCS), bem como Secretários e Ministros de Estado, o Primeiro-ministro, Prof. Dr. Cavaco Silva, e ainda o Presidente da República, Dr. Mário Soares.

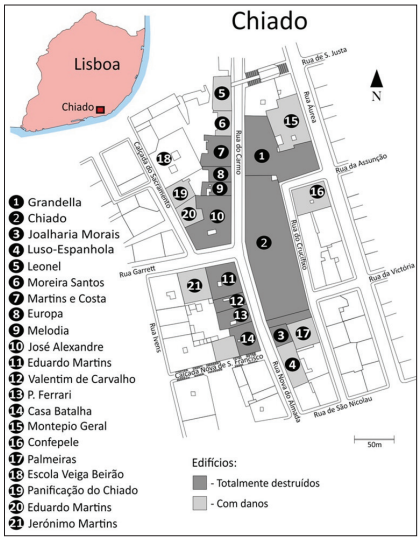


Fig. 1 - Localização do Chiado e edifícios (Fonte: Adaptado do RSB, 1988b).

***Fig. 1** - Location of Chiado and its buildings (Source: Adapted from RSB, 1988b).*

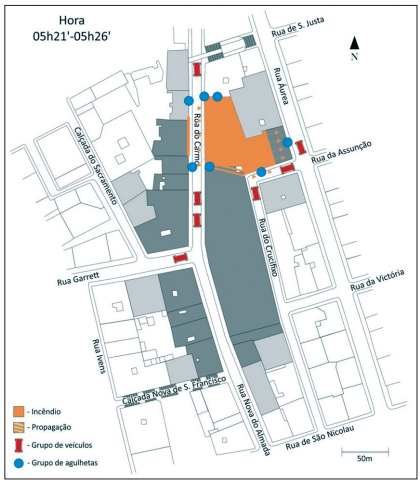


Fig. 2 - Incêndio entre as 05h21 e as 05h26 (Fonte: Adaptado do RSB, 1988b).

***Fig. 2** - Fire between 5.21 am and 5.26 am (Source: Adapted from RSB, 1988b).*

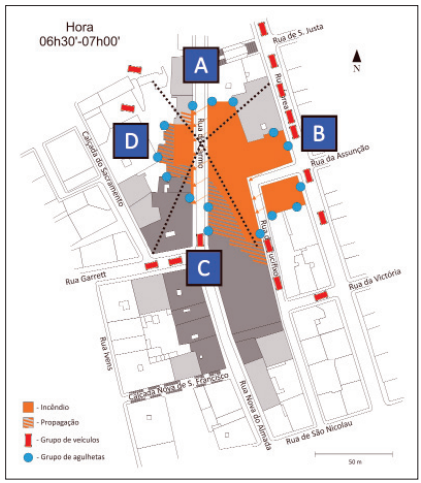


Fig. 3 - *Setorização do TO (Fonte: Adaptado do RSB, 1988b).*

***Fig. 3** - Sectorization of the fire zone (Source: Adapted from RSB, 1988b).*

"[...] nas traseiras do n.º 43 da Rua do Carmo, edifício Martins e Costa, já praticamente tomado pelas chamas, e durante o ataque efetuado pela Escola Veiga Beirão, cujo muro do pátio fica separado

Fot. 2 - Passagem do incêndio ao Armazém do Chiado (Fonte: Autor não identificado).
Photo 2 - *Fire transition to Chiado warehouse (Source: Author not identified).*

> *daquele imóvel por um saguão, apareceram duas pessoas do sexo feminino e uma do sexo masculino no último piso. Conseguiram os bombeiros retirar as duas pessoas do sexo feminino [com o auxílio de uma escada que permitiu formar uma espécie de ponte] não tendo sido possível salvar a terceira pessoa [Mário Ramires Vidal] em virtude das chamas alterosas e abatimento parcial da construção*" (RSB, 1988b).

Para além da perda humana de Mário Ramires Vidal, há a considerar, infelizmente, a morte de um bombeiro sapador do RSB, Joaquim Diogo Catana Ramos. Vítima de graves ferimentos (queimaduras de 2.º e 3.º grau), que resultaram do desabamento das escadas interiores de um edifício na Rua do Carmo (fronteiro aos Armazéns do Chiado), que provocou uma "onda" de calor que o atingiu (causando queimadoras menos graves noutro sapador bombeiro que com ele se encontrava a combater o incêndio nessa área), vindo a falecer no dia 22 de setembro no hospital (RSB, 1988b). Registou-se, ainda, um número significativo de feridos:

10 cidadãos, 60 bombeiros e 3 agentes da PSP. Este elevado número de bombeiros feridos poder-se-á explicar, em parte, pela quase total ausência de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

Devido à dimensão do incêndio, 3 horas após o alarme, ainda se verificavam alguns focos de menor intensidade, ou mesmo próximos da extinção, tanto nos Armazéns Grandella, como no edifício da Confepele (fig. 1). Noutros pontos, o incêndio ainda estava por circunscrever e dominar, nomeadamente nos edifícios fronteiros ao Grandella, na Rua do Carmo (fot. 3), e nos edifícios fronteiros aos Armazéns do Chiado (na Rua Nova do Almada e na Rua Garrett). Com o intuito de proteger a Escola Veiga Beirão e o quartel da Guarda Nacional Republicana (GNR), ao Carmo, além dos outros edifícios, foram alocados vários meios (linhas de ataque e proteção) no sentido de atacar o incêndio que consumia os edifícios que ladeavam

Fot. 3 - Pormenor do incêndio à Rua do Carmo (Fonte: CML).
Photo 3 - *Detail of the fire at Rua do Carmo (Source: CML).*

a Escola, quer através da Calçada do Sacramento, quer pelo pátio e interior da mesma. Esta situação derivou da impossibilidade de combater o incêndio pela Rua do Carmo, tanto pela intensidade do fogo, como também pela queda de elementos estruturais dos edifícios que se encontravam a arder (verificou-se a mesma situação na Rua Nova do Almada até ao cruzamento com a Calçada Nova de São Francisco).

A dimensão da área consumida era cada vez maior. Tentava-se, por todos os meios, travar o avanço do incêndio, o qual, havia já algum tempo que se conseguira travar na sua marcha para Norte e para Este. É crível pensar que a preocupação inicial das várias entidades (políticas e técnico-operacionais), residia em salvaguardar a Baixa da cidade, o que foi garantido com sucesso.

Fatores intrínsecos ao vento[20] de Nordeste (RSB, 1988b), ao declive da vertente, com incidência no desnivelamento entre pisos nos Armazéns Grandella (diferença de cota de 10 metros entre a Rua Áurea e a Rua do Carmo), a diferença da largura das ruas – 10 metros na Rua do Carmo e 14 metros na Rua Áurea (Carvalho e Arantes, 1991), a geometria e a tipologia do edificado, falta de pressão nos hidrantes, alguma preocupação acrescida na Rua Áurea (que conduziu a um desequilíbrio na distribuição de meios entre os vários setores), para além da enorme intensidade do incêndio, foram fatores que condicionaram o próprio incêndio a progredir para Sul, Sudoeste e Oeste (fig. 4, 5 e 6) e não para Este como, *a priori*, se receava. Ainda neste racional, refere-se que a circunscrição num incêndio urbano de grandes dimensões nos centros históricos é complexa e de difícil concretização. Nalgumas situações existem condicionantes estruturais inerentes a uma área urbana, sobretudo ao nível dos CUA, tais como muros, pátios, ruas estreitas, mobiliário urbano, escadas, saguões entre e em edifícios, instalações eléctricas na via-pública, edifícios com geometria variável, alterações estruturais no interior dos edifícios, desnivelamentos das coberturas, entre outras.

---

[20] Segundo o Boletim Meteorológico Diário (n.º 15 735), editado pelo Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, no dia 25 de agosto de 1988, ficaram registados na Estação Meteorológica Geofísico de Lisboa, os seguintes valores relativos ao rumo e velocidade do vento: pelas 00h – vento NNE, velocidade de 4,1 m/s; às 12h – vento de NE, velocidade igualmente de 4,1 m/s. Himoto *et al*. (2008), verificaram em modelos teóricos que a taxa de propagação de um incêndio em edifícios de madeira aumenta, sempre que a velocidade do vento é superior a 2 m/s. Conforme registo, a velocidade do vento, durante o incêndio, foi superior a 2 m/s.

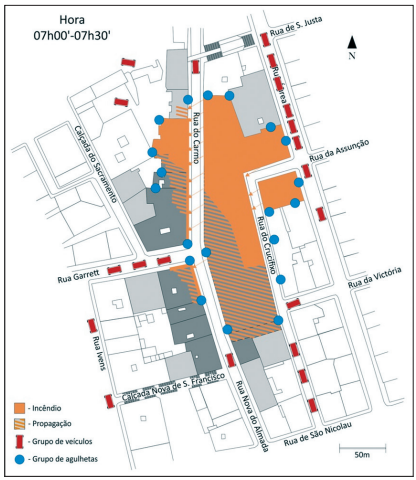


Fig. 4 - Mapa de evolução do incêndio: 07h00 - 07h30 (Fonte: Adaptado do RSB, 1988b).

Fig. 4 - *Fire evolution map: 7.00 am - 7.30 am (Source: Adapted from RSB, 1988b).*

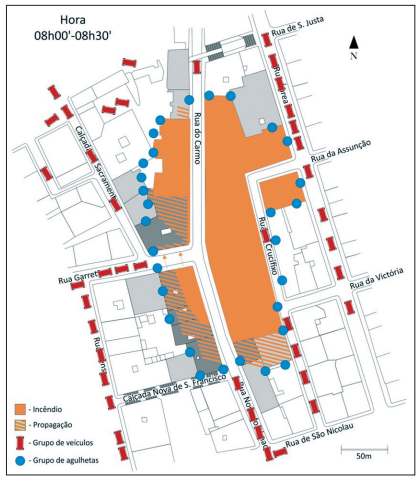


Fig. 5 - Mapa de evolução do incêndio: 08h00 - 08h30 (Fonte: Adaptado do RSB, 1988b).

Fig. 5 - *Fire evolution map: 8.00 am - 8.30 am (Source: Adapted from RSB, 1988b).*

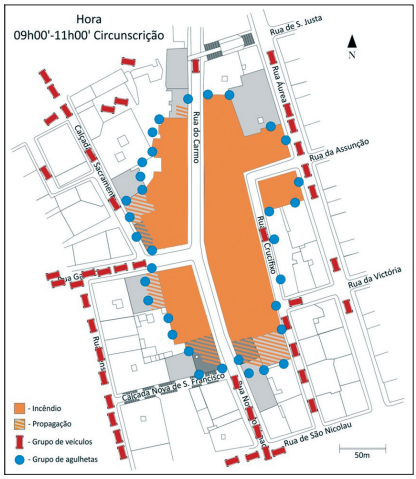


Fig. 6 - Mapa de evolução do incêndio: 09h00 - 11h00 (Fonte: Adaptado do RSB, 1988b).

Fig. 6 - *Fire evolution map: 9.00 am - 11.00 am (Source: Adapted from RSB, 1988b).*

No entanto, a partir das 09h00', mais de três horas após o início do seu combate, nos sectores A e B (fig. 3), já estava praticamente circunscrito. Era então imperativo travar, nesta fase, o seu avanço nos sectores C e D, de forma a que a sua circunscrição se efetivasse. O incêndio progrediu com violência na bifurcação da Rua Garrett com

a Rua do Carmo e a Rua Nova do Almada (fig. 5), facto que ameaçou a Escola Veiga Beirão, o Quartel da GNR e a Calçada Nova de São Francisco. Foi notório um reforço bastante significativo de meios com maior potência e capacidade de combate, numa tentativa obstinada de o circunscrever completamente. Por via da estratégia definida e tática aplicada, a circunscrição do incêndio foi conseguida pelas 11h00' (RSB, 1988c).

A partir das 11h00' foram feitos trabalhos de consolidação do perímetro do incêndio e, por volta das 15h00', o incêndio foi dado como dominado (RSB, 1988c), ou seja, este cedeu de forma permanente à ação dos meios de ataque. Porém, após o domínio do incêndio, ainda se mantinham pequenos focos nos escombros de alguns edifícios. Com várias agulhetas foi possível extingui-lo às 17h50', iniciando-se então a fase do rescaldo em toda a Zona do Sinistro (ZS). Foi necessário remover, expor e arrefecer todo o material ainda incandescente, processo igualmente repetido para os elementos estruturais dos edifícios. Os trabalhos estenderam-se também à aspiração de água nas caves dos edifícios afetados. De referir que as operações de rescaldo apenas foram concluídas no dia 5 de setembro, dando-se início à fase de prevenção e vigilância, que consistiu na colocação de um piquete de bombeiros na zona sinistrada, no sentido de intervir em caso de aparecimento de reativações, bem como dar apoio à retirada de haveres dos imóveis parcialmente afetados. A conclusão de todos os trabalhos por parte do RSB, ocorreu depois de terem sido recuperados os restos mortais de Mário Ramires Vidal, cinquenta e oito (58) dias após o início do incêndio (RSB, 1988b).

Importa, por último, referir que na senda da causa do incêndio, nada se conseguiu determinar, pese embora os fortes indícios transcritos no inquérito, onde parece "*não haver outra explicação para a origem do incêndio que não seja origem provocada por elemento humano*" (DIAP, 1988). Nada atesta, então, do ponto de vista da prova fatual, que este incêndio tenha sido causado por acidente, curto-circuito ou eventualmente outra causa. A própria PJ viria a concluir que a "*causa da origem do sinistro é tecnicamente indeterminável*" devido à existência de toneladas de destroços "*pulverizados e não susceptíveis de qualquer tipo de peritagem*" (DIAP, 1988). Porém, e conforme já referido, pelo facto do mesmo se apresentar com uma enorme dimensão, e se exibir violentamente à chegada dos primeiros meios, poder-se-á deduzir que este incêndio tenha tido na sua causa um impulso humano, contudo, até hoje, não foi possível comprovar este facto, pelas autoridades judiciais.

30 Anos Depois – Lições a Retirar

Independentemente de todo o rasto de destruição e perda, é importante recordar e relevar que é só depois de acontecimentos como o do incêndio aqui tratado, caraterizado por uma pronunciada magnitude e gravidade, que é possível, assim se queira, identificar as várias falhas, quer as presentes, quer as existentes. Impõe-se que se realizem análises sérias por parte das autoridades responsáveis, de forma a que se possam retirar as devidas lições, as quais, por imperativo técnico-científico, sejam promovidas um conjunto de medidas, quer de cariz regulamentar, quer nas vertentes técnico-operacionais, com o objectivo de evitar a repetição de incêndios com magnitude idêntica ou superior ao do Chiado, evitar a perda de vidas, limitar a extensão dos danos (Lemos *et al.*, 1989), reduzir o impacto ambiental, melhorar a segurança contra incêndios em edifícios, bem como as respetivas operações de proteção e socorro.

Volvidas três décadas sobre este incêndio, quais as lições que se retiraram, e quais as que ainda se podem tirar no sentido de aprofundar e melhorar a cultura de segurança? Esta foi umas das perguntas que colocámos no início deste estudo. Quer decorrente da catástrofe em si, quer de uma manifesta evolução verificada neste campo de atividade, nas lições a retirar relevamos o seguinte:

i) Uma importante lição reside no facto de um incêndio neste tipo de edificado, que não seja dominado logo no início, pode, por circunstância, tornar-se perigosíssimo, conduzindo, na pior das hipóteses, e conforme o exemplo aqui descrito, à destruição total de edifícios ou quarteirões. Esse perigo reside principalmente nos

> "*[...] materiais combustíveis que tradicionalmente compõem os elementos estruturais dos edifícios antigos, a elevada densidade de edifícios e as reduzidas distâncias de afastamento que apresentam entre si, a partilha de paredes de empena entre edifícios contíguos, a adaptação inadequada de edifícios para usos não habitacionais, a proliferação de edifícios extremamente degradados ou devolutos, muitas vezes com elevadas cargas de material combustível no seu interior, e a existência de instalações eléctricas antigas, frequentemente improvisadas, evidenciando acções de manutenção inadequada*s" (Vicente *et al.*, 2011).

Ainda assim, importa considerar a natureza das cargas incêndio e a consequente distribuição, na densidade e quantidade dos materiais existentes, entre outros fatores, os quais, em conjunto, acabam por determinar a deflagração, desenvolvimento, propagação, comportamento e consequente combate ao incêndio (Vicente *et al.*, 2011).

Estudos elaborados por Lemos *et al.* (1989), assentes num método desenvolvido pela *Harvard Fire Code*, indicam que foram os fatores de natureza estrutural dos edifícios que mais influenciaram este incêndio. Esses fatores correspondem à carga do incêndio imóvel[21] (Lemos *et al.*, 1989, e Pereira, 2015), facto que coincide com os já enunciados materiais construtivos[22]. Ainda outras alterações consistiram:

> "*[...] no alargamento de vãos da fachada ao nível da rua com vergas constituídas por vigas metálicas simplesmente apoiadas e sem qualquer proteção específica contra fogo, na ampliação de espaços interiores com supressão de paredes à custa de estruturas alternativas, na criação de ligações entre edifícios adjacentes sem qualquer dispositivo corta-fogo, em alterações nas circulações verticais entre vários pisos [vãos das escadas rolantes, elevadores e todas as escadas de comunicação existentes], cujas estruturas metálicas não estavam protegidas contra o fogo e na ocupação irregular dos logradouros e saguões e o desnivelamento existente entre pisos*" (Perloiro *et al.*, 1989, e Lemos *et al.*, 1989).

Para o conjunto dos edifícios afetados, e tendo por base os fatores estruturais, dever-se-ão considerar ainda fatores de ordem conjuntural, a saber:

---

[21] Também designada pela Carga de Incêndio Imobiliária, a qual considera a parte combustível da construção dos edifícios, a nível de estrutura, pavimentos, fachadas e coberturas (Pereira, 2015).

[22] Na esteira de Lemos *et al.* (1989) "*os materiais do tipo madeira e similares deram uma contribuição para a carga de incêndio global estimada em cerca de 82 %, sendo que, 78 % dos quais resultam da contribuição dos pavimentos de madeira. De referir que a estimativa da taxa de calor libertado, pela carga de incêndio global do edifício Grandella, foi cerca de* $1{,}16 \times 10^{13}$ *MJ, o que corresponde aproximadamente a 670 000 Kg de madeira*".

"*[...] a largura das ruas, a temperatura no meio das chamas, o critério de propagação de incêndio à fachada oposta, a distribuição das aberturas na fachada emissora e as dimensões das mesmas, a temperatura e comprimento das chamas, as temperaturas médias de incêndio, o fator de abertura*[23]*, as características correspondentes à carga do incêndio móvel*[24]*, constituída por todo um conjunto de objetos combustíveis que fazem parte do recheio do edifício, compreendendo, não só os artigos expostos para venda, como também aqueles que se encontravam armazenados, e o próprio mobiliário, os termos da distribuição espacial e a superfície de exposição da carga de incêndio móvel, o processo de pirólise dos materiais combustíveis e a consequente velocidade de propagação das chamas, a falta de compartimentação*[25]*, o movimento ascensional dos gases em combustão, a taxa de libertação de energia e a inexistência, quer de Sistemas Automáticos de Deteção de Incêndio (SADI), quer de Sistemas Automáticos de Extinção de Incêndios (SAEI)*" (Carvalho e Arantes, 1991, e Lemos *et al.*, 1989).

ii) Este incêndio veio igualmente estabelecer um virar de página no que toca ao risco de incêndios em áreas das cidades altamente críticas e vulneráveis que se querem preservadas e valorizadas (Vicente *et al.*, 2011). À altura

---

[23] O fator de abertura representa as condições de acesso de ar (comburente) e é descrito pela seguinte fórmula: $v = Av.\sqrt{h}/At$; v = fator de abertura (m^2); Av = área das aberturas (m^2); h = altura média das aberturas ponderada em relação à área de cada uma delas (m); At = área total das superfícies envolventes em m^2 (Lemos *et al.*, 1989).

[24] A carga de incêndio móvel ou mobiliária refere-se à quantidade total de carga combustível existente na superfície do compartimento (Pereira, 2015) e, compreende a quantidade total de calor libertado devido à sua combustão. As áreas do compartimento de incêndio são expressas em MJ/m^2 (Lemos *et al.*, 1989).

[25] A não existência de compartimentação vertical (entre pisos) e horizontal (no próprio piso) origina amplos espaços interiores. Esta falta de barreiras físicas (paredes, pavimentos, tetos, portas) tem um efeito potenciador na propagação do incêndio ao restante edifício, por não o confinar a uma determinada divisão em relação às restantes, condicionando, de forma provisória (considerando também a resistência ao fogo dos materiais dessas barreiras), a transmissão da temperatura ou partículas, seja através da radiação, da convecção ou da projeção, atrasando a propagação do incêndio e o alastramento dos fumos. Era usual verificar-se em alguns edifícios da Baixa Pombalina a comunicabilidade entre edifícios através de vãos abertos nas paredes corta-fogo. A ocorrência de um incêndio nestas condições, pode, fácil e rapidamente, propagar-se aos edifícios adjacentes através dos referidos vãos.

surgiram empenhamentos, sobretudo de carácter científico e regulamentar, com as devidas implicações em termos técnicos e operacionais. No que toca à componente científica, é de referir que esta sofreu um impulso significativo decorrente da iniciativa promovida pela CML e pela Associação Nacional de Municípios Portugueses[26]. No âmbito regulamentar, e após este sinistro, reconheceu-se a necessidade de criar e implementar novas regras de segurança contra incêndios em edifícios situados nos CUA (bem como a sua sequente utilização), conferida por nova regulamentação[27]. No que toca às componentes técnica e operacional, em boa verdade, quer decorrente do acontecimento em si, quer das componentes acima enunciadas, sobrevieram um conjunto de pressupostos técnicos que incidiram, de uma forma genérica, nos materiais construtivos a aplicar na construção de edifícios, na reação ou resistência destes elementos ao fogo, no melhoramento das instalações elétricas e de gás, na conceção de caminhos de evacuação, e ainda em critérios gerais de segurança, onde se inscrevem, por exemplo, a automatização da deteção, do alarme e da extinção, e na intervenção e atuação dos bombeiros em caso de incêndio;

iii) Contudo, outras lições importa aqui averbar. Uma delas, na esteira de Vicente *et al.* (2011), é a de que os CUA devem ser alvo de profundas análises de risco, onde devem constar as principais fontes de vulnerabilidade ao risco de incêndio, facto que visa a redução da probabilidade de ocorrência da deflagração,

---

[26] Estas duas entidades promoveram a realização de uma conferência internacional que originou um conjunto de cadernos técnicos, elaborados por investigadores do Instituto Superior Técnico, do Laboratório Nacional de Engenharia Civil e do RSB.

[27] Decreto-Lei n.º 426/89, "Medidas Cautelares de Segurança Contra Incêndios em Centros Urbanos Antigos", culminando no Decreto- Lei n.º 224/2015, de 9 de Outubro, diploma que efetua a primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro de 2008, "Regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios". Este decreto (n.º 426/89) exigia a recolha de dados técnicos de todos os imóveis e infra-estruturas dos CUA, mediante vistorias. Especificava medidas de redução do risco de ocorrência de incêndio (e.g., instalações eléctricas/gás, condutas de gases e fumos, cobertura dos edifícios), limitação à propagação no interior dos edifícios e destes para outros (e.g., isolamento entre frações/edifícios, compartimentação interior, abertura para saguões), criação de condições de evacuação (e.g., distância a percorrer, proteção de caminhos de evacuação, escadas e meios de evacuação e lotações máximas) bem como facilitar a intervenção dos bombeiros. Muitas das disposições vertidas neste decreto são manifestamente resultado de inconformidades verificadas e redigidas pós-incêndio.

desenvolvimento e propagação de incêndio[28]. O Decreto-Lei n.º 426/89, impunha a necessidade, neste âmbito, de elaboração de PPI. Algum trabalho foi realizado ao longo destes anos, mas, contudo, parece-nos francamente insuficiente. São efetivamente necessárias mais vistorias, a elaboração de PPI e mais exercícios/simulacros. Impõe-se que as entidades responsáveis (e.g., CB, Serviços Municipais de Proteção Civil, ANPC) tenham um real conhecimento dos perigos e das vulnerabilidades existentes nos CUA, assim como noutros pontos críticos (e.g., edifícios isolados de construção *Pombalina* e *Gaioleiros*). A implementação de regulamentação mais específica, bem como igualmente a implementação de medidas compensatórias, bem como iniciativas públicas de instalação detetores de fumo e *sprinklers*[29], principalmente nas habitações, numa ótica da redução da vulnerabilidade, com o fito proteger e salvar pessoas e animais, ambiente, infraestruturas críticas, património e bens;

iv) Uma outra lição que importa também reter, recai em cinco situações que, nos dias de hoje, ainda persistem e que criam, nomeadamente nos CUA, sérios constrangimentos, quer no acesso, quer no posicionamento dos veículos de socorro, quer ainda nas manobras e operações a empreender pelas equipas de emergência. A saber:
    a) o mobiliário urbano[30] (esplanadas, canteiros de betão fixados ao chão), que não deve existir em pontos da cidade que condicionem o acesso e a intervenção dos bombeiros (e. g., os pilaretes fixos devem ser amovíveis, preferencialmente controlados eletronicamente);

---

[28] Para tal, existem diversas metodologias da avaliação do risco de incêndio: Gretener, FRAME (*Fire Risk Assessment Method for Engineering*), FRIM (*Fire Risk Index Method*) e ARICA (Análise do Risco de Incêndio em Centros Urbanos Antigos). Estes métodos foram maioritariamente desenvolvidos para a avaliação do risco de incêndio em edifícios recentes, porém, devidamente adaptados, estes podem ser aplicados aos CUA, no sentido de escrutinar um valor de índice de vulnerabilidade ao risco de incêndio.

[29] É, genericamente, um sistema automático de extinção de incêndios a água, com capacidade de detecção, alarme e circunscrição ou extinção de um foco de incêndio, num espaço limitado (Carlos & Abrantes, 2004).

[30] O mobiliário urbano existente na Rua do Carmo revelou-se, aquando do Incêndio do Chiado, um fator condicionante para a circulação e posicionamento de veículos, com as devidas implicações nas ações de combate.

b) o estacionamento discricionário em ruas estreitas[31] deve ser totalmente proibido;

c) o traçado aéreo dos cabos de alimentação de energia da antiga Companhia de Caminhos de Ferro de Lisboa[32], que estamos em crer, no âmbito destas lições, e tendo como exemplo as dificuldades sentidas no arvoramento dos VE no Incêndio do Chiado, que o traçado onde não passam eléctricos, mas que ainda está suspenso por cima das vias, deveria ser retirado, assim como alguns carris de ferro que se encontram chumbados no chão se retirem, pois os mesmos, sem uso nenhum, continuam a causar acidentes, principalmente aos condutores de veículos de duas rodas;

d) a existência de árvores de grande porte (medem vários metros e encontram-se, maioritariamente, nas Avenidas Novas) que condicionam o posicionamento e as consequentes dificuldades de arvoramento dos VE e dos Veículos Plataforma. Esta dificuldade deve-se às copas das árvores, que podem inclusivamente dificultar o salvamento de potenciais vítimas, o combate e a proteção. Cremos que uma poda criteriosa e sistemática, poderá, efetivamente, resolver parte desse problema, senão na sua completude;

e) devido às especificidades da malha urbana dos CUA, com locais onde o acesso a veículos é bastante limitado ou mesmo impossível, importa implementar medidas que promovam uma efetiva e rápida intervenção dos bombeiros (e restantes agentes de socorro e emergência). A instalação nos CUA de uma rede de colunas secas horizontais (enterradas no solo), alimentadas nos pontos de entrada (local de mais fácil acesso aos meios dos bombeiros), e com múltiplas saídas

---

[31] Em certas ruas dos CUA, e não só, muitas vezes é impossível passar com veículos de socorro devido ao estacionamento ilegal, que pode impedir totalmente o acesso ao local, aumentando assim o tempo de resposta ou impedir mesmo a chegada dos meios.

[32] Este traçado aéreo ainda existe em muitos pontos da cidade, o qual pode dificultar o arvoramento e restantes manobras dos Veículos Escadas (VE). Por outro lado, o contacto com este traçado provoca uma descarga elétrica na ordem dos 600 volts/corrente contínua (quando em carga), que pode causar sérios ferimentos nos bombeiros e danos nos VE.

("enterradas" para impossibilitar o extravio de peças) no interior dos CUA, permitiria reduzir o tempo de início das ações de combate (não seria necessário assim estabelecer dezenas de metros de mangueiras para o estabelecimento de linhas de alimentação e ataque);

v) No que toca a lições, e quando o assunto é segurança contra incêndios, nunca se é demasiado ambicioso. Referencialmente, quando um incêndio se propaga para além do compartimento de origem, após o *flashover*, o número de vítimas e perdas materiais aumenta significativamente[33] (NFPA 1710, 2010). Se na década de 70 o *flashover* ocorria aos 17 minutos (Hofman *et al.*, 2007, e LFB, 2013), estudos recentes comprovaram uma diminuição considerável do intervalo de tempo entre a ignição e a ocorrência do *flashover*, constatando-se, atualmente, uma maior probabilidade de ocorrência entre os 4 e os 10 minutos[34] (Hofman *et al.*, 2007, ESRI, 2007, e LFB, 2013).

No sentido de encurtar o tempo entre a ignição e o início das ações de socorro, dado que, tecnicamente, daí deriva parte do sucesso da primeira intervenção, as entidades responsáveis devem dar especial enfoque à Capacidade de Resposta[35] (CR) dos CB, pois, quanto mais elevada e efetiva esta for, mais curto é o espaço de tempo entre a recepção do alarme e o início das ações, permitindo assim realizar mais rapidamente salvamentos, circunscrever e dominar o incêndio. Por outras palavras,

---

[33] Em incêndios em habitações, a propagação do incêndio para além do compartimento de origem, faz aumentar consideravelmente o número de mortos e feridos. Se, nos Estados Unidos da América (EUA), por cada 1 000 incêndios em edifícios, quando este fica confinado ao compartimento de origem, morrem 2,15 pessoas, este número sobe para 17,62, se o incêndio se propagar a todo o piso de origem, e aumenta para 27,48, se o incêndio se propagar para além do piso de origem (NFPA 1710, 2010).

[34] Isto deve-se, em parte, ao uso generalizado de plásticos no interior das habitações, principalmente nos quartos das crianças (acréscimo de derivados de petróleo, etc.).

[35] A Capacidade de Resposta de um CB é resultado da: a) Prontidão (disponibilidade de meios materiais e humanos, no conceito 24 horas/7 dias da semana); b) Meios (recursos humanos, veículos e equipamentos adequados à tipologia de ocorrência); c) Tempo Total de Resposta (TTR), valor que resulta da soma das parcelas: Receção e Processamento do Alarme (TRPA), o Tempo de *Turnout* (TT), o Tempo de Deslocação (TD) e o Tempo de Início das Ações (TIA), determinante para o sucesso da 1.ª intervenção (e consequentes ações).

uma rápida resposta, associada a uma estratégia ofensiva (ataque pelo interior do edifício, sempre que existam condições para os bombeiros assim atuarem), é usualmente a tática mais eficaz para garantir uma rápida extinção (Castro e Abrantes, 2004, e NFPA 1710, 2010).

Quando não é possível aplicar a estratégia ofensiva, e o incêndio se propaga a todo o edifício (possibilidade de perda total), o objetivo principal, após se terem realizado os salvamentos (se houver), passa por uma proteção às exposições exteriores dos edifícios contíguos e fronteiros, com a aplicação de uma estratégia defensiva[36], de forma a impedir a transmissão da energia por radiação (principal perigo para as exposições não contíguas), ou condução (edifícios contíguos), com a consequente propagação do incêndio a outros edifícios (Castro e Abrantes, 2004). Devido à pouca largura dos arruamentos nos CUA, ao elevado fator de abertura de alguns edifícios, associado à elevada energia libertada, torna-se ainda mais importante a proteção das exposições, pese embora a dificuldade de concretização pelos motivos acima expostos, como por imperativos de segurança[37] dos próprios bombeiros, o que se verificou no Incêndio do Chiado. Importa ainda referir que no Incêndio do Chiado, mais precisamente na Rua Nova do Almada, a proteção dos edifícios contíguos foi realizada pelo interior do próprio edifício contíguo, pela técnica de exposição dos elementos estruturais que ainda não tinham sido atingidos pelas chamas, de forma arrefecê-los, e a extinguir rapidamente as chamas se estas se manifestassem, a qual teve êxito à segunda tentativa;

---

[36] Esta estratégia combina o ataque ao incêndio pelo exterior do edifício e a protecção dos edifícios vizinhos expostos. O balanço entre os meios a empregar no ataque ao incêndio e meios a empregar na proteção às exposições, é um racional de difícil escrutínio, o qual deve ser análise de estudo. A experiência diz-nos que é necessário um elevado conhecimento técnico e uma elevada disciplina tática para que efetivamente exista a capacidade de se aplicarem manobras de proteção às exposições em conjugação, ou mesmo em detrimento do ataque ao incêndio, decisão que cabe sempre ao COS (ou outros responsáveis).

[37] Refere-se que a Brigada de Sapadores Bombeiros de Paris (BSPP) tem um veículo mecanizado/robotizado, o qual permite a colocação de uma agulheta num local de elevado risco para bombeiros, permitindo uma maior aproximação, logo uma maior eficácia do uso do agente extintor, seja em manobras de ataque, seja de proteção.

vi) Uma das lições decorrentes deste incêndio deriva da inexistência de SADI e SAEI nos Armazéns Grandella (embora este armazém estivesse permanentemente vigiado por um segurança interno no período noturno). Ou seja, se este armazém possuísse um SADI que desse o alarme imediatamente após a deflagração ao RSB, quase de certeza que quando os bombeiros chegassem ao local do incêndio, este não se apresentaria nas mesmas dimensões que se vieram a verificar neste incêndio (redução do tempo entre a ignição/deflagração e o início das ações de socorro). Faz-se então alusão para a necessidade de implementação de SADI (desde o independente detetor de calor, chama ou fumo (Castro e Abrantes, 2004), até um sistema centralizado de detecção e alarme de incêndio, conectado a uma central, esteja esta no CB ou numa central de vigilância) em todos os edifícios dos CUA, mas principalmente nos edifícios onde a população é mais vulnerável (envelhecida, socialmente desfavorecida, pessoas com incapacidade física e mental e pessoas pouco informadas), nos edifícios devolutos e, ainda, nas utilizações-tipo onde a incidência, vulnerabilidade e probabilidade de incêndios é maior. Estes sistemas de informação permitem diminuir o número de vítimas e o valor total de perdas (NFPA 1710, 2010);

vii) Uma outra lição que importa reter deste trabalho, passa pela dual necessidade de reduzir as cargas de incêndio móvel no interior das habitações (mais importante se torna quando é impossível diminuir a carga de incêndio imóvel nos edifícios de construção antiga) e, por outro lado, que os materiais que se encontram nas habitações sejam mais resistentes ao fogo, através do uso de químicos retardantes de chama (o propósito é evitar a ocorrência de fogo ou impedir a propagação deste a outros equipamentos). Isto visa confinar ao máximo o fogo no seu ponto de origem, limitar a energia libertada pelo mesmo, a sua propagação a outros equipamentos e, consequentemente, a todo o compartimento. Contudo, estudos recentes têm demonstrado uma ligação entre a utilização destes produtos químicos retardantes e o aparecimento de

casos de cancro, bem como, à disrupção de vários sistemas do corpo humano. Por esse facto, nos EUA, foi limitada ou mesmo proibida a sua aplicabilidade em certos estados (Housewrigth, 2018). Sem estes produtos retardantes as nossas habitações ficam mais vulneráveis. Uma das medidas possíves deveria passar pela obrigatoriedade, na conceção dos novos edifícios (e nos edifícios dos CUA, sempre após reabilitação), de uma rede armada de *sprinklers* nas habitações, na medida em que estes são responsáveis por reduzir em 80 % o número de vítimas mortais (comparativamente a habitações sem *sprinklers*), permitindo igualmente uma intervenção mais eficaz e segura por parte dos bombeiros (Housewrigth, 2018);

viii) Verificou-se neste incêndio um elevado número de vítimas entre bombeiros (uma vítima mortal e 60 feridos). De referir que à altura, os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) eram manifestamente insuficientes. A importância da sua utilização era também descurada, devido em parte, a uma insipiente cultura de segurança (colectiva e individual). Ou seja, embora em 1988 já existissem aparelhos respiratórios, luvas e alguns casacos de proteção (ao fogo), por norma, o equipamento utilizado nos TO cingia-se apenas ao capacete, farda e botas de trabalho comuns. Hoje, felizmente, a realidade é outra[38]. Esta foi também uma importante lição que dimanou deste incêndio. Refere-se ainda para a prevalente necessidade da criação de um Departamento de Segurança nos CB, o qual deverá gerir tudo o que é do

[38] Atualmente o EPI é de uso obrigatório, e fazem parte deste equipamento o capacete, aparelho respiratório, vestuário de proteção (cogula, casaco, calças, luvas e botas). Tudo equipamentos com caraterísticas específicas de proteção para combate em incêndios. Se estes equipamentos de proteção estiverem mediante normas harmonizadas, ou seja, segundo directivas nacionais e europeias, e se igualmente forem utilizados conforme as boas práticas, considerando ainda uma análise responsável das condições de segurança do TO por parte dos intervenientes (adquiridas pela formação e treino), aliado a uma capacidade física e psíquica adequada à função, os acidentes pessoais poderão ser minimizados ou mesmo evitados, mas é ainda necessário um trabalho significativo por parte das instituições responsáveis nesta área, seja a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), institutos e associações na área da segurança e higiene no trabalho, dos CB, da ANPC, sindicatos, seguradoras, etc., com o duplo objetivo de melhorar as condições de segurança no trabalho e a vertente da saúde ocupacional nesta área de atividade.

domínio da segurança, tais como, a Segurança e Higiene nos quartéis, a Saúde Ocupacional[39] (boas práticas no uso dos equipamentos de trabalho e EPI), a segurança no TO[40], planos e protocolos de atuação, a introdução de medidas corretivas e preventivas, entre outras atribuições na área da segurança[41];

ix) 30 anos volvidos deste incêndio, são manifestas as alterações verificadas nas sociedades e no mundo. A transfiguração, numa ótica evolutiva, acabou por suceder em muitos segmentos da sociedade. Destaca-se as que sucederam no plano tecnológico, digital, comunicacional e informacional. As atuais sociedades estão estruturadas numa mega rede, onde as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) têm um predomínio decisivo. Vivemos num mundo que atribuí ênfase central e decisivo à informação (e à produção de conhecimento, sobretudo, num contexto de afirmação e sobrevivência organizacional). Na atual Era, a da Informação, nomeadamente em contextos críticos e sensíveis, a importância da informação tornou-se vital, sendo que esta se constitui como decisiva, elemento-chave e factor crítico de sucesso, da qual importa saber retirar a devida vantagem estratégica, técnica e operacional (Zorrinho, 1991, Magalhães, 1991, Meissner, 2002, Toffler, 2003, Gleick, 2012, e Silva, 2014). Torna-se obrigatório que aqueles

---

[39] Estamos a assistir a importantes alterações no que toca à saúde ocupacional dos bombeiros. A vertente da saúde ocupacional é, atualmente, uns dos principais temas que é discutido nos fóruns internacionais que se debruçam sobre esta temática. Estudos recentes indicam uma maior prevalência de cancro nos bombeiros, e a necessidade de políticas de prevenção e redução do risco de cancro entre estes ao longo de toda a sua atividade, e mesmo após o términus da atividade, com especial enfoque na alteração de protocolos de atuação, bem como na descontaminação dos bombeiros e equipamentos (*in situ*), de forma a eliminar as partículas cancerígenas resultantes da combustão (Kathleen, 2016).

[40] Releva-se a importância da introdução da figura do Oficial de Segurança no TO (coadjuvado por supervisores e equipas de segurança), cuja principal função e responsabilidade passa por assessorar o COS na verificação das condições de segurança do TO, com contínuos reconhecimentos e identificação/sinalização de áreas de maior perigo, bem como controlar, do ponto de vista da segurança, todos os operacionais envolvidos, empenhamentos, tempos de trabalho e respectivas rendições de operacionais, com vista à não ultrapassagem de limites de condição física e psíquica, garantindo tempos obrigatórios de descanso em condições que permitam o repouso e consequente recuperação.

[41] Para o aprofundamento deste assunto, remete-se para leitura especializada sobre o tema, como por exemplo a Norma 1521 da NFPA.

que olham pela *Governance* da segurança, o façam com um amplo sentido crítico e aberto, rasgando com conceitos obsoletos que não permitem a sociedade evoluir. É determinante que pessoas e organizações saiam da caixa conceptual que os mantém agarrados a normas ultrapassadas, de forma a que se verifiquem avanços transpositivos ao nível de conceitos no âmbito do digital, bem como ao nível da recolha, processamento, análise e difusão da informação[42] (Fernandes, 2014), sobretudo crítica, pois só assim é possível aprimorar processos operacionais atempados, bem como um correto planeamento estratégico (Magalhães, 1991), possibilitando assim a antecipação de acontecimentos com forte prevalência acidental e destruidora (Silva, 2014). As TIC e a capacidade de comunicação existentes em 1988, altura do incêndio, não eram manifestamente as desejáveis e as exigidas para a uma gestão eficiente de um evento desta magnitude. O processo de transmissão da informação, desde o contexto da manobra (na doutrina da gestão de emergências do Reino-Unido corresponde ao *Bronze*), passando pela componente táctica (*Silver*, patamar do Posto de Comando Operacional) e terminando no nível político-estratégico (*Gold*, o da grande decisão), carece de fluxos ininterruptos de informação. Na esteira de Meissner (2002) e Barnes *et al.* (2006), além da informação, também as comunicações se assumem como determinantes nas tomadas de decisão e sequentes operações. Ambas juntas, constituem-se como o vector basilar em todos os processos de decisão, de coordenação e de resposta (Silva, 2014), pois permitem uma melhor compreensão do contexto da ocorrência e promovem, igualmente, uma redução da incerteza no sentido de optimizar o apoio à tomada de decisão, em que o *timing* destes processos é muito apertado e reduzido. Então, se a informação (fiável) cria vantagem, na medida em que possibilita o aceleramento na tomada de decisão, as TIC potenciam e alavancam os processos nos diversos escalões hierárquicos (Silva, 2014). Um sector onde

[42] Informação que é pesquisada, processada e analisada para que satisfaça as necessidades específicas dos decisores com responsabilidades na gestão de uma emergência, bem como informação entretanto já trabalhada (isto é, sita em relatórios, conferências, anuários, estudos) que possa servir de base para a produção de conhecimento.

o emprego das TIC pouco progrediu é, sem dúvida, o ramo de atividade relativo à gestão do socorro e da emergência (Meissner *et al.*, 2006). Verifica-se que no âmbito destas operações, efetivamente, a desordem e o caos são, ainda, uma imagem de marca (Meissner *et al.*, 2006, Barnes *et al.*, 2006, e Silva, 2014). É fundamental ter a informação fiável na hora certa e no lugar certo (Meissner *et al.*, 2006) e se isto for possível fazer com alguma rapidez e de forma eficaz, é mais fácil superar, por parte das entidades intervenientes, a fase do caos que caracteriza os grandes acidentes (Meissner *et al.,* 2002). Como já referimos, houve importantes transmutações na componente tecnológica, comunicacional e informacional. Uma das que merece menção é que sucedeu ao nível do conceito C4ISR[43]. Importa hoje dotar as organizações que operam em cenários de alguma tensão e complexidade, de processos e ferramentas extraordinariamente úteis, que permitem uma estreita interoperabilidade entre os quadros estratégicos, tácticos e operacionais (Esteve, 2007). Um dos principais braços técnicos deste conceito é fornecer um real conhecimento da emergência (no ante, no durante e após o desastre), tendo o propósito de interligar e relacionar os vários ambientes às necessidades existentes em articulação com as capacidades das forças operacionais efetivas e forças de retaguarda (Esteve, 2007, Hao-wei *et al.*, 2013, e Silva, 2014);

x) Verificámos neste trabalho (como noutros anteriormente realizados) bastantes dificuldades em encontrar dados e informação (e. g., número de vítimas mortais, causa dos incêndios, local do ponto de ignição dos mesmos, valor da perda, impacto ambiental), isto principalmente em Portugal, o que demonstra várias coisas. Uma, a de que estes dados e informação são de matéria reservada (o que não se compreende, porque a informação que

[43] C4ISR – *Command* (Comando), *Control* (Controlo), *Communications* (Comunicações), *Computers* (Computadores), *Intelligence* (Informação), *Surveillance* (Vigilância) e *Reconnaissance* (Reconhecimento). O C4ISR é a conjugação de sistemas, procedimentos e técnicas que são usadas para recolha e partilha de informação, fator chave em qualquer cenário onde o conhecimento e tomada de decisão são críticos. Desenvolvido para situações e ambientes militares, pensamos, no entanto, ser importante aplicar este conceito ao ambiente civil, adotando-o devidamente às necessidades da gestão da emergência.

deverá ser reservada é aquela que é crítica, e aí estamos claramente no domínio da *intelligence*, a qual coloca em causa, pela sua natureza sensível, a segurança de pessoas e infraestruturas, sobretudo críticas, assim como o potencial estratégico nacional). Em segundo lugar, se efetivamente esses dados e a informação são recolhidos e processados, praticamente de forma alguma são partilhados (e os que são partilhados, são pouco relevantes no âmbito da produção de conhecimento), o que denota da parte das autoridades, evidentes atrasos em reconhecer a importância e mais-valia destes para o desenvolvimento do estado da arte nesta matéria. Por outro lado, existem ainda uma série de entropias intra e extra organizacionais (burocracias, processos e protocolos ambivalentes, diferentes formas de recolha de dados e informação, dissemelhantes conceitos, multi entidades com semelhantes responsabilidades com culturas organizacionais muito diferentes) que não facilitam o conhecimento e muito menos uma tomada de decisão consciente e segura. Em função do exposto, e como uma importante lição que trinta anos depois não aparenta estar resolvida (no Incêndio do Chiado, bem como no contexto da gestão da emergência no âmbito dos incêndios florestais[44]), se é sobre a chancela da informação que os homens e as organizações comunicam, progridem e resolvem problemas, pensamos ser imperativo a criação de uma Agência Nacional para a Comunicação e Informação no âmbito da Gestão do Risco e da Gestão da Emergência, com amplas responsabilidades na recolha sistemática de dados e informação, no processamento e análise destes, no sentido de que estes mesmos possam ser úteis à tomada de decisão, bem como a partilha destes em ambiente web, para que todos os interessados (OCS, Academias, entidades e população em geral) possam estar devidamente informados e produzir conhecimento, conforme também já identificado por Primo *et al.*, (2008). Por exemplo, num âmbito mais específico, julgamos essencial

[44] Veja-se as conclusões retiradas dos vários relatórios técnicos publicados após os incêndios florestais (São Brás de Alportel, 2012; Caramulo, 2013; Pedrogão Grande, 2017, incêndios entre 14 e 16 de outubro, 2017).

que todas as entidades que operam na área do socorro, devam preencher um relatório tipo, de nível nacional, para cada tipologia de ocorrência (e.g., incêndios em edifícios de habitação, acidentes de viação, entre outros incidentes) ou ainda o desenvolvimento de relatórios detalhados de cada vítima mortal, decorrente de um incêndio (desenvolvido por técnicos e bombeiros para implementação de regulamentação e técnicas ou protocolos operacionais, à imagem do que acontece noutras agências que têm responsabilidades na área da segurança). Estes relatórios devem ser menos descritivos e mais objectivos, centralizando dados e informação numa plataforma nacional (Primo *et al.*, 2008), atrás referida, (se possível partilhada entre Estados-membros da UE), para que estes possibilitem a produção de conhecimento, contribuindo para a Gestão do Risco e para a Gestão da Emergência (Nunes, 2015), em suma, augurando elevados índices de segurança, imagem de marca de países desenvolvidos (Abruzzese *et al.*, 2016);

Conclusão

Este trabalho foi realizado sob dois pressupostos coadjuvantes. No primeiro abordaram-se as principais incidências que marcaram o Incêndio do Chiado, sendo que, no segundo, tentou-se retirar do mesmo, ainda que 30 anos passados, um conjunto de importantes lições. Umas diretamente correlacionadas com o incêndio, outras advenientes de alterações verificadas ao longo dos anos nesta temática, as quais, pela sua elevada pertinência, importou considerar.

Foram interpostas três questões no início deste estudo, às quais tentámos responder. Na primeira concluímos que a cultura de segurança no âmbito versado neste trabalho era muito deficitária e insipiente, além de uma evidente e gritante falta de regulamentação na área da segurança contra incêndios. Conclui-se também que a tipologia do edificado era constituída por uma carga de incêndio imóvel elevadíssima, a inexistência de SADI no edifício onde o incêndio deflagrou, bem como o consequente alarme tardio, além de outros fatores de natureza

estrutural e conjuntural, fez com que este incêndio se apresentasse aos bombeiros de forma bastante violenta, contribuindo dessa forma, para que o mesmo tivesse uma rápida propagação entre edifícios (10 edifícios totalmente destruídos e 11 parcialmente afetados) e quarteirões (a área de implantação do edificado atingido pelo incêndio rondou em planta 10 000 m^2). O facto de ter causado duas vítimas mortais e setenta e três feridos, o elevado número de entidades e meios envolvidos, a delonga nas várias fases de trabalho (circunscrição, domínio, rescaldo e conclusão), o valor de perda associado (socioeconómico), o facto de ter mobilizado as principais autoridades políticas, deixando ainda uma cicatriz num dos pontos mais importantes da cidade de Lisboa, fez deste incêndio um evento extraordinariamente invulgar e excecional.

No âmbito da segunda questão, o Incêndio do Chiado constituiu-se como um marco na área do socorro em Portugal. Do mesmo adveio uma maior preocupação na vertente da segurança, vertida em regulamentação de segurança contra incêndios, tendo este mesmo, ainda abanado com o *status quo* de algumas instituições. Após o incêndio, surge no RSB um ímpeto de mudança no sentido de se modernizar, incidindo, particularmente, na criação da Escola do RSB, na aquisição de EPI e generalização da sua utilização, como ainda na compra de equipamentos técnicos para o uso exclusivo do serviço de socorro. Também o facto de se ter constituído um acontecimento mediático, ainda hoje relembrado e, na altura, permanentemente acompanhado pelos OCS de Portugal e do estrangeiro, o que deu azo à elaboração de análises técnicas e conferências.

Sobre a terceira questão por nós colocada, as respostas foram descritas ao longo de todo o capítulo correspondente às lições a retirar, 30 anos depois deste trágico incêndio.

Finalizando, cuidamos que a segurança, na vertente *safety*, aqui tratada, à imagem do que se sucede na sua congére (*security*), é um *assentially contested concept*. E é também na marca aqui versada, que ela se constitui como fator de bem-estar. A segurança promove a economia, bem como o conhecimento. Em suma, ela contribuí para o progresso de uma sociedade. É sobre o Estado, bem como instituições que o representam junto da sociedade, que recai a responsabilidade de estabelecer quadros institucionais, instrumentos, mecanismos, regulamentação e fiscalização sobre

temáticas relacionadas com a segurança da população, do ambiente e do património. Essa é uma das principais atribuições de um Estado em tempos de paz. Sociedades com elevados índices de segurança, são sociedades mais capazes de enfrentar os riscos, são sociedades que atraem investimento, são também sociedades mais capazes de antecipar respostas face às catástrofes, bem como deles recuperar mais rapidamente. São sociedades que garantem à população, mesmo daquelas que vivem em áreas de maior risco, elevadas capacidades de proteção e socorro. As Nações Unidas, no seu relatório de 2014 para o Desenvolvimento Humano, focalizou-se inclusivamente no compromisso que a redução da vulnerabilidade e o reforço da resiliência pode dar em matéria de progresso humano (UN, 2014). É através da partilha de dados, do incentivo à investigação, ao estudo, ao conhecimento, à experimentação e a aplicação prática destes, que uma verdadeira cultura da segurança se instala e se de reforça continuamente, no garante da renovação de gerações, e que proporcione a todos elevados níveis de segurança colectiva e individual. Só assim podemos almejar ter uma sociedade plena em todas as suas ambições e desejos, transformando o progresso na área da segurança (*safety*) uma realidade efetiva para os países e comunidades.

Referências bibliográficas

Abruzzese, L., Scuratti, S., Wells, J., Maskrey, A., Desai, B., Fowler, J. (2016). Towards disaster-risk sensitive investments: The Disaster Risk-Integrated Operational Risk Model. London: *The Economist – Intelligence Unit*. *United Nations Office for Disaster Risk Reduction*.

Andrade, H. (2011). *Caracterização de Edifícios Antigos. Edifícios "Gaioleiros"* (Tese de dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Mestrado Integrado em Engenharia Civil – Reabilitação de Edifícios). Almada: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/6043/1/Andrade_2011.pdf

Barnes, R., Hamwee, S., McCartney, J., Johnson, D., Cross, P. (2006). *Report of the 7 July Review Committee*. London Assembly. London.
Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/shared/bsp/hi/pdfs/05_06_06_london_bombing.pdf

Barreiros, J. (1887). O Incêndio da Travessa da Palha. *Memória Dedicada à Exma. Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal.

Carvalho, M. (2011). *O Centro Histórico na dinamização das cidades. O Centro Histórico do Porto* (Tese de dissertação para obtenção do grau de Mestre em Riscos Cidades e Ordenamento do Território – Variante Políticas Urbanas). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Carvalho, M., Arantes, A. (1991). *Modelação Física e Matemática da Propagação de Incêndios Urbanos*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Castro, F., Abrantes, J. (2004). Manual de Segurança contra Incêndio em Edifícios. *Cadernos Temáticos n.º 1*. Sintra: Escola Nacional de Bombeiros.

Coelho, L. (2000). "Segurança Contra o Risco de Incêndio em Áreas Urbanas Antigas – Princípios Gerais de Intervenção". *Comunicação apresentada no Seminário Riscos e Vulnerabilidades em Centros Urbanos Antigos*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Decreto-Lei n.º 426/1989, de 6 de Dezembro. *Medidas Cautelares de Segurança Contra Incêndios em Centros Urbanos Antigos*. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 224/2015, de 9 de Outubro.

DIAP, DEPARTAMENTO DE INVESTIGAÇÃO E ACÃO PENAL (1988). *Inquérito N.º 6591/88*. Lisboa.

ESRI, ENVIRONMENTAL SYSTEMS RESEARCH INSTITUTE (2007). *GIS for Fire Station Locations and Response Protocol*. Redlands: An ESRI White Paper [Em linha].
Disponível em: www.esri.com/library/whitepapers/pdfs/gis-for-fire.pdf

Esteve, M. (2007). C4ISR Multimedia System for Emergency Management TIN2004-03588. *Jornadas de Seguimiento de Proyectos*. Valência: Programa Nacional de Tecnologías Informáticas. Disponível em: http://www.ia.urjc.es/jspTIN2007/ActasPDF/TIN2004-03588.pdf

Fernandes, L. (2014). *"Intelligence e Segurança Interna"*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Fontoura, L. coord., (2013) *Segurança e Defesa Nacional – Um Conceito Estratégico*. Coimbra: Edições Almedina.

Gleick, J. (2012). *Informação. Uma História. Uma Teoria. Um Dilúvio*. Lisboa: Temas & Debates.

Gomes, R. (2011). *Sistema Estrutural de Edifícios Antigos de Lisboa: Os Edifícios "Pombalinos" e os Edifícios "Gaioleiros"* (Tese de dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Engenharia Civil). Lisboa: Instituto Superior Técnico.

Hao-weia, Y., Feia, L., Liangc, Z., Donga, L. (2013). *Emergency Management System of Saudi Arabia*. China: School of Engineering of Sun Yat-sen University.
Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/artic,le/pii/S187770581300324X

Himoto, K., Akimoto, Y., Hokugo, A., Tanaka, T. (2008). *Risk and Behavior of Fire Spread in a Densely-built Urban Area*. Japan: International Association for Fire Safety Science. Disponível em: http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.1000.9412&rep=rep1&type=pdf

Hofman, A., Knaust, C., Aschenbrenner, D. (2007). *Hazards of fires in children's rooms – Experimental numerical investigation of different scenarios*. Proceeding of the 5th International Seminar on Fire and Explosion Hazards. Edinburgh. Disponível em: www.see.ed.ac.uk/feh5/pdfs/FEH_pdf_pp349.pdf

Housewrigth, M. (2018). Health *vs*. Safety? *Disponível em format digital na App NFPA Journal –Jul/Aug 2018.*

INMG, INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA E GEOFÍSICA (1988). Boletim Meteorológico Diário de 25 de agosto de 1988, n.º 15 735. Lisboa.

Kathleen, A. (2016). Cancer Threat – Research combats the illness and disease hazards associated with firefighting. *Disponível em format digital na App NFPA Journal - Mar/Apr 2016.*

Leite, A. (1988). Convento Espírito Santo da Pedreira. *Revista Municipal.* 2.ª Série, n.º 25, 3.º Trimestre. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Lemos, T., Neves, C., Valente, J. (1989). O Incêndio do Chiado – Desenvolvimento do Incêndio no Edifício Grandella. *Conferência Internacional – Centros Históricos: Sua proteção e Recuperação Urbana, Centro de Mecânica e Engenharia Estruturais da Universidade Técnica de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa – Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

LFB, LONDON FIRE BRIGADE (2013). Getting to emergency incidents as quickly as possible: Fifth London Safety Plan. *Supporting document n.º 8*. London. Disponível em: www.london-fire.gov.uk/Documents/Sup08-Getting-to-emergency-incidents-as-quickly-as-possible.pdf

Magalhães, A. (1991). *Planeamento Estratégico de Protecção Civil*. Lisboa: Escher.

Meissner, A., Luckenbach, T., Risse, T., Kirste, T., Kirchner, H. (2002). *Design Challenges for an Integrated Disaster Management Communication and Information System*. Germany: IPSI - Integrated Publication and Information Systems Institute. Disponível em: http://www.l3s.de/~risse/pub/P2002-01.pdf

Meissner, A., Wang, Z., Wolfgang, P., Grimmer, J. (2006). Mikobos - A Mobile Information and Communication System for Emergency Response. *Proceedings of the 3rd International ISCRAM Conference (B. Van de Walle and M. Turoff, eds.)*. Newark. Disponível em: http://www.iscram.org/legacy/ISCRAM2006/ISCRAM2006Proceedingszip/PapersMonday/S1_T2_2_Meissner_etal.pdf

Miranda, F. (2011). *Caracterização dos Edifícios pombalinos da Baixa de Lisboa.* (Tese de dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Mestrado Integrado em Engenharia Civil – Perfil de Construção). Almada: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/5964/1/Miranda_2011.pdf

NFPA 1710, NATIONAL FIRE PROTECTION ASSOCIATION (2010). "Standard for the Organization and Deployment of Fire Suppression Operations, Emergency Medical Operations, and Special Operations to the Public by Career Fire Departments". *National Fire Protection Association*. Quincy. Disponível em: http://annarborchronicle.com/wp-content/uploads/2012/06/NFPA_1710_10.pdf

Nunes, P. (2015). *Incêndios em Edifícios na Cidade de Lisboa - Análise e caracterização das ocorrências no período de 2010 a 2014*. (Tese de Mestrado). Lisboa: Instituto Superior de Educação e Ciências.

Pereira, J. (2015). *Análise do Risco de Incêndio de uma Unidade Industrial de Fabricação de Papel – Grupo Portucel Soporcel.* (Tese de dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Engenharia Civil – Especialização em Construção Urbana). Coimbra: Instituto Superior de Engenharia de Coimbra. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/15452/1/Joao-Moreira-Pereira.pdf

Perloiro, J., Carvalho, C., Alvarez, M. (1989). Segurança Estrutural após o Incêndio do Chiado. *Conferência Internacional – Centros Históricos: Sua proteção e Recuperação Urbana*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa – Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

Primo, V., Coelho, L., Rodrigues, J. (2008). *Análise Estatística dos Incêndios em Edifícios no Porto, 1996-2006*. [CD do 1.º Forum Internacional de Gestão da Construção – GESCON].

RSB, REGIMENTO DE SAPADORES BOMBEIROS (1988a). *Parte de Socorro do Incêndio do Chiado*. Lisboa: Arquivo Histórico Museu do Regimento de Sapadores Bombeiros – Câmara Municipal de Lisboa

RSB, REGIMENTO DE SAPADORES BOMBEIROS (1988b). *Relatório do Incêndio do Chiado*. Lisboa: Arquivo Histórico Museu do Regimento de Sapadores Bombeiros – Câmara Municipal de Lisboa.

RSB, REGIMENTO DE SAPADORES BOMBEIROS (1988c). *Registo de Comunicações da Central Telefónica do Comando*. Lisboa: Arquivo Histórico Museu do Regimento de Sapadores Bombeiros – Câmara Municipal de Lisboa.

RSB, REGIMENTO DE SAPADORES BOMBEIROS (1989). Incêndio na Zona do Chiado – Evolução e Combate. *Conferência Internacional – Centros Históricos: Sua Proteção e Recuperação Urbana.* Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa – Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

Salgueiro, B. (1992). *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*. Lisboa: Edições Afrontamento.

Salgueiro, B. (2005), "Paisagens Urbanas" in Medeiros, Carlos Alberto (coord./vol.2), *Geografia de Portugal - Sociedade, Paisagens e Cidades*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Santos, M. (2005). *A Baixa Pombalina – Passado e Futuro*. (2ª ed.). Lisboa: Livros Horizonte.

Silva, C. (2014). Catástrofe em Portugal. Gestão da Informação. *Resvista Estratégia. XXIII Volume*. Coord. de Adriano Moreira e Pinto Ramalho. Lisboa: Instituto Português de Conjuntura Estratégica.

Toffler, A. (2003). *A Terceira Vaga*. Lisboa: Livros do Brasil.

Torres, J. (2015). *Gestão de Riscos: no planeamento, execução e auditoria de Segurança*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

UN, UNITED NATIONS (2014). *Relatório do Desenvolvimento Humano. Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência*. New York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf

UN, UNITED NATIONS (2015). "Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030". *United Nations International Strategy for Disaster Reduction.*
Disponível em: http://www.preventionweb.net/files/43291_sendaiframeworkfordrren.pdf

Vicente, R., Costa, A., Ferreira, T., Santos, M., Varum, H., Silva, M. (2011). "Avaliação do risco de incêndio em núcleos urbanos antigos". *2ª Jornadas de segurança aos incêndios urbanos antigos*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Zorrinho, C. (1991). *A Gestão da Informação*. Lisboa: Editorial Presença.

Sítios Eletrónicos

https://firesafeeurope.eu/resources/#facts

http://www-ext.lnec.pt/LNEC/DE/NESDE/divulgacao/evol_tipol.html

E SE O "CHIADO" FOSSE HOJE? ESTAREMOS AGORA MELHOR PREPARADOS?

WHAT IF THE "CHIADO" HAPPENED TODAY? ARE WE BETTER PREPARED NOW?

Pedro Patrício
Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa (Portugal)
pedromiguelpatricio@gmail.com

Alberto Militão
Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa (Portugal)
militao@diomil.pt

Resumo: O grande incêndio do Chiado, de 25 de agosto de 1988, eclodiu nos Armazéns Grandella e destruiu 10 edifícios na totalidade, 5 parcialmente, tendo deixado outros 5 com sérios danos. Atingiu uma área delimitada pelas ruas Áurea, Assunção, Crucifixo, Nova do Almada, Garrett, Carmo, e Calçada do Sacramento.

Uma questão se coloca: se este grande Incêndio fosse hoje, estariam os bombeiros mais bem preparados em termos formativos e organizacionais?

Palavras-chave: Incêndio, Chiado, Bombeiros, Lisboa.

Abstract: The great Chiado fire of 25 August 1988 broke out in the Grandella warehouses and destroyed 10 buildings in total, 5 partially, leaving 5 others with serious damage. It reached an area bounded by the Áurea, Asuncion, Crucifix, Nova do Almada, Garrett, Carmo streets, and Calçada do

DOI: https://doi.org/10.34037/978-989-20-8919-5_1_5

Sacramento. One question arises: if such a great fire happened today, would the firefighters be better prepared in terms of training and organization?

Keywords: Fire, Chiado, firefighters, Lisbon.

Introdução

Os grandes incêndios sempre afetaram marcadamente as comunidades. Passada a segunda década do século XXI, há um sentimento generalizado, no que concerne aos incêndios, que nos permite perceber que, o verdadeiramente importante, é, de facto, inviabilizar que aconteçam, e que, se ocorrerem, as suas consequências evidenciem as mínimas implicações possíveis no normal decorrer da vida social.

É imprescindível que todos tenham consciência da sua vulnerabilidade. Toda a população em geral é vulnerável. Os bombeiros, como elementos da sociedade, também o são, com a particularidade de serem agentes de intervenção direta nos incêndios.

Torna-se então razoável perspetivar determinados comportamentos e atitudes que inviabilizem ao máximo os riscos potenciadores de incêndios. Para tal, as populações devem possuir uma cultura de segurança, e os bombeiros têm o dever de estar devidamente organizados, e de evidenciarem as mais adequadas modalidades de resposta, face a estas catástrofes, por via de uma formação apropriada, metodológica, que acompanhe a evolução tipológica dos meios e sistemas construtivos e dos seus condicionalismos legislativos.

A Génese do Serviço de Incêndios em Portugal

O denominado grande Incêndio do "Chiado" teve lugar a 25 de agosto de 1988.

Por analogia, o dia 25 de agosto, também tem sido considerado por, nesse preciso dia do ano de 1395, correspondendo a solicitações do senado da câmara de Lisboa, D. João I ter estabelecido, mediante Carta Régia, as primeiras diretivas que se conhecem referentes à génese de um Serviço de Incêndios em Portugal. Determinou então El-Rei:

> "*[…] que por quanto pr uezes se leuanta fogo em essa çidade, considerando sobrelo alguu boõ remedio ; Acordaste q os pregoeiros dessa çidade pº freguesias e cada hua noute, depois do signo da colhença, andem pr a dita çidade apregoando q cada huu guarde e ponha guarda ao fogo em suas casas, e q em caso de q se alguu fogo leuantasse, o q ds não queira, q todos os carpenteiros e calafates venham aaquel lugar, cada huu com seu machado, pr auere de atalhar o dito fogo : e q outº ssi todas as molheres q ao dito fogo acodirem, tragam cada hua seu cantaro ou pote pª carretar auga pª apagar o dito fogo;E outº ssi por q muitas acudem e veem a elo pª Roubar, acordaste q Cem corretores q há na dita çidade chegu e hi com suas armas, pª auerem de guardar q se no faça Roubo […]*" (Hermínio Santos, 1995, 13-14).

Esta foi uma disposição preventiva. A primeira de que há memória. Estávamos em 1395, quando havia muitos incêndios em Lisboa. Então, como solucionar este problema? Deu, o Rei D. João I, ordem para que o pessoal de combate fosse constituído por carpinteiros e calafates, coadjuvados por mulheres que, trazendo potes e cântaros com água, garantiam a extinção dos incêndios.

Por outro lado, e porque normalmente existiam roubos provocados por quem se queria aproveitar dos males dos outros, foi dada ordem a cem corretores para agir preventivamente, utilizando as suas armas, se necessário.

Já naquele tempo era perfeitamente visível o "*safety*" a trabalhar de forma consubstanciada com o "*security*".

A Projeção do Serviço de incêndios na atualidade

Em 1988, ano do grande Incêndio do Chiado, existiam, tal como sucede atualmente em 2018, bombeiros que constituíam e constituem, representavam e representam grupos de combate estabelecidos, com metodologias operacionais próprias para combater os incêndios. Estes grupos estavam já devidamente organizados em 1988, e continuam agora a estar convenientemente planificados. Terá mudado a

formação? Sim, existem novas metodologias; as viaturas garantem atualmente outras potencialidades que é importante utilizar; os sistemas organizacionais também são diferentes, tendo evoluído para uma mais adequada adaptação às necessidades decorrentes dos grandes desastres.

Mas atenção: A "Alma" dos combatentes dos incêndios não é mensurável! Os bombeiros terão sempre a mesma capacidade altruísta pelos tempos fora. Tê-la-ão em 2018, como tiveram em 1988, e como a terão tido os carpinteiros e calafates no pós-1395.

Em boa verdade, os grandes incêndios têm afetado ao longo dos anos as grandes cidades. Em Lisboa, a distribuição da malha e do tecido urbano teve determinadas características até 1755, e assumiu outras desde essa data até aos nossos dias. No entanto, sobressai a ideia de que, em presença das distintas tipologias do edificado são efetivamente as cargas de incêndio e os condicionamentos de compartimentação ao fogo existentes nas construções que garantem uma maior ou menor vulnerabilidade desses edifícios face aos incêndios.

Simultaneamente, há que considerar a vulnerabilidade social das próprias populações, pela análise científica das modalidades de respostas que conseguem dar face aos incêndios ou a quaisquer outros acidentes pelos quais sejam afetadas. Segundo Ribeiro (1996) :

> "*A distribuição das vulnerabilidades pelos grupos sociais é determinada, analiticamente, pelo tipo de articulação e de relacionamento predominante no sistema social. De facto, face a um mesmo perigo ou ameaça, diferentes são os graus de exposição ao risco por parte das comunidades, grupos sociais e indivíduos, isto é, constata-se a existência de vulnerabilidades diferenciadas dentro do próprio sistema, consoante a sua organização, distribuição e composição social*".

Garantidamente, o século XX terá tido uma muito relevante importância no estudo das catástrofes, e, consequentemente, dos grandes incêndios. As catástrofes começaram a ser entendidas como fenómenos de natureza social. Os primeiros estudos empíricos sobre esta matéria

foram desenvolvidos entre 1917 e 1925, por Samuel Prince. Segundo Amanda Ripley[1], esse trabalho terá sido motivado pelo grande acidente resultante da colisão de duas embarcações num porto da Nova Escócia, em Halifax[2].

Os Grandes Incêndios do Chiado

Ao longo dos séculos, o coração de Lisboa foi afetado por muitos incêndios. Em plena Idade Média, o "Chiado" foi claramente marcado por alguns desses incêndios. Vejamos quais:

> "*Em 1396, os prédios da rua Nova, rua principal da cidade de Lisboa – o "Chiado" daqueles tempos – foram devorados pelas chamas de um pavoroso incêndio que alastrou pela confeitaria até ao Cais de Ver o Peso, destruindo casas e preciosidades, e causando a perda de muitas vidas humanas*" (F. Santos, 1995, p. 75).

Quem combatia os incêndios à data? Eram, como sabemos, os carpinteiros e os calafates, ajudados pelas mulheres que transportavam cântaros com água. Mas a todos eles se juntava a restante população, ajudando em tudo o que lhe fosse possível. Poderia não haver formação, mas havia alguma estruturação, embora que, claramente rudimentar, o que não evitou que, em 1681, o Senado adquirisse, na Holanda, as duas primeiras bombas, para além de outras ferramentas como: arpéus, baldes de couro, machados, picaretas, enxadas, alavancas.

---

[1] Ripley (2008). Impensável - Como e Porque as Pessoas Sobrevivem a Desastres; Rio de Janeiro, Editora Globo, 2008.

[2] O acidente ocorreu no porto de Halifax, devido à colisão do navio francês *Mont-Blanc*, carregado de explosivos, com o navio belga *Imo* de tripulação norueguesa. Cerca de duas mil pessoas morreram e milhares de outras ficaram feridas, bem como uma boa parte da cidade foi destruída já que a explosão ocasionou um tsunami que arrancou árvores, demoliu edifícios e abalou muitas outras estruturas. A catástrofe é considerada uma das piores já ocorridas antes da utilização da bomba atómica.

Ainda em 1683, é publicado o primeiro regulamento do serviço de incêndios, com preceitos organizacionais e disciplinares rígidos[3].

> "*Em 10 de Agosto de 1734, em finais da Idade Moderna, registaram-se em Lisboa três grandes incêndios. O mais importante ocorreu na rua Nova do Almada e destruiu 18 prédios onde moravam 59 famílias. Este sinistro chegou ainda a ameaçar o Convento dos Padres do Oratório, onde mais tarde vieram a estar instalados os armazéns do Chiado*" (F. Santos, 1995, p. 76).

De referir que o termo "bombeiro" surgiu exatamente em 1734 e que já em 1646 teriam sido contratados 30 homens para desenvolverem este tipo de trabalho.

Até aos finais do século XVIII, considere-se que, até à descoberta do cimento em 1796, a construção era de fachadas e empenas em pedra, pavimentos e tetos em madeira, e de paredes divisórias que apresentavam também materiais combustíveis. Assim era fácil a propagação de pequenos fogos, que rapidamente se transformavam em grandes incêndios.

Mas voltemos ao pós-1395. É importante salientar a ação dos aguadeiros (M. Almeida, 1997 p. 45-51). Rara e pouco acessível, a água tornou-se o fulcro de um vasto e diversificado conjunto de atividades económicas que se desenvolviam em torno de chafarizes, tanques e poços. A cada um destes locais, verdadeiros palcos de sociabilidade coletiva de bairro, ficaria agregado um número determinado de vendedores de água ao domicílio: os aguadeiros. Este grupo era maioritariamente constituído por galegos. Os aguadeiros eram obrigados a levar para casa, no fim de cada dia de trabalho, o barril cheio de água como medida de prevenção em caso de fogo. Alertados pelas badaladas da igreja mais próxima - cujo número localizava a área do sinistro, estes homens acorriam a qualquer hora do dia ou da noite aos locais de incêndio, onde sob as ordens do capataz ocupavam funções previamente estabelecidas.

---

3. Livro de Consultas e Decretos de D. Pedro II. Assentamento das Ferramentas dos Incêndios. Câmara Municipal de Lisboa – Arquivo Municipal.

Voltando à Idade Moderna,

> "*O terramoto de 1 de novembro de 1755, a que se seguiu um maremoto e pavorosos incêndios, destruiu grande parte da cidade de Lisboa, sendo inúmeras as vidas que se perderam. Foi então que se sentiu a necessidade de remodelar em absoluto a malha urbana que até aquela data se desenvolvera desordenadamente, tanto mais que das edificações existentes poucas tinham restado sem afetações graves. A catástrofe obrigara ao colapso e à redução a escombros de 17 igrejas matrizes*[4]*, 16 outras igrejas, 15 mosteiros, 16 palácios, 6 hospitais, e inúmeras habitações e imóveis de outras tipologias*" (F. Santos, 1995, p. 76).

A política iluminista de Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal) foi preponderante para a concepção de uma "nova cidade" que se pretendia nos modernos moldes de então. Foi "redesenhada" a Baixa (que mais tarde se chamou de Pombalina) numa disposição ortogonal sustentada por vários eixos entre os quais e como principal se definia a rua Augusta, ligando duas importantes praças: Rossio e Praça do Comércio, situando-se na primeira o espaço popular, e na segunda o espaço do poder, dos ministérios.

Complementarmente, em 1766 é criado o lugar de capitão das bombas, atribuído ao mestre calafate Domingos da Costa. Foi este o primeiro cargo de liderança do serviço de incêndios oficialmente instituído.[5]

A criatividade técnica permitiu a articulação sistematizada dos edifícios, todos eles dotados da chamada "Gaiola" (fot. 1) cuja finalidade essencial era resistir com alguma segurança aos efeitos sísmicos. Foi também definida a obrigatoriedade da construção de paredes guarda-fogo. Estas paredes que ainda hoje se aplicam destinam-se a evitar a passagem do fogo de um edifício para outro.

---

[4] Diz-se da igreja que tem jurisdição ou superioridade em relação a outras igrejas ou a todas as capelas de uma dada circunscrição.

[5] Livro de Registo de Cartas e Provisões, fl. 3-v. Carta de Propriedade passada a Domingos da Costa, de Capitão das Bombas. Câmara Municipal de Lisboa – Arquivo Municipal.

Fot. 1 - Maqueta em madeira, do sistema estrutural antissísmico conhecido por "gaiola pombalina", pertencente ao RSB (Fonte: Câmara Municipal de Lisboa, Regimento de Sapadores de Bombeiros).

Photo 1 - *Wooden model of the anti-seismic structural system known as the "Pombaline cage", belonging to the RSB (Source: Municipality of Lisbon, Fire Brigade).*

A "Gaiola" é composta por um grande número de peças horizontais, verticais e inclinadas, ligadas entre si de modo a constituir um sistema sólido e estável[6]. No entanto, dada a sua constituição, quase exclusivamente de madeira, permitia o desenvolvimento, muitas vezes drástico, dos incêndios. De facto, ainda hoje na cidade de Lisboa se verifica, por vezes, a eclosão de fogos em edificações de construção Pombalina.

Também os tabiques criados após 1755, e ainda existentes, como elementos integrantes de compartimentação (fot. 2), permitem a rápida propagação do fogo

[6] Batalhão de Sapadores Bombeiros - BSB, 1958. Manual do Sapador Bombeiro, volume I. Câmara Municipal de Lisboa Arquivo RSB. pp 118, 119.

dado que constituem as divisões mais reduzidas dos edifícios, sendo pouco espessos, no sentido de não retirarem espaço interior.

No grande Incêndio do "Chiado" o fogo inseriu-se nas zonas de tabiques das paredes divisórias tendo-se sempre propagado com grande rapidez lateralmente, e também no sentido ascendente. Para a sua completa extinção foi necessário que, durante o muito longo período de rescaldo, se procedesse ao desmembramento de múltiplas paredes divisórias e de compartimentação, no sentido de tornar inviáveis quaisquer reacendimentos.

Fot. 2 - Pormenor de uma parede de tabique. Paredes delgadas feitas de tábuas, tijolos ou taipa, são normalmente divisórias ou de compartimentação, dividindo os espaços e os limitando pelas paredes-mestras. Este tipo de paredes características dos edifícios antigos, desempenha funções estruturais importantes devido à sua organização particular (Fonte: autor desconhecido).

Photo 2 *- Detail of a partition wall. Thin walls made of boards, bricks or taipa, are usually partitions, dividing the spaces and limiting them by the master walls. Walls of this type are characteristic of the old buildings, and they have important structural functions due to their particular arrangement (Source: Author not identified).*

Ao entrarmos decididamente na Idade Contemporânea, ou seja, a partir de 1789, muitos incêndios de grande dimensão ocorreram no coração da cidade de Lisboa.

A 14 de novembro de 1889 deflagrou na "Baixa Pombalina" um incêndio violentíssimo, nos armazéns Barela, tendo desse sinistro resultado a destruição total do edifício e muito graves prejuízos nos imóveis que lhe eram adjacentes. No ataque estiveram envolvidos homens do Corpo de Bombeiros Municipais de Lisboa, pela primeira vez devidamente uniformizados. Foi também utilizada uma escada Magirus, a qual tinha sido adquirida na Alemanha pelo Infante Dom Afonso.

A 25 de agosto de 1988, eclodiu na cidade de Lisboa um violentíssimo incêndio que destruiu totalmente 10 edifícios, parcialmente 5, e que deixou com sérios danos, outros 5. Foi o agora muito conhecido e denominado Incêndio do "Chiado" (fot. 3).

Fot. 3 - Grande Incêndio do "Chiado" de 25 de agosto de 1988
(Fonte: Câmara Municipal de Lisboa).

Photo 3 - *Great Fire of "Chiado" of 25 of August of 1988 (Source: Municipality of Lisbon).*

Semelhanças entre Incêndios do "Chiado"

Os incêndios de 1734 e 1988 são profundamente semelhantes no que se refere aos patrimónios imobiliários afetados. Deverá ser tomado em conta de que o comércio no século XVIII era muito diferente do verificado em pleno século XX, pelo menos no "pretexto" interno do país, pese embora se deva considerar que, num plano "universal", no século XVIII, estava-se numa Economia-Mundo Euro-Atlântica, e no século XX, se esteve no contexto da Economia Mundial Contemporânea. Em ambos estes tipos de economias Portugal assume uma posição de periferia.

Convenhamos que desde 1734 passaram até ao mais recente incêndio do Chiado dois séculos e metade de um outro.

Hoje em dia temos como materiais de consumo e de utilidade diária os plásticos e outros muito variados compostos inorgânicos de alta inflamabilidade, e, portanto, apetência para ocasionarem sinistros que, não sendo controlados atempadamente, poderão provocar catástrofes irremediáveis.

A afetação idêntica dos patrimónios imobiliários incide nas quantidades de edificações adjacentes que foram objeto de destruição e grave afetação por ambos os incêndios - 18 prédios em 1734, e 20 em 1988, exatamente no mesmo local.

Relativamente à segurança passiva existente em 1734 e 1988, diremos que em 1734 não era nada visível, mas, em 1988, obviamente existiam já as paredes guarda-fogo. Então, porque não funcionaram aquelas paredes de separação no mais recente incêndio do "Chiado"? De facto, a existência de vãos de comunicação entre imóveis pode viabilizar a propagação das chamas de prédio para prédio, mas dado o número de edifícios afetados e dada a existência das referidas paredes guarda-fogo, as catástrofes só são explicáveis pela generalização do incêndio, e pela convexão através da concentração de gases quentes emanados.

Assim, tanto em 1734 como em 1988, quase se poderia dizer que foram "palpáveis" os fenómenos de condução[7], convexão[8], e *flashover*[9]!

---

[7] Condução: propagação do fogo por suporte material. Exemplo: por estruturas metálicas.

[8] Convexão: propagação do fogo através de camadas sucessivas de gases quentes.

[9] Fenómeno de generalização do fogo.

Ainda no campo imobiliário, em ambos os casos não estavam de facto instaladas as medidas passíveis exigíveis para aquelas instalações. Compreende-se que em 1734 não estivessem, visto que ainda não tinham sido construídas. Mas, e em 1988? Porque não possuíam os estabelecimentos comerciais os sistemas automáticos de deteção e de extinção de incêndios?

Porque não se dava cumprimento às medidas já regulamentadas que formaram a normalização pioneira pós-1974? No que concerne à segurança no pós-1974, a 23 de outubro desse ano a edilidade de Lisboa publicou uma Postura Municipal que regulamentou as condições de segurança a aplicar em edifícios de natureza especial, ou com mais de trinta metros de altura.

Aquela Postura Municipal representou "o outro lado da margem" da segurança de Portugal na temática do Serviço de Incêndios. Na margem mais longínqua estava o documento criado por D. João I, em 1395. Chegou-se finalmente a bom porto, após a travessia da imensa ponte de cerca de 600 anos. Surgiu uma postura da cidade, capital do país, que se assumiu como ponto de partida de uma segurança efetiva que era já uma antevisão do paraíso preventivo que abraçou o país desde 1990 até 2008[10].

E o que terá obrigado à rápida emergência da legislação nesta área? Naturalmente que terá sido o grande Incêndio do "Chiado" de 1988!

A legislação a que se faz referência é, em particular, a seguinte:

- Decreto Regulamentar n.º 8/89, revogado pela Portaria n.º l063/97 (Empreendimentos Turísticos e de Restauração de Bebidas), por sua vez revogado pelo Decreto-Lei n.º 368/99, de 19 de setembro;
- Decreto-Lei n.º 426/89 (Segurança Contra Incêndios em Centros Urbanos Antigos);
- Decreto-Lei n.º 61/90 (Proteção Contra Incêndios em Estabelecimentos Comerciais);
- Decreto-Lei n.º 64/90 (Regulamento de Segurança Contra Incêndio em Edifícios de Habitação);

[10] Após regulamentação da segurança contra incêndios, em Portugal através do Decreto-Lei 220/2008 (alterado pelo Decreto-Lei 224/2015) e da Portaria 1532/2008.

- Decreto-Lei nº 66/95 (Regulamento de Segurança Contra Incêndio em Parques de Estacionamento Cobertos);
- Despacho Normativo n.º 12/98 (Normas Reguladoras das Condições de Instalação e Funcionamento dos Lares para Idosos);
- Decreto-Lei n.º 409/98 (Regulamento de Segurança Contra Incêndio em Edifícios de Tipo Hospitalar);
- Decreto-Lei n.º 410/98 (Regulamento de Segurança Contra Incêndio em Edifícios de Tipo Administrativo).

De facto, toda esta legislação coloca Portugal na ribalta da segurança mundial, no que se refere à temática do serviço de incêndios. Alguns dos técnicos mais credenciados são consultados no sentido de emitirem pareceres muito especialmente no campo da prevenção, sendo atentamente ouvidos. Finalmente, é em Portugal que se começaram a realizar as "Jornadas de Prevenção na Floresta de Betão", onde marcam presença individualidades de vários países, tais como os Estado Unidos da América, a França, a Inglaterra e a Espanha.

A segurança pós-1974, consubstanciada e inovada pela segurança pós-2008, trouxe aos bombeiros um amplo conhecimento nas várias vertentes da prevenção de sinistros em edifícios, sendo disso exemplo diversas disposições que agora assumem carácter obrigatório. A formação desses mesmos bombeiros, ao longo dos anos, foi-se adaptando às caraterísticas construtivas dos imóveis, sendo marcantes as aprendizagens decorrentes de simulacros que se realizavam especialmente nos aquartelamentos dos bombeiros sapadores.

Há que considerar que do século XIV até ao início do século XX, nestes seiscentos e poucos anos, os incêndios em Portugal mantiveram presente um processo de implicação no sistema social. Tal presença foi visível pelas disposições regulamentares emergentes logo após cada uma das grandes catástrofes.

A certeza da sua presença tem sido também símbolo do receio da destruição do património. Daí a modificação dos sistemas construtivos a seguir ao terramoto de 1755, e também, como se referiu, o surgir da "terra prometida", do "oásis" da prevenção e segurança logo depois de 1988, tendo como referência o grande e terrível incêndio do "Chiado".

Incêndio do "Chiado" de 1988: Metodologia operacional [11]

O incêndio teve a sua origem nos Armazéns Grandella. À chegada dos bombeiros ao local, todos os pisos destes grandes armazéns eram "pasto de chamas", estando os edifícios adjacentes já seriamente afetados.

A tipologia construtiva dos Armazéns Grandella era a seguinte:

- Pavimentos em madeira;
- Paredes em alvenaria;
- Tetos em estuque;
- Algumas divisórias com paredes de tabique e também de madeira;
- Escadas em madeira;
- Estrutura de suporte da cobertura, em madeira, e também metálica;

Este imóvel apresentava graves deficiências no que se refere à segurança contra incêndios, nomeadamente:

- Ausência de compartimentação corta-fogo;
- Escadas e elevadores sem serem enclausurados;
- Enorme carga térmica proveniente de uma pluralidade de artigos altamente combustíveis;
- Inexistência de sistema automático de deteção de incêndios.

Os bombeiros registam manualmente o "Alerta" do incêndio às 05h19 do dia 25 de agosto de 1988.

À chegada dos primeiros elementos ao incêndio, a situação era a seguinte:

- Os Armazéns Grandella eram totalmente pasto de chamas;
- O incêndio subia acima da cobertura com chamas de uma altura de cerca de 15 metros;
- As chamas saíam por portas e vidros de janelas e montras, afetando os edifícios em frente, na Rua do Carmo, e obrigando à cedência de elementos das fachadas;
- Eram constantes as explosões e projeções de "línguas de fogo", também por portas e janelas;

[11] Relatório de Incêndio do Chiado, 28 de outubro, 1988. Câmara Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico do RSB.

- A temperatura extremamente elevada, as projeções, as faúlhas que se multiplicavam nos arruamentos, obrigavam ao recuo do pessoal de combate e ao reposicionamento dos meios.

Face à dimensão do incêndio, foram de imediato pedidos reforços de meios.

Estratégia de combate

05h21 - Hora de chegada da 1.ª viatura do Regimento de Sapadores Bombeiros ao local.
Posicionamento da 1.ª viatura: Rua Nova do Almada, junto ao edifício em chamas.

05h23 - Hora de chegada da 2.ª viatura do Regimento de Sapadores Bombeiros ao local.
Posicionamento da 2.ª viatura: Rua do Carmo, junto ao imóvel em chamas.

O material de Socorro que, entretanto, ia chegando ao sinistro reforça as viaturas presentes e objetiva a circunscrição do incêndio.

Estabelecimento de meios de combate:

As primeiras viaturas em combate ao incêndio montam os seguintes meios:

- 2 agulhetas canhão, na Rua Áurea e Rua da Assunção;
- 3 agulhetas de 70 mm e 4 de alta pressão, no sentido de evitar e retardar a propagação do incêndio.

Face à dimensão do sinistro, aos estrondos, às projeções de línguas de fogo e às explosões, as viaturas tiveram rapidamente de recuar duas vezes, desmontando-se e remontando-se material para esse efeito.

Dada a altíssima temperatura, as projeções de fumo e de fogo, e em função das enormes partículas em suspensão, pelas 05h30, as viaturas posicionadas no lado sul da Rua do Carmo foram obrigadas a recuar de novo. Simultaneamente, a autoesca-

da que se encontrava com uma agulheta canhão a trabalho na Rua da Assunção, teve de recuar para a Rua Áurea, por ter sido afetada pelas chamas, resultantes da queda de um teto de uma dependência sobre o pavimento. Essas chamas, e outras que se lhes seguiram, propagaram-se para o edifício em frente à fachada dos Armazéns Grandella, na Rua da Assunção.

Todos os meios que, entretanto, iam chegando ao incêndio foram criteriosamente distribuídos de forma a garantir uma adequada circunscrição e evitar assim a propagação em outras direções.

Na Rua do Carmo o ataque foi realizado pela cobertura do edifício do Montepio Geral. Evitou-se a propagação para o banco e projetou-se também água em direção aos vãos da fachada do edifício em frente. Já na Rua Áurea, o combate foi realizado por agulhetas canhão em autoescadas e, também, a partir das coberturas de prédios próximos.

Nesta fase, na parte sul da Rua do Carmo, foram montadas agulhetas na cobertura dos Armazéns do Chiado, para impedir a progressão do incêndio, e tentou-se também que os vãos das janelas da fachada do edifício frontal entrassem em combustão.

Pelas 05h45, após o pessoal de combate ter entrado nas instalações dos Armazéns do Chiado, constatou-se que, em todos os pisos, existiam já volumosas chamas que tornavam possível a queda de partículas incandescentes no piso ao nível do arruamento exterior. A cobertura estava também já a ser bastante afetada. O ataque, igualmente aqui, tornou-se de dificuldade extrema. Era necessário combater, salvaguardando as vidas dos combatentes e dos civis que pudessem estar nas zonas afetadas.

Mais tarde, soube-se que o incêndio se propagara dos Armazéns Grandella para os do Chiado, pelo saguão, por vãos que se encontravam abertos em vários níveis.

As viaturas que, entretanto, vão chegando ao incêndio, continuam a ser criteriosamente dispostas no sentido de garantir uma apropriada circunscrição. São estrategicamente posicionadas a Norte, Sul, a Leste, e a Oeste.

Entretanto:

- Pelas 07h15, foi atingida pelo incêndio a parte central dos Armazéns do Chiado, frente à Rua Garrett;
- A temperatura era extraordinariamente elevada, tanto no exterior como no interior;

- As viaturas estacionadas no cruzamento da Rua Garrett com as Ruas Nova do Almada e do Carmo, recuaram. Algumas delas posicionaram-se junto à Calçada do Sacramento, enquanto outras desceram a Rua Nova do Almada (fot. 4);

Fot. 4 - Posicionamento das viaturas no Incêndio do Chiado 1988 (Fonte: Câmara Municipal de Lisboa).

Photo 4 *- Positioning the vehicles in the 1988 Chiado Fire (Source: Municipality of Lisbon).*

- Na Rua Nova do Almada as viaturas efetuavam o ataque sistemático, mas foram obrigadas a recuar algumas vezes;
- Pelas 07h20, por irradiação e por projeções de partículas incandescentes, o incêndio prolifera para o edifício do lado poente da Rua Nova do Almada e inicia a progressão na direção da Calçada Nova de São Francisco;
- Também na Rua do Crucifixo, as viaturas efetuaram recuos sucessivos conforme o incêndio avançava com uma força avassaladora;
- Em todos os recuos de viaturas, o material era transportado pelos bombeiros e remontado, logo de seguida;
- Após as 07h30, ficou garantido o domínio da frente norte;
- Na Rua Áurea, que corresponde à frente leste, a essa hora, o fogo estava circunscrito;
- Nessa altura, nas frentes sul e oeste, o incêndio ardia ainda com grande intensidade;
- Tanto na Rua Nova do Almada como na Rua do Crucifixo, destelharam-se coberturas e posicionaram-se estrategicamente agulhetas, tanto nessas coberturas como nos pisos, para que assim que o incêndio aí chegasse se pudesse estabelecer um ataque direto e imediato no sentido de evitar a sua continuidade;
- Os reforços que iam chegando eram distribuídos pelo Centro de Transmissões do Comando pelas artérias em maior dificuldade, tendo-se sempre em conta a circunscrição do incêndio;
- Na Rua Nova do Almada o incêndio progrediu em direção à Calçada Nova de São Francisco. O ataque estabeleceu-se pela cobertura (destelhamentos) e pelos pisos (vãos entre edifícios adjacentes).
- Na Rua Garrett, o edifício da "Eduardo Martins" e outro que lhe ficava mesmo em frente arderam em simultâneo com grande violência. As chamas eram descomunais; existiam projeções de elementos das fachadas; deram-se explosões;
- Nesta zona, já próximo das 09h30, foram colocadas 2 viaturas com canhão, e ainda outra, também com canhão de água, sendo esta última pertencente ao aeroporto de Lisboa. Estes meios de combate, consubstanciados com uma plataforma mecânica, estabeleceram um ataque direto às coberturas dos dois edifícios anteriormente referidos, e também aos diferentes pisos, conseguindo, deste modo, dominar o incêndio nesta área.

A Formação pela Prevenção

Os bombeiros, especialmente os sapadores, no que se refere à formação, sempre apostaram na prevenção. Prevenir é formar: tanto no que se refere ao conhecimento da tipologia construtiva dos edifícios, como às sistematizações veiculadas pelos sistemas neles integrados, e ainda pelas metodologias consideradas como mais apropriadas para o desenvolvimento operacional em presença de um incêndio.

O termo "prevenção" (do latim: *praeventione)*, corresponde ao ato ou efeito de prevenir, isto é, de precaver, de evitar. É, pois, de extraordinária relevância a atitude preventiva face aos incêndios que podem, a qualquer momento, afetar as comunidades. Assim sendo, pela prevenção, as populações saberão quais as atitudes que deverão tomar face a qualquer catástrofe, seja ela provocada por um incêndio, por um sismo, por uma derrocada, ou por qualquer outra situação anómala de grande dimensão.

Esta formação cria estratégias, cria métodos de combate, cria até atitudes, de certo modo cautelares, no desenvolvimento operacional da "marcha geral de operações" no decorrer de um sinistro. E emergem essas atitudes, muito por via dos conhecimentos teóricos e práticos recebidos pela formação ministrada ao longo dos anos. A própria "marcha geral das operações" de socorro sugere, antes de mais, os salvamentos, só depois surgindo o estabelecimento dos meios de ação, o ataque e proteção, e as restantes fases. Esta metodologia tem garantido, desde sempre, aos combatentes dos incêndios a destreza necessária para resolverem as situações de menor ou maior gravidade com que se vão deparando, tendo sempre presente a realidade dos salvamentos em primeiro lugar, e quase de forma simultânea o ataque ao sinistro e a proteção de quem combate.

Os primeiros passos, em matéria de cultura preventiva, passam pela identificação do tipo de riscos potenciais, o seu grau de probabilidade de ocorrência e a intensidade de danos passíveis de serem provocados. Torna-se, pois, conveniente, estudar as diferentes formas de evitar os perigos de eclosão dos desastres subjacentes aos riscos, e, ainda, de viabilizar adequadas modalidades de respostas, se eles de facto ocorrerem. Tudo isto deverá estar programado, devidamente previsto.

Os simulacros – já anteriormente mencionados – sugerem um certo tipo de prevenção, já que denotam, constroem, situações reais, verídicas. E são efetivamente um método de formação posto em prática pelos bombeiros, permitindo-lhes a aproximação da realidade.

Por dedução, poder-se-á dizer que os simulacros de incêndios têm sido ao longo dos anos o melhor tipo de formação para os bombeiros.

Para a população em geral (na qual os bombeiros, obviamente se integram), a construção de uma cultura preventiva de confiança sugere a necessidade de se assumir uma estratégia educativa que poderá começar nas escolas, seguindo depois pela vida profissional. Assim se conseguirá reduzir a vulnerabilidade social face às catástrofes, das quais assumem particular importância os incêndios.

No que concerne aos grandes incêndios urbanos, a sua prevenção tem início na tipologia construtiva, nos condicionamentos estruturais e de compartimentação a que o edificado deve obedecer.

Poderemos então deduzir que prevenir é atuar com antecipação, evitando que o acidente (nesta especificidade o incêndio) ocorra. É conseguir identificar os riscos e saber de que forma se deve reagir, quando eles se tornam efetivos.

O conceito de risco é de relevante importância para os atores sociais em geral, e também o é, em particular, para os especialistas, para os técnicos, no tocante à forma e ao modo como eles obrigatoriamente organizam e reorganizam as respostas às vulnerabilidades que a cada momento surgem condicionando a normalidade da vida social.

Contudo, o risco sobressai sempre de situações presentes e sempre presentes, ou de outro modo, de um atual sempre atual e em permanente reatualização, com o qual vivemos há milhares de anos, em permanente renovação. Por esta razão é necessário, compreendê-los para, antecipadamente, os eliminar.

A perceção dos riscos só é possível pelo conhecimento que nos vem da contínua formação, da aquisição constante de saberes, seja pelos estudos efetuados, seja pelas experiências realizadas, seja pelo intercâmbio cultural entre técnicos nacionais e de diferentes países.

A Formação dos bombeiros em Portugal nos anos 70/80 do século XX

Esta foi uma época que se poderia considerar estranha. Nela, a melhor formação surgiu sempre pela prática resultante dos combates a incêndios de grande dimensão.

Pese embora o facto de serem ministrados conhecimentos aos bombeiros, a verdade é que o que aprendiam era essencialmente resultante dos incêndios ocorridos especialmente em edifícios de construção antiga, com pavimentos e escadas em madeira, paredes divisórias em tabique, e tetos estucados, ou também em madeira. Muitas vezes a generalização do fogo era bastante rápida, deixando os bombeiros em situações de extrema dificuldade para resolverem estes sinistros para os quais eram chamados.

Nas décadas de 70 e 80 do século XX, os conhecimentos dos bombeiros eram adquiridos da seguinte forma:

- Pela formação obrigatória na ascensão de posto para posto hierárquico;
- Pelas vistorias e estudos de segurança contra incêndios realizados em edifícios;
- Pela construção de simulacros nos aquartelamentos e no exterior, em edifícios que solicitavam a sua realização;
- Pela prática formativa de contacto real com os materiais usualmente utilizados em intervenções reais;
- Pelos cursos realizados na Escola Nacional de Bombeiros, em Ranholas, sendo que, estes cursos eram normalmente destinados a chefes dos bombeiros sapadores e a comandantes dos bombeiros voluntários.

A Formação dos bombeiros portugueses na atualidade

Ainda que seja verificável que tanto a Escola Nacional de Bombeiros (ENB), como a Escola do Regimento de Sapadores Bombeiros (ERSB), já estivessem a dar os seus primeiros passos, antes do incêndio do Chiado, é após este evento que as escolas ganham relevância, patente no investimento nelas realizado, com afetação de recursos e normalização da formação.

Na atualidade a formação dos bombeiros está regulamentada por legislação e normativos nacionais e europeus. No entanto, para a mesma tarefa, estão constituídos dois tipos de bombeiros: profissionais (sapadores e municipais) e voluntários.

Os bombeiros profissionais da administração local, têm o seu regime estatutário definido pelo Decreto-Lei 106/2002, sendo a sua formação de acesso e ingresso definida, respetivamente, pelo Despacho Conjunto n.º 297/2006 e 298/2006.

O regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território nacional, sem prejuízo das competências dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas, é definido pelo Decreto-Lei 241/2007. Este "estatuto social" que operacionaliza a formação, através do Regulamento da Formação[12], define assim a formação destinada aos bombeiros dos quadros de comando e ativo dos corpos de bombeiros pertencentes a associações humanitárias de bombeiros e, ainda, aos bombeiros voluntários dos diversos quadros e carreiras dos corpos de bombeiros detidos por município.

No âmbito do Quadro Nacional de Qualificações[13], estruturado com base no respetivo quadro europeu, define-se a estrutura de níveis de qualificação, incluindo requisitos de acesso e a habilitação escolar a que corresponde a profissão de bombeiro, com vista a permitir a comparação dos níveis de qualificação dos diferentes sistemas dos Estados membros. Tal significa que qualquer curso ministrado em Portugal, integrado no Catálogo Nacional de Qualificações tem reconhecimento a nível europeu.

Todas estas referências normativas da formação têm um só objetivo: formar pessoas para o Socorro.

Sendo evidente a evolução formativa, impõe-se referir que é da máxima importância haver uma linha condutora (doutrina) em toda e qualquer formação de bombeiro, de forma a garantir que em cenários de trabalho conjunto, seja facilitada a interação entre entidades. Esta é uma situação que carece de uma maior atenção, já que após os trágicos acidentes ocorridos no ano de 2017 o cidadão exerce, naturalmente, um maior escrutínio sobre tudo o que os bombeiros fazem e como fazem.

Após todos estes anos de existência a ERSB, apenas é reconhecida, à luz da lei, como entidade formadora no âmbito da formação dos funcionários dos Serviços Municipais de Proteção Civil[14].

No entanto, ministra formação inicial (para ingresso na carreira - Vd. fot. 5) e formação contínua, designadamente de promoção (acesso); de especialização/qualificação e de atualização/aperfeiçoamento, aos funcionários da autarquia, assim

---

[12] Despacho n.º 9920/2015 alterado e republicado pelo Despacho n.º 11787/2015.

[13] Artigo 5.º número 1, Decreto -Lei n.º 396/2007, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 14/2017.

[14] N.º 2 do artigo 23º, da Lei n.º 65/2007.

Fot. 5 - Curso de formação inicial para ingresso na carreira de bombeiro sapador no RSB. Recruta 2018 (Fonte: Câmara Municipal de Lisboa, Regimento de Sapadores Bombeiros)

Photo 5 - *Initial training course for admission as a firefighter in RSB (Source: Municipality of Lisbon, Fire Brigade).*

como de outras autarquias, sendo esta efetuada ao abrigo de protocolos e com a respetiva homologação da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL).

Aquilo que tem sido o objetivo da ERSB e que caracteriza a formação nela ministrada, advém de aliar o conhecimento à experiência adquirida, com base nas cerca de 20 000 intervenções anuais do Regimento de Sapadores Bombeiros.

No entanto, atualmente, a formação dos bombeiros, ainda que tenha evoluído em termos de conteúdos pedagógicos e respetiva carga horária em relação a 1988, parece legítimo colocar a hipótese de continuar a ser ainda insuficiente. A constante evolução tecnológica ao nível dos equipamentos de trabalho, e as dinâmicas dos próprios contextos de intervenção do socorro, exigem uma contínua preparação para a diversidade situacional. Face às sistemáticas evoluções, naturalmente que as técnicas de intervenção humana têm de progredir, transformar-se e adaptar-se. Perante este universo de mudança, só com doutrina (definição clara de princípios), se consegue manter operacional e eficiente a atividade do socorro. Ainda que os equipamentos mudem, as técnicas mudem, o contexto de trabalho (socorro) mude, os princípios

doutrinais têm de ser únicos, simples e claros. Só assim é possível que todos os intervenientes na atividade do socorro possam executar as suas tarefas de forma diligente e otimizada, porque estão em causa valores como a vida, bens e ambiente.

E se o "Chiado" fosse hoje?

Poderíamos começar por dizer que, se fosse no mesmo local, não seria igual! E que seria quase impossível que atingisse as mesmas dimensões que atingiu em 1988. As estruturas existentes no local foram todas reconstruídas após incêndio e, como é natural na atual sociedade, no processo de reconstrução integrou-se a componente "aprendizagem", designada Prevenção, no conhecido ciclo da catástrofe.

A substituição de materiais por outros com maior resistência ao fogo e a compartimentação dos espaços é, por si só, um garante que a velocidade de propagação do fogo fica mais condicionada, permitindo uma mais eficaz intervenção dos meios de socorro.

Cientes que o contexto do local de trabalho dos bombeiros está em contínua mutação, consequência da diversificação, quer da utilização, quer da ocupação dos espaços, impõe-se uma preparação para uma realidade que não pode ser ignorada.

Numa sociedade em que o poder de compra subiu significativamente em relação a 1988, o evidente materialismo da nossa sociedade, traduz-se numa densificação de materiais por compartimento, proporcionando uma carga térmica superior em cada espaço. Ainda que a combustão dos tipos de materiais se mantenha tecnicamente à mesma temperatura que em 1988, existem mais materiais por metro quadrado, com uma predominância de materiais sintéticos que, na sua generalidade, ardem mais rápido.

Se o Chiado fosse hoje, podemos dizer que dificilmente atingiria aquelas proporções, devido a compartimentação dos espaços feita por alvenaria e materiais com resistência ao fogo. No entanto, seria um incêndio de combate mais demorado, dada a carga térmica existente nos espaços e a possibilidade de ocorrência de *flashover* e *backdraft*[15].

[15] Fenómeno explosivo, que ocorre num incêndio, quando o oxigénio entra repentinamente no espaço onde se encontra o incêndio controlado pela falta de ventilação, provocando uma ignição explosiva.

A marcha geral das operações

As técnicas de busca e salvamento, extinção e proteção evoluíram, assim como as técnicas de comunicação e registo. No entanto, os princípios de intervenção operacional mantêm-se os mesmos, veja-se a sequência das fases da Marcha Geral das Operações (MGO), descrita em 1958 no Manual do Sapador Bombeiro, I volume.

Esta constante ao longo dos tempos é suportada, pela simples razão de a sequência de ações ter por base, em primeiro lugar, a preservação do maior valor conhecido: a VIDA.

A marcha geral das operações - MGO (BSB 1958, Vol. I, p.51) era em 1988, e é nos dias de hoje, a sequência que guia as opções operacionais do Regimento de Sapadores Bombeiros (RSB).

Na sequência da alteração da Lei de Bases de Proteção Civil em 2006, e em 2007, e a criação da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), em simultâneo com a definição do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), surge efetivamente uma evolução organizacional dos Bombeiros e Proteção Civil, com Diretivas Nacionais, Normas Operacionais e Despachos do Presidente da ANPC, que reformulam a organização operacional, ao nível das entidades que se constituem como agentes de proteção civil[16]. No entanto, os procedimentos operacionais e a sequência operacional das diversas tarefas inerentes a cada intervenção, é definida ao nível da formação, nos manuais técnicos.

Poderão existir múltiplas sequências das ações, mas o elemento base, garante da sua eficiência é igual para todas: o fator tempo, determinante para o sucesso das intervenções de socorro, em particular nas de incêndio.

A sequência dos procedimentos operacionais que regeram a zona de ação dos socorros durante o incêndio do Chiado em 25 de agosto de 1988, são os que seriam utilizados, se o Chiado fosse hoje!

A MGO compõe-se pelas (i) 6 fases de extinção dos incêndios, (ii) o desenvolvimento da ação em grandes sinistros e (iii) as partes telefónicas.

---

[16] Artigo 46º, da Lei de Bases de Proteção Civil (Lei n.º 27/2006, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2011 e pela Lei n.º 80/2015 que república o diploma).

As 6 fases de extinção dos incêndios são comummente conhecidas, devendo a ação a desenvolver em qualquer sinistro, por norma, obedecer, à mesma sequência, usando eventualmente terminologias diferentes.

No caso da extinção de incêndios as fases são:

1. Reconhecimento. Ação inicial, tão breve quanto possível, executada de forma que permita definir concretamente os meios de ação a estabelecer;
2. Salvamentos. Quando existam salvamentos, esses trabalhos têm primazia sobre quaisquer outros, executando-se por vezes antes do reconhecimento. Em muitas circunstâncias a sua execução é simultânea com o desenvolvimento do ataque, acontecendo que por vezes, o ataque tem de preceder os salvamentos, por forma a garantir que estes sejam possíveis;
3. Estabelecimento dos meios de ação. Corresponde ao desenvolvimento do trabalho de cada uma das viaturas, consoante a ordem de trabalho recebida, em função do plano de ação estabelecido;
4. Ataque e Proteção. O ataque é o conjunto de trabalhos indispensáveis para controlar o sinistro. No caso específico do incêndio, o ataque compreende as seguintes fases: Circunscrição, Domínio e Extinção. Em simultâneo ao ataque, é necessário proceder à proteção e segurança dos bombeiros e dos equipamentos, assim como limitar, os prejuízos causados, quer pelo sinistro, quer pelos meios de socorro;
5. Rescaldo. No caso dos incêndios este visa, extinguir os pequenos focos colocados a nu, durante a remoção de escombros. O rescaldo compreende igualmente as demolições, escoramentos e desobstruções indispensáveis à segurança pública;
6. Prevenção. Ação executada após concluídos os trabalhos de rescaldo e apenas em circunstâncias especiais, nomeadamente resultantes da natureza dos materiais. A título de exemplo: grandes pilhas de madeira, pilhas de papel. Normalmente esta fase é executada por uma guarda de prevenção e o material indispensável para atuar em caso de necessidade.

O desenvolvimento da ação em grandes sinistros impõe que sempre que o "*chefe que dirige os trabalhos, os não possa abranger no seu todo, a zona de ação dos socorros*

será dividida em setores" (BSB 1958, Vol. I, p.51), sendo que a manutenção da ligação entre os setores e o chefe, será garantida para permitir informações, de forma a assegurar que o chefe fique permanentemente ao corrente da situação.

As partes telefónicas são as comunicações telefónicas e radiotelefónicas efetuadas para a Central, que no momento regista o decorrer das ações (Posto de Comando). A primeira parte corresponde à chegada do primeiro veículo ao local do sinistro. No mais curto espaço de tempo deve ser comunicado a parte relativa ao reconhecimento onde, para além de transmitir as características do sinistro (e.g. local, natureza, extensão), transmite se os meios que tem são suficientes ou se necessita de reforço, e a ser necessário especifica quais os meios que carece.

No decorrer dos trabalhos devem ser efetuadas comunicações, especialmente em cada uma das fases, detalhando os trabalhos executados, os em curso, os meios empenhados a trabalho e outras informações relevantes e elucidativas da ação a decorrer.

Terminados os trabalhos relativos ao sinistro, é transmitida a sua conclusão, na qual é feito um relato sucinto, sendo que da ação desenvolvida, são fornecidos os elementos de identificação do local, proprietário, origem do sinistro, extensão dos prejuízos, acidentes e outras ocorrências extraordinárias.

Zona de ação dos socorros – O Teatro de Operações

A zona de intervenção está a mudar. A evolução do modelo de vida e a utilização (ocupação) dos espaços é feita maioritariamente com materiais de "plástico" ou falsas madeiras, materiais capazes de libertar energia suficiente para originar um *flashover* numa habitação em menos de 7 minutos. Consequentemente, os bombeiros enfrentam incêndios cujo desenvolvimento é diferente, devido à excessiva carga térmica e ao isolamento dos espaços, na sequência dos isolamentos térmicos e sonoros aplicados nas construções e reabilitações.

No entanto, Lisboa, é uma cidade que ainda tem na sua matriz de base, zonas urbanas antigas, construídas na última grande reconstrução (pós-terramoto de 1755), motivo porque, após o incêndio do Chiado foram definidas as "Medidas Cautelares

de Segurança Contra Incêndios em Centros Urbanos Antigos"[17], que definiram as disposições a observar com o objetivo de reduzir o risco de eclosão de incêndio, limitar a sua propagação, possibilitar a evacuação dos edifícios e facilitar a intervenção dos bombeiros. São exemplo evidente de um Centro Urbano Antigo, a baixa Pombalina, zona que ainda hoje detém a mesma vulnerabilidade que o Chiado tinha.

Aptidões do operacional – o elemento determinante

Não há substituto para o conhecimento – *There is no substitute for knowledge*[18]. Para que um bombeiro seja capaz de tirar proveito da tecnologia ao seu dispor, otimizando o seu trabalho interventivo e operacional, é fundamental que ele saiba como manuseá-la. Saber o para quê e quais as suas limitações. A aposta no conhecimento é a chave.

Com a constante evolução técnica dos equipamentos, impõe-se ao bombeiro uma evolução contínua das suas aptidões cognitivas e práticas ou técnicas. O Quadro Europeu de Qualificações descreve as aptidões como cognitivas (incluindo a utilização de pensamento lógico, intuitivo e criativo) e práticas (implicando destreza manual e o recurso a métodos, materiais, ferramentas e instrumentos).

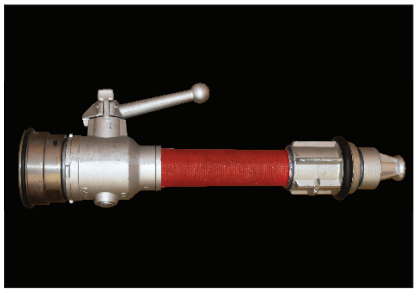
Hoje a competência exigida ao operacional bombeiro, em termos de responsabilidade e autonomia, é de uma complexidade superior ao que se verificava em 1988, aquando do incêndio do Chiado.

Sem querermos entrar em detalhes extremamente técnicos, sem optarmos por abordar, por exemplo, os detetores de gases, e o Aparelho Respiratório Isolante de Circuito Aberto, vulgarmente conhecido por ARICA, ou câmaras térmicas, basta comparar as agulhetas utilizadas em 1988 com as atuais (fot. 6, 7, 8 e 9). Para se conseguir tirar partido das suas capacidades (e.g. caudal e tipo de projeção) tem de se ter o conhecimento e, para além disso, ser capaz de o aplicar na prática (aptidão), certo de que se temos mais do que uma forma de utilizar, revela-se da máxima importância não saber "apenas" como funciona, mas também saber como utilizar na situação em causa.

---

[17] Decreto-Lei n.º 426/89.

[18] Tactical Considerations Web Series: Ep. 1 - There is No Substitute For Knowledge https://ulfirefightersafety.org/posts/tactical-considerations-web-series.html



Fot. 6 - Modelo de agulheta de jato e pulverização, em uso em 25 de agosto de 1988 (Fonte: Câmara Municipal de Lisboa, Regimento de Sapadores Bombeiros).

Photo 6 - *Jet and spray action nozzle model in use on 25 August 1988 (Source: Municipality of Lisbon, Fire Brigade).*

Fot. 7 - Agulheta, com regulação de débito, formação de jato ou de pulverização, em uso em 2018 (Fonte: Câmara Municipal de Lisboa, Regimento de Sapadores Bombeiros).

Photo 7 - *Nozzle, with flow regulation, for jet or spray action, in use in 2018 (Source: Municipality of Lisbon, Fire Brigade.*

Fot. 8 - Intervenção no incêndio do Chiado em 1988 (Fonte: Câmara Municipal de Lisboa, Regimento de Sapadores Bombeiros).

Photo 8 - *Intervention in the Chiado fire in 1988 (Source: Municipality of Lisbon, Fire Brigade).*

Fot. 9 - Equipamento que seria usado se o incêndio do Chiado fosse hoje (Fonte: Câmara Municipal de Lisboa, Regimento de Sapadores Bombeiros).

Photo 9 - *Equipment that would be used if Chiado fire happened today (Source: Municipality of Lisbon, Fire Brigad.*

A aptidão que nos referimos de nada servirá se em poucos minutos o operacional ficar exausto. A condição e a preparação física ajustada às necessidades funcionais (operacionais) são hoje, mais do que ontem, imperativos para garantir o nível de operacionalidade exigido. A aposta em treinos em circuito, com exercícios similares aos executados na atividade operacional é, já hoje, uma realidade em alguns países.

No RSB em 2018, deu-se início ao estudo da população bombeiros, mais concretamente na avaliação do perfil de saúde cardiovascular e aptidão física para a função (fot. 10).

Fot. 10 - Avaliação da condição de saúde cardiovascular e da aptidão física para a função pela Faculdade de Motricidade Humana e pela Câmara Municipal de Lisboa (Fonte: Câmara Municipal de Lisboa, Regimento de Sapadores Bombeiros).

Photo 10 - *Evaluation of the state of cardiovascular health and physical fitness for performance of duties by the Faculdade de Motricidade Humana and the Câmara Municipal de Lisboa (Source: Municipality of Lisbon, Fire Brigade).*

A partir deste estudo, e num trabalho de proximidade com a atividade operacional delinear-se-ão programas de treino ajustados às necessidades funcionais, com a sua inclusão em planos de instrução, de forma a preparar os operacionais para as exigências físicas dos territórios/espaço das ocorrências e respetiva complexidade funcional.

Conclusão

Se o Chiado fosse hoje, as proporções do incêndio seriam menores, disso não existem dúvida. A nova tipologia construtiva, a formação contínua dos bombeiros, a evolução das técnicas, dos equipamentos e da tecnologia ao seu dispor, a segurança dos bombeiros no teatro de operações e a aposta na melhoria e na manutenção da sua condição física constituem-se como pilares estruturantes de uma intervenção mais imediata e eficaz.

Se a aprendizagem com o passado é garante para um futuro onde os acidentes desta dimensão sejam passíveis de previsão e de acautelamento, impera ainda a necessária otimização da interação dos corpos de bombeiros no terreno. Tal apenas será verificável através de uma definição clara de princípios de atuação, da normalização discursiva e conceptual. Em suma: de uma doutrina que garanta uma articulação coordenada num qualquer contexto situacional (ocorrência de socorro).

Se a sequência de intervenção (Marcha Geral de Operações) se mantém ao longo dos anos no RSB, acredita-se que seja por força da importância do fator tempo nas intervenções de socorro. Sendo uma prática com cultura organizacional, que todos, independentemente da categoria profissional ou do ano de ingresso, têm claramente instituído nas suas intervenções, é garantido o entrosamento entre equipas e, consequentemente, uma eficiência na sua execução.

Cientes de que a única constante que acompanha o mundo dos bombeiros é a mudança, quer de equipamentos e de técnicas, quer da utilização e ocupação dos espaços em que intervêm, esta mudança tem exigido um esforço institucional e organizacional, para manter os níveis de operacionalidade elevados, dando uma resposta rápida e sempre que o alerta é precoce, conseguir debelar o incêndio enquanto ainda está numa fase inicial.

Hoje, mais do que nunca a força de socorro está preparada… para um qualquer outro "incêndio do Chiado".

Referências bibliográficas

Almeida, M. A. D. (Org. e Coord.) (1996). *Do exercício do fogo,* Lisboa, Associação Nacional de Bombeiros Profissionais.

Andrade, F. de, *Lisboa e o seus Serviços de Incêndio*, 1969. Gráfica Santelmo, Lisboa.

BSB - BATALHÃO SAPADORES BOMBEIROS DE LISBOA (1958). *Bombeiro, Manual do Sapador*, vol. I, *Noções técnicas elementares*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, (4ª edição, 1983).

BSB - BATALHÃO SAPADORES BOMBEIROS DE LISBOA (1958). *Bombeiro, Manual do Sapador*, vol. II, *Material de Combate Hidráulico*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, (2ª edição, 1983).

Decreto-Lei n.º 106/02. Estatuto dos Bombeiros Profissionais da Administração Local.

Decreto-Lei n.º 426/1989. Medidas Cautelares de Segurança Contra Incêndios em Centros Urbanos Antigos. Lisboa.

Despacho Conjunto n.º 297/2006. Duração e Conteúdo Programático e Sistema de Funcionamento e de Avaliação dos Cursos de Promoção.

Despacho Conjunto n.º 298/2006. Regulamento Geral de Estágio Bombeiros Profissionais da Administração Local.

Despacho n.º 7944/2015. Regime excecional e transitório ao Despacho Conjunto n.º 297/2006 - Duração e Conteúdo Programático e Sistema de Funcionamento e de Avaliação dos Cursos de Promoção.

Despacho n.º 9920/2015 alterado e republicado pelo Despacho n.º 11787/2015. Regulamentação dos cursos de formação, de ingresso e de acesso do bombeiro voluntário.

Livro de Consultas e Decretos de D. Pedro II. Assentamento das Ferramentas dos Incêndios. Câmara Municipal de Lisboa – Arquivo Municipal.

Livro de Registo de Cartas e Provisões. fl. 3-v. Carta de Propriedade passada a Domingos da Costa, de Capitão das Bombas. Câmara Municipal de Lisboa – Arquivo Municipal.

Ribeiro, M. J. (1996) *Vulnerabilidades sociais dos desastres*. Comunicação apresentada no III Congresso Português de Sociologia, promovido pela Associação Portuguesa de Sociologia. Fevereiro de 1996. Este artigo foi desenvolvido parcialmente no âmbito do Programa PRAXIS XXI - Projeto 2/2.1/CTA/118/94.

Relatório de Incêndio do Chiado (1988). Câmara Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico do Regimento de Sapadores Bombeiros.

Ripley, A. (2008). *Impensável - Como e Porque as Pessoas Sobrevivem a Desastres*; Rio de Janeiro, Editora Globo.

Santos, F. H. (Coord.) (1995). *Bombeiros Portugueses, seis séculos de História, 1335-1995*, Lisboa, Serviço Nacional de Bombeiros e Liga dos Bombeiros Portugueses, Volume I.

Sítios eletrónicos

https://ulfirefightersafety.org/posts/tactical-considerations-web-series.html

O INCÊNDIO DO CHIADO NOS JORNAIS: A NARRATIVA DE UMA CATÁSTROFE

THE CHIADO FIRE IN THE PRESS: NARRATIVE OF A CATASTROPHE

Ana Teresa Peixinho
CEIS20 | Universidade de Coimbra (Portugal)
apeixinho71@gmail.com

Resumo: Este capítulo pretende analisar o modo como a imprensa portuguesa cobriu o incêndio do Chiado de 1988. O episódio que abalou Lisboa e o resto do país, tendo tido repercussões nos *media* internacionais, ocorreu precisamente no coração da capital, onde estavam sediados os principais jornais nacionais. Num período em que os *media* portugueses estavam a atravessar mudanças profundas, em parte decorrentes da então recente adesão à Comunidade Económica Europeia (Oliveira, 1992), num período em que ainda não tinha chegado ao país a internet ou os telemóveis e muito menos as redes sociais, tenta-se perceber, nesta análise, que narrativa ou narrativas foram construídas desse acontecimento. Para o efeito, selecionaram-se cinco jornais: dois diários de referência – o *Diário de Notícias* e o *Diário de Lisboa* –, um diário popular – o *Correio da Manhã* – e dois semanários – o *Expresso* e *O Independente*.

Palavras-chave: Narrativa, imprensa, acontecimento, catástrofe, incêndio do Chiado.

DOI: https://doi.org/10.34037/978-989-20-8919-5_1_6

Abstract: This chapter looks at how the Portuguese press covered the Chiado fire of 1988. The episode that shook Lisbon and the rest of the country and even had repercussions in the international media, occurred in the very heart of the capital where the main national newspapers were based. At a time when the Portuguese media were undergoing considerable change as a result of the recent accession to the European Economic Community (Oliveira, 1992), in a period when the internet and mobile phones had not yet arrived, let alone social networks, this analysis attempts to perceive what narrative or narratives were constructed of this event. For this purpose, five newspapers were selected: two mainstream daily papers – *Diário de Notícias* and *Diário de Lisboa* – a popular one – *Correio da Manhã* - and two weekly newspapers – *Expresso* and *O Independente*.

Keywords: Narrative, press, event, catastrophe, the Chiado fire.

Bad news is (good) news

O *incêndio do Chiado* é considerado um dos dois grandes incêndios urbanos do século XX português, com dois mortos (um morador e um bombeiro), várias dezenas de feridos, duas dezenas de desalojados, 18 edifícios destruídos e dois mil desempregados, na sequência da destruição de armazéns, escritórios e comércio. Cito, para o efeito, o parecer de especialistas:

> "*Na base de dados do CRED figuram para o período que se iniciou em 1900 apenas dois grandes desastres associados a incêndios, nomeadamente o incêndio da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto (1975, com 10 mortos e 280 afetados) e o incêndio do Chiado em Lisboa (em 1988, com 2 mortos, 2245 afetados e cerca de 250 milhões de dólares de prejuízo). O incêndio do Chiado acaba por marcar, inclusivamente, a legislação sobre incêndios urbanos no nosso país [...]*" (Lopes e Cunha, 2016: 287).

Sem qualquer desmérito para com os peritos e muito menos menosprezo pelos números, parece-me, contudo, que estes dados não são suficientemente expressivos para explicar o impacto deste incêndio na nossa memória coletiva, a ponto de ter merecido figurar em alguns enredos ficcionais[1]. Ou, dito de outro modo, parece haver outras causas que expliquem por que motivo, passadas três décadas, este incêndio ainda suscita a nossa atenção e o interesse da comunidade científica.

De facto, o *incêndio do Chiado* de 25 de agosto de 1988, mais do que um incêndio urbano que expôs a vulnerabilidade de uma zona da capital, é um daqueles acontecimentos que marcam de forma indelével a nossa memória coletiva e cuja ressonância muito se deve ao modo como os *media* o captaram, o construíram e o repercutiram. Dificilmente o esqueceremos e, regra geral, recordamos com bastante nitidez o momento em que tivemos conhecimento da notícia, pese embora o tempo transcorrido. Lembramo-nos com relativa precisão de onde e com quem estávamos e do que fazíamos. Guardamos essencialmente a memória das emoções, de algumas imagens marcantes vistas pela TV e de alguns dados relevantes – número de vítimas, de edifícios destruídos, de desalojados, por exemplo. E fazemo-lo, não porque o tenhamos experienciado ou dele sofrido consequências diretas, mas porque jornalistas, repórteres e fotógrafos cobriram o acontecimento, construindo narrativas que nos permitiram vivê-lo, compreendê-lo e guardá-lo na memória. Acresce à cobertura mediática do incêndio o facto de o Chiado ocupar um lugar especial no nosso imaginário, com história, carisma e valor simbólico, para o que muito contribuíram também os sucessivos escritores que o imortalizaram nas suas ficções. O Chiado e o Bairro Alto são, na verdade, espaços com "*personalidade*" e direito a "*certidão de idade*", para usar as felizes metáforas de Paulo Martins (Martins, 2018).

Uma pesquisa rápida pela internet é suficiente para se perceber que o *incêndio do Chiado* tem sido recordado nas suas sucessivas efemérides – tal como esta que agora se assinalou dos 30 anos – pois, todos os anos, os órgãos de comunicação social fazem questão de relembrar o fatídico dia em que metonimicamente 'Lisboa ardeu', dedicando-lhe reportagens e espaços de diversos formatos em programas de

[1] Cito, a este respeito, dois exemplos: o romance *Incêndio no Chiado* do francês François Vallejo, de 2010; e *Um Jardim sem limites* de Lídia Jorge, publicado em 1998.

informação e de entretenimento. Este ritual de rememoração[2] significa também que a 'tragédia do Chiado' marcou, não apenas o povo de Lisboa ou o país, mas também a própria comunidade dos jornalistas portugueses, especialmente os da capital.

Em 2013, quando da comemoração dos 25 anos do *incêndio do Chiado*, alguns jornalistas comentaram o forte impacto que a cobertura deste episódio teve nas suas carreiras e no modo como passaram a encarar a profissão: "*O acontecimento em si foi definidor da minha própria postura, não tenho dúvida nenhuma. Colocaria o [Mário Crespo] antes e depois do incêndio do Chiado*"[3], comentou o então repórter da RTP, explicando as condições da cobertura em direto pelo canal público de televisão, único existente à época. Nesse mesmo ano, um quarto de século volvido sobre o acontecimento, quatro fotojornalistas, que viveram e captaram com as suas lentes diversas cenas do incêndio, publicaram em livro uma reportagem fotográfica, prefaciada por António Valdemar:

> "*As imagens selecionadas e publicadas neste livro, da autoria de Rui Ochôa, Alfredo Cunha, Fernando Ricardo e José Carlos Pratas, obtidas muitas vezes em situações de alto risco, constituem a grande reportagem da tragédia de 25 de agosto de 1988. Documentam a amplitude do incêndio e as horas de inquietação que se viveram. Todavia, além do registo factual, também evidenciam quatro notáveis fotógrafos, com modos distintos de olhar e de sentir a realidade*" (Valdemar apud Ochôa, 2013: 4).

Eloquente é também o testemunho de Paulo Martins, então jornalista de *A Capital*, sobre o acontecimento. No prefácio à sua recente obra *O Bairro dos Jornais*, recorda o incêndio do Chiado como um daqueles acontecimentos que convocam sentimentos de pertença e de solidariedade:

> "*E havia acontecimentos que nos irmanavam. Sempre recordo o dia de 1988 em que o Chiado foi pasto das chamas. Publicadas duas edições,*

---

[2] Sobre o papel e a importância das comemorações rituais no jornalismo, veja-se Nobre-Correia, 2018: 240-241.

[3] In: "Como os jornalistas viveram o incêndio do Chiado" http://www.meiosepublicidade.pt/2013/08/como-os-jornalistas-viveram-o-incendio-do-chiado/ (consultado em 6 de julho de 2018).

encontrámos finalmente tempo para ir matar a fome. Generosamente, o restaurante fronteiro (Cocheira) fornece-nos almoço às quatro da tarde. Chegou outro faminto: Piteira Santos, ao tempo diretor-adjunto do Diário de Lisboa. A dona da casa quis saber pormenores sobre a tragédia. Contámos-lhe o que sabíamos, e a senhora rompeu num pranto. As lágrimas assomaram facilmente a outros olhos. E Piteira levantou-se da mesa onde estava e veio abraçar-se ao grupo. O acontecimento era muito mais importante do que qualquer possível rivalidade" (Martins, 2018: 18).

Tanto assim é que o News Museum[4], no seu *website*, 'arruma' este tipo de acontecimentos sob uma mesma categoria, a das "Bad News", apresentando-os como episódios:

"*que ninguém quer que aconteçam e que os jornalistas adoram noticiar. Do naufrágio do Titanic ao acidente ferroviário de Alcafache, passando pelo "Nine Eleven", incêndio do Chiado, mortes de Kennedy e Sá Carneiro. Os bastidores da cobertura mediática destas tragédias*[5]".

Fig. 1 - Printscreen site do NewsMuseum
***Fig. 1** - Printscreen NewsMuseum's webpage.*

[4] A autora deste capítulo agradece ao News Museum a cedência de material sobre a cobertura noticiosa do incêndio do Chiado.

[5] In: http://www.newsmuseum.pt/pt/bad-news/tragedias-que-perduram-nas-nossas-memorias (consultado em 29 de junho de 2018).

Estas palavras, inscritas na página *web* do museu, ecoam um tema que é explorado pelos *media,* sobretudo desde a modernidade: a catástrofe, seja ela natural ou provocada, é o "*ponto supremo do informativo – o absolutamente imprevisto, o sublimemente horrível, o racionalmente injustificável*" (Serra, 2006: 4). E vêm ao encontro de alguns princípios que desenvolveremos: i) que todos os acontecimentos traumáticos, de natureza coletiva – que geralmente merecem por parte da comunicação social o epíteto de tragédias ou catástrofes – têm um potencial diegético considerável, ou seja, possuem características propícias à construção de histórias envolventes e marcantes; ii) que é precisamente esse potencial que os torna atrativos ao olhar dos jornalistas, que procuram tornar legíveis realidades complexas, caóticas e de difícil apreensão; iii) que o modo como chegam ao público é produto de uma construção e de uma mediação a cujos bastidores esse mesmo público, em geral, não tem acesso.

Estas três constatações remetem para problemáticas há muito estudadas por académicos e investigadores e mesmo debatidas entre os profissionais do jornalismo e dos *media*: o conceito de acontecimento jornalístico, a sempre problemática conceção narrativa da notícia, os critérios de seleção e construção da informação, o valor da objetividade como matriz da prática profissional.

O que se propõe neste capítulo é precisamente compreender o modo como o incêndio que, na madrugada de 25 de agosto de 1988, destruiu o Chiado e parte da Baixa Pombalina no centro de Lisboa, foi registado pela imprensa da altura. Que histórias foram contadas? Qual o papel dos jornalistas na construção do acontecimento? Que impacto teve esse acontecimento mediatizado na forma como leitores, ouvintes e espectadores o preservaram na memória?

O potencial diegético de uma catástrofe e o acontecimento jornalístico

Para respondermos a estas perguntas, importa entender que a análise de coberturas noticiosas requer o domínio e a compreensão das práticas profissionais, dos critérios que presidem à seleção de notícias, dos valores e procedimentos que comandam a mediação da realidade por parte dos *media* de informação. Por outras palavras, para compreender o conteúdo e a forma da história do *incêndio do Chiado*

que até nós chegou pela imprensa da época, é preciso espreitar os tais bastidores da cobertura mediática.

A análise que aqui se apresenta enquadra-se na linha das teorias da comunicação que estudam os *media* numa perspetiva institucional e empresarial, procurando compreender de que forma o jornalismo seleciona a informação que veicula, como a agenda, de que modo a produz e a que rotinas obedece (Cunha, 2012: 41).

Parte-se de uma perspetiva construtivista, tal como a defendeu Gaye Tuchman já no fim da década de 70, segundo a qual as notícias são produtos textuais e discursivos que resultam de uma construção profissional que os jornalistas fazem a partir da realidade, não devendo ser confundidas com a própria realidade:

> "*[...] as notícias não espelham a sociedade. Ajudam a constituí-la como um fenómeno social partilhado, dado que no processo de descrição de um acontecimento, as notícias definem e moldam esse acontecimento [...]*" (Tuchman, 2001: 92)

Esta abordagem interpretativa não põe em causa a factualidade ou a 'verdade' das notícias que nos dão a conhecer o que se passa 'lá fora'. Pelo contrário, trata-se de questionar uma visão ingénua e simplista que vê no jornalista um puro mediador, capaz de refletir o mundo e a realidade[6]. Além de que, entender a cobertura noticiosa como uma construção equivale a reconhecer que a 'realidade' que nos chega pelas páginas dos jornais, pelas rádios ou televisões é apenas uma parte do que sucede no mundo, muito mais vasto, caótico e plural. As notícias e reportagens que lemos e a que assistimos são histórias que organizam e dão legibilidade ao real, e que têm uma determinada forma – ditada por normas e preceitos profissionais – e um conteúdo alicerçado em factos:

---

[6] Para Bird e Dardenne, muitos jornalistas continuam a olhar com desconfiança para a discussão em torno de notícias e histórias (Bird e Dardenne, 1993: 263); Nelson Traquina entende também que "*segundo a ideologia jornalística, o jornalista relata, capta, reproduz ou retransmite o acontecimento [...] é um espelho que reflete a realidade*" (Traquina, 2002: 171-172); e Helen Fulton chama a atenção para a resistência que alguns jornalistas evidenciam em aceitar a matriz narrativa das notícias, argumentando com uma visão dicotómica que opõe *hard e soft news*, informação e estória, notícias e interesse humano (Fulton, 2005).

> "*As notícias [...] têm uma relação com o 'mundo real', não só no conteúdo, mas na forma; isto é, no modo como o mundo é incorporado em convenções narrativas inquestionáveis e despercebidas, sendo então transfigurado [...]*" (Schudson, 1993: 279).

Não se trata de entender a notícia como uma ficção, fruto de invenção ou, pior ainda, manipulação do jornalista. "*Dizer que uma notícia é uma 'estória' não é de modo nenhum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia*", adverte Tuchman (1993: 262), é antes o reconhecimento de que a notícia é produto de um conjunto de convenções, que permitem a construção de narrativas, que têm relação com o mundo real porque o tornam compreensível.

Assim, há algumas perguntas que merecem resposta: o que significa *acontecimento* para um jornalista? Que valores presidem à criteriosa seleção da realidade, que leva a que uns temas sejam noticiados e outros obliterados? Que relação existe entre a realidade factual e aquela que os leitores recebem nas páginas dos jornais?

Adriano Duarte Rodrigues é um dos autores que trabalhou o processo de produção noticiosa sob a perspetiva da construção do acontecimento. Para ele, o acontecimento é, no discurso noticioso, o referente de que se fala, "*uma espécie de ponto zero da significação*", que é enquadrado e regulado por um discurso, por sua vez caucionado pelos valores da credibilidade, da sinceridade do jornalista, da clareza e da correção (Rodrigues, 1993: 27-33).

A perspetiva evenemencial tem encontrado eco assinalável em estudos mais recentes, sobretudo por parte da Linguística – especialmente estudos sobre o discurso – e dos Estudos Narrativos. Referimo-nos especialmente aos trabalhos de Patrick Charaudeau (1997 e 2011), de Arnaud Mercier (2006) e de Jocelyne Arquembourg (2011), sobre acontecimento mediático, e aos de Helen Fulton sobre narrativa e *media* (Fulton, 2005).

Seguindo a perspetiva hermenêutica narrativa de Paul Ricoeur, desenvolvida na afamada obra *Temps et Récit*[7], P. Charaudeau entende que os fenómenos do mundo

[7] A teoria criada por P. Ricoeur no início da década de 80 tem sido seguida e trabalhada por inúmeros autores dedicados ao estudo das narrativas que circulam e constroem o espaço público. Especialmente a sua "tripla mimese", particularmente fértil para a abordagem de P. Charaudeau que aqui se descreve.

só ganham significação a partir do momento em que são textualizados, ou seja, sistematizados e estruturados pela linguagem. Só depois da chamada *mise en récit*, é que esses factos se tornam acontecimentos, prontos a ser lidos e interpretados pelo público, por sua vez responsável por uma reestruturação das significações, em função das suas competências de inteligibilidade (Charaudeau, 1997: 101-115). Por seu lado, Jocelyne Arquembourg mostra como se construiu o primeiro acontecimento mediático da modernidade, o terramoto de 1755 em Lisboa, e como as modalidades de construção desse acontecimento tiveram influência nos sistemas interpretativos da época, fazendo emergir duas visões antagónicas do mundo: a das crenças religiosas e a visão newtoniana da natureza (Arquembourg, 2011). A mesma perceção encontramos numa reflexão de Claude Sales, jornalista francês que, quando convidado a refletir sobre o conceito de acontecimento jornalístico, afirma:

> "*O facto em bruto, não contextualizado, é insignificante [...] o sentido da ocorrência apenas é construído através da "mise en perspective" e da sua relação com outros factos passados e futuros*" (Sales, 1992: 156).[8]

O mesmo é dizer que aquilo a que hoje chamamos de *incêndio do Chiado*, ocorrido na madrugada de 25 de agosto de 1988, é acima de tudo o resultado de várias histórias contadas por jornalistas e repórteres de imagem, publicadas nos jornais e emitidas pelas rádios e pela televisão. Na base desta narrativa esteve, naturalmente, um conjunto de factos e ocorrências concretos, que apenas uma pequena parte dos portugueses pôde testemunhar e viver, e que teve as consequências que se conhecem, quer em termos patrimoniais, quer em termos sociais. No entanto, o que hoje sabemos desse acontecimento é sobretudo produto precisamente da cobertura feita pelos órgãos de comunicação social na época. Só ela permitiu que pessoas de todo o mundo, distanciadas, portanto, do local dos acontecimentos, tivessem conhecimento do que sucedera nessa madrugada e conseguissem compreender o seu alcance.

Estamos perante, portanto, uma das finalidades do discurso dos *media*: "*organizar a experiência do aleatório e conferir-lhe racionalidade*" (Rodrigues, 1993: 33), transfor-

[8] Tradução nossa.

mar "*o caos em coerência, a desordem em ordem*" (Sales, 1992: 160), ou seja, veicular histórias que, para além de informarem e explicarem, se constituem como um sistema simbólico que oferece "*tranquilidade e familiaridade em experiências comunitárias partilhadas*" (Bird e Dardenne, 1993: 266). Como conclui J. Arquembourg,

> "*Os acontecimentos públicos e mediáticos não são o espelho nem a distorção de uma realidade independente. Pelo contrário, eles participam no processo coletivo de compreensão e interpretação do mundo que reflete normas e valores coletivos*" (Arquembourg, 2011: 12).

Nesta ótica, as notícias cumprem a matriz original do narrativo[9], no sentido em que permitem a construção do conhecimento: dão a ler o mundo, ressignificam-no, ao transformarem factos em bruto em acontecimentos com significação. Helen Fulton (2005) defende precisamente que a narratividade é propriedade inerente às notícias, explicitando que a produção noticiosa, partindo da 'realidade', a submete a procedimentos de seleção, organização, composição e explicação. Estes procedimentos, que integram o chamado *newsmaking*, regem-se por um conjunto de critérios e de procedimentos profissionais: desde o uso de fontes às determinantes socioeconómicas das empresas de comunicação social, passando pelo *gate-keeping*[10] ou pelos valores-notícia.

Ora, estes critérios e procedimentos são fundamentais para se compreender por que motivo uma determinada ocorrência, como *o incêndio* de que aqui se fala, mereceu grande atenção dos *media* nacionais. Não haverá dúvidas de que os acontecimentos ocorridos no mundo são em número muito superior àqueles que aparecem nas páginas dos jornais. O que é transformado em notícia é uma parte da realidade, previamente selecionada pelos jornalistas, em função do seu potencial de noticiabilidade. Embora o conjunto de valores-notícia seja variável em função das épocas e dos autores[11] que os sistematizam, o certo é que, conforme demonstra Nelson Tra-

---

[9] Faz-se aqui referência à etimologia da palavra narrativa. Segundo o Houaiss, o verbo narrar tem origem no verbo latino *narro* 'contar, expor narrando, narrar, dar a saber', por sua vez derivado do adjetivo *gnārus* 'que conhece, que sabe' (Dicionário Houaiss *apud* Ciberdúvidas).

[10] Termo que refere o processo pelo qual cada meio de comunicação seleciona determinados factos da realidade social, transformando-os em notícias.

[11] Refiram-se, entre outras, as propostas de Galtung e Ruge (1965), de Mauro Wolf (1987), de Mitchell Stephens (1988) e de Nelson Traquina (2002).

quina, estes "*óculos para ver o mundo*", que tanto intervêm no processo de seleção, quanto no de construção (Wolf, 1987), são bem mais constantes e duradouros do que pode parecer à primeira vista: "*o insólito, o extraordinário, o catastrófico, a guerra, a violência, a morte, a celebridade*" (Traquina, 2002: 203).

Independentemente das oscilações conceptuais, parecem existir alguns denominadores comuns a todas as abordagens, entre eles a constatação de que, entre os factos em bruto e o acontecimento jornalístico, existe uma relação que passa pela articulação entre propriedades intrínsecas aos fenómenos e as grelhas profissionais pelas quais o jornalista seleciona e interpreta a realidade. Para Arnaud Mercier (2006), há três critérios que ditam a apreensão dos fenómenos por parte dos *media* noticiosos: critérios de intensidade emocional, a possibilidade de ir a terreno e aceder ao palco dos acontecimentos e, não menos importante, o nível de concorrência com outros factos. Esta sistematização é similar à adotada por Charaudeau (2011), para quem os princípios jornalísticos de seleção dos factos são: a atualidade, a proximidade e a importância[12]. Um fenómeno é tanto mais noticiável quanto maior número destes valores possuir (Traquina, 2002: 182).

O *incêndio do Chiado* é um daqueles eventos de elevado grau de noticiabilidade, precisamente porque possui um elevado número de valores-notícia que respondem às grelhas de leitura dos jornalistas. Trata-se de uma verdadeira rutura com a rotina que instaura uma "*transgressão em relação à quotidianidade*" (Nobre-Correia, 1988: 179), possuindo um potencial narrativo bastante elevado. Além do mais, responde aos valores de atualidade, de proximidade e de relevância, conforme descritos por Charaudeau. Trata-se de um facto inesperado – um 'acidente de causa desconhecida' – com dimensão dramática, capaz de responder ao que o autor francês considera serem "*os dramas do destino humano*" (Charaudeau, 2011: 115): o insólito, capaz de desafiar a norma; a grandeza; o incrível; o acaso; o trágico; o horror. Veremos na análise que se segue como a "*mise en récit*" do incêndio do Chiado responde a cada uma destas categorias e que é delas que se alimenta como narrativa que tem atravessado os anos e se tem revivificado em cada efeméride.

---

[12] Recorreu-se aqui a uma simplificação da teoria de Charaudeau, bem mais complexa e aprofundada (Charaudeau, 2011: 108- 117).

Os media portugueses na década de 80

Entendendo por cobertura jornalística "*a forma como se reporta um acontecimento, fenómeno ou facto e como este é apresentado como notícia*" (Cunha, 2012: 61), há que reconhecer que esta está intimamente ligada a aspetos extratextuais, como os contextos político e social do país, a cultura profissional e empresarial, o desenvolvimento dos dispositivos de mediação, etc[13]. Parece, portanto, importante ter em consideração a moldura mediática dos anos 80, para se poder compreender o modo como foram construídas e reportadas as notícias sobre o *incêndio do Chiado*.

À época, a cena mediática portuguesa era bastante diferente do que é hoje, mas é precisamente no final da década de 80 que se inicia mais uma grande transformação do jornalismo nacional, sobretudo decorrente da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (1986)[14]. Alguns autores consideram este o período da "*grande viragem do jornalismo*" nacional (Figueira, 2012: 51), delimitando mesmo uma fase marcante na história da comunicação social, a da "d*esestatização e reprivatização dos media*" (Oliveira, 1992: 1001):

> "*O desenvolvimento de novas tecnologias e as políticas de liberalização dos mercados na Europa, na década de oitenta, orientaram progressivamente o jornalismo para a mercantilização da informação jornalístic*a" (Cunha, 2012: 61).

Em 1988, ainda não existiam canais de televisão privados, que haviam de surgir quatro anos depois com o aparecimento da SIC (1992), logo seguida da TVI; a televisão a cores havia aparecido em 1980 e muitas casas ainda não a tinham. A agência

---

[13] Quando reflete sobre os critérios que presidem à seleção e apreensão da realidade pelos jornalistas, Nobre-Correia explica precisamente que eles são sempre "f*ruto da longa história da informação dos nossos países, das condições culturais, sociais e políticas nas quais o jornalismo foi exercido, assim como do "espírito do tempo" de uma época*" (Nobre-Correia, 2018: 28).

[14] "*A nova ordem económica [...] que o País vivia, em plena euforia com a entrada de fundos financeiros oriundos da, então, CEE, ia propiciar a emergência de um quadro diferente ao nível dos media [...]*" (Figueira, 2012: 72). Sobre o impacto da integração europeia nos *media* nacionais, veja-se o estudo circunstanciado de José Paquete de Oliveira (1992).

LUSA, na sequência da insolvência da ANOP, é criada no ano anterior ao incêndio do Chiado, em 1987. As rádios privadas davam os primeiros passos no sentido da sua legalização, possibilitadas pela aprovação da Lei da Rádio em 1987, acabando com o duopólio da Renascença (propriedade da Igreja) e da RDP (rádio estatal). Nesta década, como constata João Figueira, "*contrariando o remanso da ação governativa, emergem no País alguns projetos jornalísticos que vão abalar as fundações antigas em que assentavam os pressupostos da prática da informação noticiosa*", de que a TSF (1988), *O Independente* (1988), o *Público* (1990) são os exemplos paradigmáticos.

Longe estava ainda o tempo da internet, dos telemóveis ou dos *smartphones*, das redes sociais, que, como se sabe, vieram alterar totalmente a forma de fazer jornalismo, a conceção de acontecimento e a facilidade e velocidade da circulação da informação.

Neste quadro, o *incêndio do Chiado* foi coberto por jornais, rádios e televisão. Sabe-se que o primeiro repórter a chegar ao local do incêndio foi Nuno Roby, da então recém-inaugurada rádio TSF[15], que, alertado pelos gritos da população, acorreu ao local. Às 5h27 minutos da manhã, fazia a primeira emissão em direto:

> "*As chamas saem dos Armazéns Grandella. São altas, altíssimas. Sobem Rua do Carmo acima, atravessam mesmo esta rua. Os telhados são bocas de fogo, os bombeiros já cá estão mas acho que vão ser precisos bastante mais. Isto está um verdadeiro braseiro. É o Grandella, é o Chiado, é toda a Rua do Carmo em perigo. Mais uma explosão. Não é a primeira: houve várias desde que aqui estou. Isto é assustador*" (Roby apud Vilela, 2016: 216).

Pelas 8 horas da manhã, já dezenas de jornalistas e repórteres de imagem se concentravam no Chiado[16]: na RTP, destacam-se as reportagens e diretos de Manolo Bello e Guilherme Lima, sob coordenação de Mário Crespo. Aliás, o *incêndio do Chiado* foi o primeiro direto de uma catástrofe feito pela televisão pública:

---

[15] A TSF foi fundada em 1988, tendo a sua primeira emissão regular em fevereiro.

[16] Testemunho do então jornalista da RTP, Manolo Bello, quando da comemoração do 29.º aniversário sobre o incêndio do Chiado, no programa *Agora nós*: http://media.rtp.pt/agoranos/artigos/grande-incendio-no-chiado-aconteceu-ha-29-anos

"*Havia um carro de feixes hertzianos que estava a ser experimentado e tinha sido comprado originalmente para o futebol. A RTP não tinha tradição de cobertura em direto. Eram relativamente mal vistos, consideravam [os diretos] dispendiosos, despesistas e excêntricos*", contou à Lusa Mário Crespo, que trabalhava na televisão pública[17].

Os principais jornais sediados na capital tinham as suas redações precisamente no Bairro Alto, muito perto, portanto, do acontecimento[18].

Neste trabalho, optou-se por restringir a análise à imprensa[19] e escolheram-se cinco títulos nacionais[20] para objeto de estudo: dois diários de referência – o *Diário de Lisboa* (DL) e o *Diário de Notícias (DN)*; um popular – o *Correio da Manhã (CM)*; e dois semanários – o *Expresso* e *O Independente*. A leitura destes jornais permite ter uma perceção ampla do modo como a imprensa construiu a narrativa do *incêndio do Chiado*: são títulos que cobrem a imprensa diária (vespertina e matutina), a semanal, a de referência e a popular.

O DL foi um dos vespertinos mais relevantes do século XX português: fundado em 1921, por iniciativa de António Vieira Pinto, banqueiro e sócio do Pinto & Sottomayor, era dirigido, em 1988, por Ruella Ramos e, tal como os mais importantes jornais lisboetas, tinha sede no coração do Bairro Alto, na Rua Luz Soriano (Lemos,

---

[17] http://www.meiosepublicidade.pt/2013/08/como-os-jornalistas-viveram-o-incendio-do-chiado/

[18] Num estudo recente, Paulo Martins mostra que "*mais de 80% dos diários lisboetas do século XX – 173 dos 211 identificados por Mário Matos e Lemos em 2006 – passaram pelo Bairro Alto (ou pelo Chiado, incluído nestas contas pela proximidade geográfica e porque as redações de alguns títulos «saltitaram» de uma zona para outra)*" (Martins, 2018: 19).

[19] Esta opção prende-se essencialmente com duas ordens de razões: por um lado, o facto de, e citando Paquete de Oliveira, "*num certo subconsciente político, durante muito tempo, a imprensa / comunicação social [ser] a escrita, talvez porque a escrita permanece e a outra, a das antenas, voa*" (Oliveira, 1992: 1001); por outro lado, considerando que, à época, quer a rádio quer a televisão estavam confinadas a duopólios e monopólio, respetivamente, a análise seria talvez menos desafiante.

[20] A autora deste capítulo deve um agradecimento ao Doutor Augusto Luís Costa Dias, que teve a amabilidade de colher o *corpus* na Biblioteca Nacional, e ao Doutor José Augusto Bernardes, Diretor da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. O *Diário de Lisboa* é disponibilizado em formato digital na página da Fundação Mário Soares: "*O Diário de Lisboa, que se publicou entre 1921 e 1990, foi, sem dúvida, um dos jornais de referência do Século XX português. A Fundação Mário Soares recebeu da Família Ruella Ramos a coleção desse jornal, tendo decidido proceder à sua digitalização integral, de modo a poder colocá-la à consulta pública em suporte eletrónico*" (http://casacomum.org/cc/diario_de_lisboa/ consultado a 30 de junho de 2018).

2006: 256-260). Em 1988 era um jornal de referência, que acabaria por não resistir às dificuldades económicas, vindo a cair dois anos depois, em 1990:

> "*[…] em 18 de dezembro desse ano o Dr. Mário Mesquita – que já fora diretor do Diário de Notícias – tomou a direção, com Diana Andringa como subdiretora, e iniciou uma tentativa de renovação do jornal. […] que não surtiu os efeitos desejados: as dificuldades económicas que o jornal enfrentava há tempo […] e a alteração dos hábitos sociais e de lazer dos lisboetas ditaram a morte do jornal*" (Lemos, 2006: 259).

A história do DN confunde-se com a história portuguesa da contemporaneidade: fundado em 1865 por Eduardo Coelho, o DN é um diário nacional de referência que sempre soube acompanhar as mudanças sociopolíticas e tecnológicas, readaptando-se às circunstâncias. A década de oitenta não é exceção e, a partir de 1984, sob direção de Mário Mesquita, o jornal conhece aquilo a que João Figueira chama "*uma efetiva revolução*" (Figueira, 2012: 71): muda o seu formato, cria suplementos diversos e caminha para um processo de reprivatização, consubstanciada em 1991.

O CM, fundado em 1979, é "*o melhor e mais sustentado projeto de imprensa popular em Portugal*" (Figueira, 2012: 80), tendo marcado um novo estilo de fazer jornalismo – aposta nas fotografias, na contração dos textos, no tratamento de temas apelativos, na introdução de um suplemento dominical a cores – que rapidamente conquistou um público fiel, conseguindo a proeza de chegar aos 100 mil exemplares de tiragem em 1982. No número inaugural, Vítor Direito, um dos fundadores e Diretor do jornal até 1991, escreve: "*o Correio da Manhã é um jornal privado. No contexto atual, esta afirmação define por si só um sem-número de características que o público se habituou já a identificar*" (Direito *apud* Lemos, 2006: 186). Longe ainda da tabloidização do jornalismo britânico, o CM conseguiu afirmar-se no mercado e no espaço público como uma publicação com objetivos e critérios bem definidos, que relegava os temas políticos para um plano secundário, valorizava a proximidade e fazia do cidadão "*o ator principal das notícias*" (Figueira, 2012: 83; Lemos, 2006: 186).

O *Expresso*, fundado em 1973, teve como primeiro diretor Francisco Pinto Balsemão e como subdiretor Marcelo Rebelo de Sousa. Trata-se de um jornal semanário, com saída aos sábados, que se impõe no panorama mediático nacional como voz alternativa e como contrapoder, primeiro ao regime de Marcelo Caetano, depois ao "*vanguardismo de esquerda*" (Figueira, 2012: 20). Segundo testemunho dos seus fundadores, foi um projeto jornalístico (e, acrescente-se, político) que procurava seguir um modelo de jornalismo opinativo e de qualidade, inspirado nos grandes jornais ingleses de domingo, como o *Sunday Times* ou o *Observer*[21]:

> "*Marcado, sobretudo, pela interpretação da atualidade e menos pelas preocupações de ordem noticiosa, o semanário praticava o seu papel de ator político como a generalidade da restante imprens*a" (Figueira, 2012: 21).

O Independente nasce precisamente em maio de 1988 e é dirigido por Miguel Esteves Cardoso e Paulo Portas. Trata-se de um jornal semanário, com saída às sextas-feiras, que acaba por se extinguir em 2006. Foi um jornal inovador, quer no grafismo, quer no modo de fazer jornalismo, ousado e irreverente[22]:

> "*Um jornal que marcou uma geração, agitou o país e coloriu o jornalismo cinzento que se fazia por cá. Um jornal que desarrumou certezas, desempoeirou formatos, libertou palavras, espicaçou ideias, provocou debates. Um jornal que desassossegou a política, fez tiro ao alvo a ministros e partiu os dentes ao poder. Um jornal que foi amado e odiado*" (Costa & Valente, 2015: 17).

---

[21] Cf. documentário de Reinaldo Serrano, emitido em 2013, quando da celebração dos 40 anos do Expresso: http://expresso.sapo.pt/site_expresso_40_anos/expresso-40-anos-portugal-era-um-pais-cor-de-cinza=f777971#gs.G1wf_mI (consultado a 7 de julho de 2018).

[22] Veja-se a descrição que João Figueira faz de *O Independente*, sublinhando a irreverência política do jornal: "*Esta irreverência num país cinzento acabado de entrar na primeira maioria absoluta do PSD e de Cavaco Silva e onde a maioria dos jovens não lia jornais [...] propicia uma abordagem diferente da atualidade e oferece uma perspetiva nova e revigorante da imprensa feita em Portugal*" (Figueira, 2012: 58).

No livro de onde estas palavras foram retiradas, que pretendeu assinalar os 25 anos de *O Independente*, refere-se precisamente a cobertura do *incêndio do Chiado* como uma data a assinalar na história do jornal, por coincidir com a edição mais vendida desde o seu aparecimento.

Os jornais analisados neste trabalho tinham sedes de redação no Chiado ou no perímetro envolvente: O *Diário de Lisboa* ficava na Rua Luz Soriano, no Bairro Alto; o *Expresso* e o *Diário de Notícias* situavam-se a um quarto de hora a pé do Chiado; o *Correio da Manhã* tinha a administração e a redação na Rua Ruben A. Leitão, a um quarto de hora do local da tragédia; *O Independente* ficava um pouco mais distante, na Rua Ator Taborda, a cerca de 40 minutos a pé do Chiado.

Num tempo em que a informação não circulava com a facilidade e a velocidade dos nossos dias, em que não havia nem telemóveis, nem internet, a proximidade das redações ao local do sinistro é um dado a ter em conta quando se pretende analisar a cobertura jornalística do acontecimento. Se ouvirmos testemunhos de jornalistas da época, percebemos que este é um aspeto que todos abordam, não sem uma certa dose de saudosismo: o modo como conseguiam fazer chegar as notícias às redações, sem telemóveis, sem internet, contando muitas vezes com a colaboração de cidadãos ou correndo em *vai-e-vem* entre o local do sinistro e as redações.

A narrativa do incêndio do Chiado nos jornais

Nestes cinco jornais, cingimos o *corpus* de análise a matérias publicadas durante a semana após o acontecimento, ou seja, entre 25 e 31 de agosto de 1988, exceção feita aos semanários *O Independente e Expresso*, que, pela sua periodicidade, mereceram a inclusão das edições de 2 e 3 de setembro, respetivamente.

Como se pode ler na Tabela I, no total, contabilizam-se 211 páginas dedicadas ao *inc*êndio d*o Chiado*, ao longo dos 10 dias subsequentes, sendo que o tema foi quase sempre assunto de primeira página, na maioria das vezes manchete. Contam-se 21 primeiras páginas, a que acrescem as capas da *Revista do Expresso* de dia 26 de agosto e do "Correio de Domingo", suplemento do *Correio da Manhã* de 28 de agosto.

TABELA I - Número de páginas dedicadas ao incêndio do Chiado.
TABLE I - *Number of pages reporting the Chiado fire.*

Data	Número de páginas					
	DL	**DN**	**CM**	**Exp.**	**Ind.**	**TOTAIS**
25 de agosto	25	*[23]				**25**
26 de agosto	12	13	16		25	**66**
27 de agosto	6	12	12	8		**38**
28 de agosto	S/E	8	2			**10**
29 de agosto	6	2	8			**16**
30 de agosto	4	4	5			**13**
31 de agosto	6	4				**10**
2 de setembro					15	**15**
3 de setembro				18		**18**
TOTAIS	**59**	**43**	**43**	**26**	**40**	**211**

Nota: O total indica o número de páginas que cada jornal dedica ao acontecimento.

O *Diário de Lisboa* e o *Diário de Notícias* tiveram mesmo duas edições a 25 de agosto que esgotaram. Pode ler-se na última página do DN do dia seguinte ao acontecimento a seguinte notícia:

> "*O êxito de uma 2.ª edição*
>
> ***Ao fim da manhã outro DN nas bancas***
>
> *O Diário de Notícias, na linha da tradição que o prestigia e responsabiliza, distribuiu ontem pela Grande Lisboa e sua periferia, e outras zonas do País, uma 2.ª edição com a reportagem do gigantesco incêndio que destruiu o Chiado [...] Essa 2.ª edição foi avidamente procurada nas bancas e esgotou-se em pouco tempo*"(DN, N.º43622, 26/08/1988).

[23] Não tivemos acesso à edição especial (a segunda) do DN de 25 de agosto, que não existe nem na Biblioteca Nacional, nem na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

O Independente, semanário então muito recente, fez pela primeira vez uma primeira página a cores (Costa & Valente, 2015: 36), que se destaca pela força da imagem e pela sobriedade das palavras: uma fotografia de um dos edifícios em labaredas, um bombeiro sozinho diante das chamas e a palavra ADEUS (*vide* fig. 2). Trata-se de uma capa de enorme atualidade e cuja composição semiótica é bastante bem conseguida.

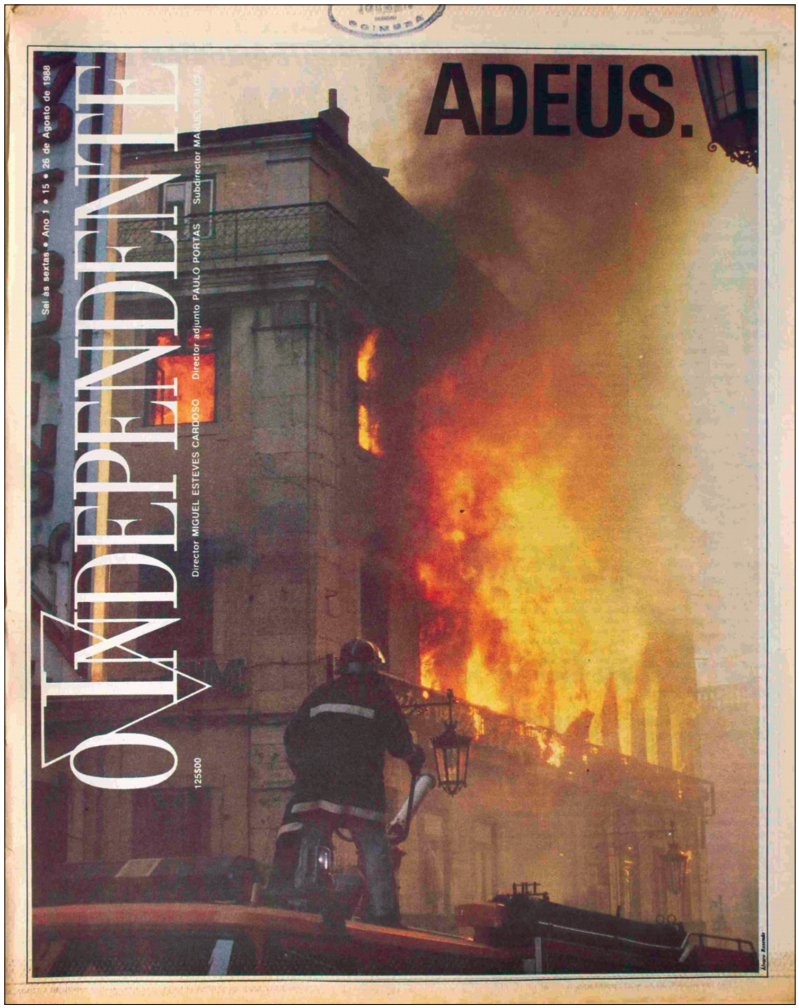


Fig. 2 - 1.ª página de *O Independente* de dia 26 de agosto de 1988.
Fig. 2 *- 1st page of O Independente, 26 August 1988*

Abundam as fotografias em todas as publicações e há, inclusive, reportagens exclusivamente fotográficas, como sucede com o suplemento dominical do CM e com algumas reportagens de Marina T. Dias do DL. A cor apenas está presente na primeira página de *O Independente* de 26 de agosto, bem como na *Revista do Expresso* e no "Correio de Domingo" do CM[24]. Um acontecimento tão cenográfico como este mereceu de facto grande cobertura visual: os repórteres de imagem e os fotojornalistas tiveram um papel preponderante na sua cobertura. Tanto assim é que, na edição de 27 de agosto, o CM publica uma curta notícia em homenagem aos seus fotógrafos:

> "***Reportagem fotográfica***
>
> *Ao longo dos dois últimos dias, a equipa de repórteres fotográficos do Correio da Manhã desenvolveu um trabalho incansável, para dar aos leitores do jornal a melhor imagem dos trágicos acontecimentos do Chiado. Aqui ficam os nomes dos homens que, quer no ar, quer em terra, trouxeram até aos leitores a reportagem do acontecimento: [...]*" (CM, n.º3415, 27/08/1988, p. 7).

De um ponto de vista exclusivamente quantitativo, contabilizam-se, ao longo das duas centenas de páginas dedicadas ao *incêndio do Chiado*, 273 peças, distribuídas por diversos géneros jornalísticos, com um claro predomínio da notícia e da reportagem, embora também se tenha publicado crónica[25], artigos de opinião e outros (entrevistas, cartas, revista de imprensa, cartoon, etc.), conforme ilustra a Tabela II.

Sendo objetivo deste trabalho a análise da cobertura noticiosa do incêndio, para que se consiga compreender que narrativa foi construída pelos jornais à época, centra-se a atenção precisamente nos dois grandes géneros narrativos do jornalismo: a notícia e a reportagem. Não ignorando o papel que outros tipos de texto tiveram na

[24] À época os jornais eram a preto e branco, exceção feita ao logo do CM.

[25] Um dos autores a escrever uma crónica sobre o incêndio do Chiado foi José Saramago que publica no *El País* "Querida, maltratada Lisboa", republicada pelo *Expresso* a 27 de agosto.

TABELA II - Géneros jornalísticos da cobertura.

TABLE II - *Journalistic Genres.*

GÉNEROS JORNALÍSTICOS DA COBERTURA													
	NOT	**REP.**	**CRÓ.**	**OPIN.**	**ENT.**	**INFOG**	**COM**	**CARTA**	**PERF**	**CARTOON**	**PUB**	**REV. DE IMPR.**	**TOT**
DN	41	10	4	5	2	0	0	1	0	2	0	1	66
DL	67	13	2	6	4	0	1	1	0	0	1	1	96
CM	34	11	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2	48
EXP	9	10	5	4	3	0	1	0	0	0	0	0	32
INDY	12	7	6	1	1	1	1	0	1	0	1	0	31
TOTAIS	**163**	**51**	**17**	**17**	**10**	**1**	**3**	**2**	**1**	**2**	**2**	**4**	**273**
	59,7%	**18,6%**	6,2%	6,2%	3,6%	0,3%	1%	0,7%	0,3%	0,7%	0,7%	1,46%	100

composição dessa história, o predomínio de notícias e reportagens nos jornais em análise – géneros que representam um total de 78,3% - justifica esta opção. Aliás, comparativamente com o jornalismo de hoje em dia, é bastante claro o domínio da informação em detrimento da opinião.

Em todo o caso, para se ter ideia da mediatização do *incêndio do Chiado* é importante reter o que se publica sob o género Revista de Imprensa, presente nos três diários analisados, que fazem questão de mostrar como a imprensa internacional[26] cobriu o acontecimento: "*Portugal na 'primeira' da imprensa mundial*" (CM, 26/08/88, p. 13); "*Uma notícia importante na grande Imprensa europeia*" (DN, 27/08/88, p.9); "*Jornais ingleses comentam futuro do Chiado*" (DL, 27/08/88, p. 28). Em 2013, quando se assinalaram os 25 anos do incêndio do Chiado, a LUSA publicou a seguinte notícia, glosada em diversos jornais:

> "*No estrangeiro, o incêndio no Chiado foi notícia, nomeadamente no noticiário da TVE1, em Espanha, que abriu à tarde com imagens do fogo. Dezenas de jornalistas espanhóis e estrangeiros residentes em Madrid*

[26] O potencial de noticiabilidade de acontecimentos deste tipo é bastante grande. As catástrofes – naturais ou não – sempre atraíram o olhar dos *media*. Numa leitura crítica bastante interessante da imprensa norte-americana do princípio do milénio, Jack Lule defende que muitas vezes o poder de atratividade mediática deste género de acontecimentos não é propriamente "natural", nem pode ser atribuído exclusivamente a questões de natureza humana (Lule, 2001).

voaram para Lisboa. A delegação da agência Lusa em Madrid funcionou todo o dia como centro de informação para os media espanhóis. As rádios interromperam as emissões quando chegaram as primeiras notícias. A agência francesa AFP e a norte-americana AP também noticiaram o incêndio, bem como o The New York Times" (Lusa)[27].

Assim, restringindo a nossa leitura aos textos de teor noticioso, contemplam-se 214 unidades de análise[28] que serão submetidas a uma análise mista, ou seja, análise de conteúdo[29] e análise textual[30]. Relativamente à primeira, identificaram-se dois tipos de variáveis: i) de identificação e ii) de conteúdo. A **variável de identificação** permite construir um "bilhete de identidade" das peças em análise, descrevendo o nome do jornal onde foi publicada, a autoria, a fonte de informação, o espaço ocupado, o género a que pertence e ainda o tipo de linguagem utilizado (verbal, não verbal ou ambos). A **variável de conteúdo** permite captar o tema da peça e o modo como este foi trabalhado e construído: o tema principal, o tema secundário, a ação central, o ator/personagem principal, o local e o tempo. Pode dizer-se que estas variáveis contemplam a resposta às cinco questões centrais da produção noticiosa, geralmente remetidas para o cabeçalho das peças (títulos(s) e lead), que correspondem, no fundo, às categorias narrativas centrais de ação, personagem, tempo e espaço.

Relativamente à análise textual, o método utilizado foi a análise narrativa. Trata-se de uma metodologia de matriz construtivista e interpretativa, que, embora baseando-se nos dados quantitativos da análise de conteúdo, não se presta a uma

---

[27] http://www.meiosepublicidade.pt/2013/08/como-os-jornalistas-viveram-o-incendio-do-chiado/ (consultado em julho de 2018).

[28] Por **unidade de análise** entende-se a "*peça noticiosa ou segmento sobre um mesmo tema, assunto ou acontecimento que [...] pode incluir qualquer combinação de conteúdos verbais e/ou visuais, bem como diferentes modalidades de mediatização, as quais são analisadas como parte integrante da mesma peça*" (ERC, 2006: 3).

[29] A **análise de conteúdo** é uma técnica de investigação "*aplicável a todos os conteúdos dos meios de comunicação, que tem por finalidade a descrição sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto*" e "*funda-se no levantamento de dados e privilegia o tratamento numérico das informações e dos fenómenos*" (Cunha, 2012: 79-82).

[30] As **análises textuais**, de natureza qualitativa, "*tem por objetivo proceder à interpretação de informações, textos e documentos*" (Cunha, 2012: 81).

representação esquemática ou numérica. Assim, não sendo possível uma análise total das 214 unidades que compõem o *corpus*, opta-se por aplicar as variáveis da análise narrativa às manchetes.

Considerando as tendências genéricas dos resultados, pode afirmar-se que, no período compreendido entre 25 de agosto e 3 de setembro de 1988, a maior parte das 214 peças jornalísticas concentram-se nos três primeiros dias após o incêndio, com especial incidência nos jornais diários. 75% das notícias (123 peças) e 92% das reportagens (47 peças) publicam-se nos dias imediatos ao acontecimento, entre 25 de agosto (quer o DL quer o DN têm edições especiais neste dia) e 27 de agosto, facto que se encaixa nos procedimentos de produção noticiosa, nomeadamente no respeito pelo valor atualidade. Também é de salientar que, nos diários, a relação entre o número de notícias e o de reportagens é muito mais distanciada do que nos dois jornais semanários (não sujeitos ao mesmo princípio de atualidade dos homólogos diários) (*vide* Tabela III).

Tabela III - Número de peças noticiosas dedicadas ao incêndio do Chiado.
Table III - *Number of news items about the Chiado fire.*

	NOTÍCIA	**REPORTAGEM**
DN	41	10
DL	67	13
CM	34	11
EXP	9	10
IND	12	7
TOTAIS	**163**	**51**

Relativamente à autoria das peças, os dados também não surpreendem. As notícias não têm referência ao nome do jornalista que as escreveu, como era (e é) prática comum, ao contrário do que sucede com as reportagens, quase sempre identificadas, exceção feita às reportagens do *Correio da Manhã* que não são assinadas. Percebe-se pelo cotejo dos nomes (*vide* Tabela IV) que os jornais disponibilizaram muitos recursos para a cobertura do incêndio no terreno e que há alguns repórteres que seguiram o acontecimento desde o seu início.

TABELA IV - Nomes de jornalistas que cobriram o incêndio do Chiado.
TABLE IV - *Journalists who wrote about the Chiado fire.*

	DN	DL	EXP	IND
25/08		José Cerejo Júlio Rodrigues Marina T. Dias Neves de Sousa		
26/08	Moutinho Pereira	Júlio Rodrigues Marina T. Dias		Álvaro Rosendo Daniel Blaufuks Inês Gonçalves Lurdes Ferreira Pedro Pedroso Pedro Rolo Duarte Rui Cardoso Vítor Ferreira Alves
27/08	António de Sousa António Valdemar Elizabete França Melo Lapa	Marina T. Dias	Mário Robalo Joaquim Vieira José M. Moroso José Mendes J. Q. M.	
28/08	Graça Rosendo			
29/08				
30/08				
31/08		Marina T. Dias		
2/09				Alberto Nunes António Braga João Bugalho
3/09			José M. Fernandes José M. Moroso Nuno Ferreira Paulo Camacho Pedro Ferreira Rui Ochôa	

Também se constata que os repórteres de imagem, como já se disse, tiveram um papel relevante na construção noticiosa deste caso. Há algumas fotorreportagens que vivem exclusivamente da imagem e que captam a violência do incêndio: *O Independente* publica, no dia 27 de agosto, uma reportagem fotográfica de quatro páginas, inserida na secção "Primeira Linha", intitulada "Todos os fogos, o fogo", em que a única palavra que acompanha as diferentes fotos é 'Inferno', enquadrando

desse modo o acontecimento, mesmo que com recurso a um *cliché*; o suplemento do CM "Correio de Domingo" de 28 de agosto é todo ele uma espécie de álbum fotográfico da tragédia do Chiado, já que tem seis páginas de fotos a cores, legendadas e introduzidas por um curto texto cujo título é "Fogo ladrão arrasou os armazéns e lares da Baixa de Lisboa"; e a Revista do *Expresso* de 3 de setembro, dedica duas páginas às imagens do incêndio, sob o título "O fogo e as cinzas", glosando o título de um conhecido livro de Manuel da Fonseca.

De facto, a mediatização deste acontecimento nos cinco jornais em análise deve muito, não apenas aos textos (leia-se textos verbais escritos), mas também e sobretudo às imagens[31]. Rara é a notícia que não seja acompanhada de fotografias e são elas que fazem as manchetes dos primeiros dias. Na sua edição de 28 de agosto, o DN elege como foto da semana uma fotografia aérea da zona incendiada, captada por Álvaro Tavares a bordo de um helicóptero (DN, 28/08, p. 2).

Relativamente às fontes de informação, estas dizem respeito à pessoa, organização ou instituição mencionada, vista ou ouvida como fonte principal da peça jornalística. Dada a importância das fontes para o trabalho jornalístico (Santos, 2006), parece ser fundamental compreender que tipo de fontes foram as que forneceram matéria prima para ser trabalhada por estes cinco jornais. A Tabela V reapresenta as fontes na cobertura noticiosa do *incêndio do Chiado* e permite constatar que as fontes oficiais foram as privilegiadas: Câmara Municipal, Bombeiros, Autoridades e Governo (nomeadamente a Secretaria de Estado da Cultura). Uma leitura das peças também mostra que as grandes reportagens dedicadas ao combate ao incêndio e ao cenário de destruição não explicitam fontes porque decorrem da presença dos jornalistas no terreno, simultaneamente testemunhas e narradores.

Na cobertura do *incêndio do Chiado* feita pelos cinco jornais, existem alguns subtemas recorrentes aos quais foi dada atenção. Partindo do princípio de que o tema é comum a todas as peças – o incêndio propriamente dito – a ele foram agregados diversos subtemas que podemos discriminar conforme descrito na Tabela VI.

---

[31] A este respeito, e embora não nos alonguemos na análise de imagem, é interessante verificar que o romance *Incêndio no Chiado*, publicado em 2010, pelo francês François Vallejo, tem precisamente como personagem central um fotojornalista (Vallejo, 2010).

TABELA V - Fontes de informação dominantes.

TABLE V - *Dominant sources of information.*

FONTES	DL	DN	CM	EXP	IND	TOTAIS
Arquiteto Ribeiro Telles			1		1	2
Associação de Arquitetos de Portugal	1	1	2		1	5
Autoridades	4	6	4	1	3	18
Bombeiros	6	8	6	2	3	25
Câmara Municipal / Gabinete de Crise	12	9	6	1	3	31
Comerciantes / União das Associações de Comerciantes		4	4			8
EDP		1				1
EPAL	1	1				2
Federação de Sindicatos do Comércio	5	2				7
Governo / Secretarias de Estado	5	3	3	1		12
Hospital de S. José			1			1
Instituto Seguros de Portugal		2	1	2		5
IPPC	2			1		3
Misericórdia de Lisboa		3				3
Partidos Políticos	1					1
Populares		2				2
Seguradoras	3		1	1	3	8

TABELA VI - Subtemas tratados nas peças em análise.

TABLE VI - *Secondary news topics.*

SUBTEMAS	JORNAIS						
	DL	DN	CM	EXP	IND	TOTAIS	%
Apoio às vítimas	9	10	3	1	1	**24**	**11,2%**
Causas do incêndio	5	3	1	2	0	**11**	**5,1%**
Combate ao fogo	4	5	6	6	7	**28**	**13%**
Prejuízos Humanos	7	8	2	3	4	**24**	**11,2%**
Prejuízos Materiais	4	9	3	1	2	**20**	**9,3%**
Prejuízos Patrimoniais	11	5	2	1	0	**19**	**8,8%**
Reações	18	10	8	2	1	**39**	**18,2%**
Reconstrução	13	2	5	2	1	**23**	**10,7%**
Outros						**59**	**27,5**
TOTAIS						**214**	**100%**

O que estes números revelam é uma aparente preferência pelo tratamento noticioso das reações ao incêndio (18,2%) – reações de partidos políticos, de responsáveis governamentais, de PR, de organizações internacionais e nacionais, etc. – imediatamente seguido pela narrativa do combate ao incêndio (13%), das suas consequências humanas, materiais e patrimoniais (11,2%; 9,3% e 8,8%) e da problemática da reconstrução (10,7%). Contudo, uma leitura mais fina destes números e, sobretudo, o seu cruzamento com outras variáveis – como o número de páginas da peça, o seu género e a sua dimensão – mostram que o combate ao incêndio e as suas consequências merecem narrativas mais extensas e detalhadas, geralmente de reportagem, enquanto as reações ao incêndio surgem em notícias mais curtas, algumas breves, que vão aparecendo ao longo dos dias. Apesar desta constatação, parece relevante realçar quer o peso das fontes governamentais quer o número de notícias dedicadas às reações dos políticos ou que envolvem políticos (Mário Soares, Cavaco Silva, Krus Abecassis, Roberto Carneiro, Teresa Patrício Gouveia, etc.). À dimensão catastrófica do incêndio cedo se junta a sua dimensão política: a imputação de responsabilidades ao então Presidente da Câmara Municipal e à sua polémica decisão de permitir esplanadas na Rua do Carmo e a falta de políticas de prevenção dos riscos daquela zona de Lisboa são assuntos que emergem na narrativa sobre o incêndio e que politizam o acontecimento[32]. A esta dimensão não é alheio o facto de faltar menos de um ano para a realização de eleições autárquicas.

Relativamente à ação principal de cada uma das peças, enunciada nos títulos e lead, constata-se que a narrativa do *incêndio do Chiado* se constrói nos cinco jornais em análise, mas sobretudo, nos diários, com base em seis ações cardinais[33]: i) a deflagração do incêndio; ii) o seu combate; iii) as suas consequências (perdas, destruição e prejuízos); iv) o rescaldo e o apoio às vítimas; v) a investigação; vi) a reconstrução. Embora em termos quantitativos se perceba que as 'consequências' e a 'reconstrução' concentrem o maior número de peças, o incêndio, o seu combate e o seu poder destrutivo são ações centrais das reportagens de maior

[32] Veja-se o que a este respeito diz Paulo Serra (2006).

[33] 'Ação cardinal' é um conceito da narratologia criado por Roland Barthes, que diz respeito às "*unidades-charneira da narrativa: representam as ações que constituem os momentos fulcrais da história, garantindo a sua progressão numa ou noutra direção*" (Reis e Lopes, 2011: 186).

fôlego, publicadas, como é natural na lógica mediática, nos três primeiros dias subsequentes ao acontecimento.

Curiosamente, uma das primeiras manchetes deste incêndio, que coube ao vespertino *Diário de Lisboa*, no próprio dia 25 de agosto, publica uma espécie de síntese desta narrativa do acontecimento, como que oferecendo a pauta a seguir nos dias subsequentes[34]:

Diário de Lisboa

Edifícios desmoronam-se: é um segundo terramoto

CATÁSTROFE

Coração de Lisboa em chamas

"Milhares de bombeiros com centenas de viaturas e auxiliados por meios aéreos **combatiam**, ao fim da manhã – apesar de o sinistro ter sido já dado como praticamente controlado – o pavoroso incêndio que **deflagrou** pouco depois das cinco da manhã nos Armazéns Grandella, praticamente falidos e cujo proprietário tinha sido libertado horas antes do incêndio, depois de **ter sido acusado** pela polícia de burla ao fisco e de fogo posto. As chamas **tinham provocado**, até ao fecho desta edição, um morto e vários feridos (16) – um número de vítimas baixo mas só possível porque se trata de uma zona predominantemente comercial e porque o fogo começou e alastrou antes da abertura das lojas. Mas – drama, catástrofe – foi o facto de **não ter sido possível salvar** uma boa parte da baixa histórica de Lisboa. Para tanto, terá contribuído em boa parte a atual arquitetura da Rua do Carmo e as inerentes dificuldades no acesso dos bombeiros ao local onde as chamas se iniciaram. Uma responsabilidade ainda **não apurada** na íntegra mas sem resposta do presidente da Câmara de Lisboa, Krus Abecassis. As suas declarações, até agora, vão no sentido de que a recuperação não será possível sem um projeto global [...]" (DL, 25/08/88, 1.ª ed., p. 1).

Fig. 3 - 1.ª página do Diário de Lisboa, 25/08/88 (1.ª ed.).

Fig. 3 - *Diário de Lisboa front page , 25 August 1988 (1st ed.).*

A sequência apresentada nesta chamada de primeira página do DL é bem característica das narrativas noticiosas, que geralmente obedeciam a uma estruturação simplificada e de fácil leitura, seguindo o protótipo das narrativas populares, tão ancestrais quanto a nossa existência como espécie, mas modelares quanto à dinâmica e economia narrativas[35].

---

[34] Os negritos são da nossa responsabilidade e sublinham as ações centrais deste texto que correspondem às funções acima discriminadas.

[35] De facto, foram os Formalistas Russos, nomeadamente Vladimir Propp, quem, no ensejo de conferir algum rigor e cientificidade ao estudo da narrativa, demonstrou como as narrativas primitivas de raiz popular obedecem a uma sequência de ações (funções) que podemos precisamente sintetizar-se nas seguintes fases: o desequilíbrio que altera uma situação inicial, a investigação, os prejuízos advindos do evento disruptivo, o combate e o desfecho (Reis e Lopes, 2011: 82-86).

Na narrativa que os cinco jornais em análise vão construindo, sobressaem alguns protagonistas: ou seja, os atores principais que geralmente respondem à questão "quem?" do *lead*. Embora o conjunto de 'personagens' principais seja bastante diversificado, há dois dados relevantes para os quais se chama a atenção e que são confirmados pelos dados da Tabela VIII: i) os bombeiros – quer como personagem coletiva, quer individual – é o grupo que assume protagonismo no maior número de peças, o que sucede geralmente na cobertura de catástrofes desta natureza; ii) o incêndio, o Chiado e Lisboa são os três protagonistas que ocupam o lugar de destaque seguinte. Esta parece-nos ser uma particularidade com claras consequências na cristalização futura da história mediática deste incêndio: estas três entidades – o acontecimento propriamente dito e o espaço em que ocorreu (cidade e bairro) são submetidos a estratégias de personificação e animização, que servem a construção de uma mitografia do acontecimento. Expressões como "o coração de Lisboa", "a alma do Chiado", "ventre esvaziado e negro dos prédios", "velho Chiado" "Lisboa dormia", "Adeus Chiado" encontram-se em diversas reportagens – sobretudo nas do DN e do DL – e ajudam a construir uma retórica da catástrofe que, por um lado, reforça a dimensão do acontecimento, por outro vai construindo o sentido de pertença e de proximidade com o leitor.

A análise destas duas variáveis – a ação e o ator principal – cruzada com a leitura fina das peças, nomeadamente com a análise de títulos e de *leads*, consente que se compreenda a narrativa do *incêndio do Chiado* como uma narrativa mítica, na aceção barthesiana[36] do termo. Foram Bird e Dardenne que, no início da década de 90, se referiram às notícias como narrativas míticas que, além de informarem, se constroem como um sistema simbólico que orientam a comunidade, ordenam o caos, explicam a opacidade do real, tendo uma natureza comunal e ritualista:

Embora este esquema tenha sido inferido pela análise de contos populares, o certo é que ele ofereceu um modelo, retomado pelos estruturalistas franceses, adaptável a outros tipos de narrativa, nomeadamente às da imprensa.

[36] Na década de 60 do século XX, o semiólogo francês Roland Barthes, na análise que fez a diversos produtos da sociedade de massas – publicidade, cinema, *media*, marcas, alimentos, etc. – demonstrou como o mito era o meio mais apropriado para a transmissão ideológica da sociedade burguesa: como sistema semiológico segundo, o mito era uma linguagem motivada que contribuía para a naturalização de conceitos e ideias (Barthes, 2007: 261-311).

TABELA VII - Atores representados nas peças em análise.

TABLE VII - *Players featuring in the news items.*

ATORES	DL	DN	CM	EXP	IND	TOTAIS
Arquitetos		2	1			3
Bombeiros	5	11	5	1		22
Câmara Municipal	3					3
Cavaco Silva (PM)	2					2
Chiado	2	4	2	2	4	14
Comerciantes	1	2				3
Desalojados		6	4	1		11
Desempregados	5	2				7
Funcionário do elevador de Sta. Justa		1	1			2
Fundação Gulbenkian		1	1			2
Geógrafos		1				1
Incêndio	3	5	5	2	3	18
Krus Abecassis			3	2		5
Lisboa	3	3	1	2	1	10
Mário Soares (PR)	2					2
Martins Dias	4		1	1		6
Médicos			1			1
ONU		1				1
Partidos Políticos	2					2
Património	1	2			1	4
Polícia Judiciária	1	1		1	2	5
Proteção Civil	2		1			3
Seguradoras		5	1		1	7

"*As notícias são um tipo particular de narrativa mitológica com os seus próprios códigos simbólicos que são reconhecidos pelo público*" (Bird e Dardenne, 1993: 267)[37].

[37] Esta perspetiva é também adotada por Jack Lule, na obra *Daily News, Eternal Stories*, de 2001, em que analisa a cobertura noticiosa das primeiras páginas do *New York Times*, concluindo que, no nosso tempo, as notícias são a nova forma dos mitos ancestrais da humanidade. Um dos casos estudados pelo autor é o da cobertura noticiosa do Furacão Mitch que atingiu a costa central americana em 1998, acontecimento de catástrofe, com similitudes ao do *incêndio do Chiado* (Lule, 2001: 172-185). Sobre a dimensão mítica das notícias, veja-se também Correia, 2011: 55-57.

No caso específico do *incêndio do Chiado*, para tal, muito contribui o recurso a uma estratégia comum na prática jornalística, que permite precisamente construir o enquadramento[38] noticioso, com evidentes consequências na forma como o leitor vai reter a história e dar-lhe significado. Trata-se do recurso a 'histórias paralelas', consideradas por alguns autores como uma estratégia de veridicção das notícias, mas cujo impacto é seguramente mais profundo. Segundo Maurice Mouillaud e Jean-François Tétu, a informação jornalística é moldada por um conjunto de estratégias de autentificação que permitem a produção de discursos realistas, sendo uma dessas estratégias precisamente o recurso às tais narrativas similares, num jogo intertextual com profundas consequências no processamento cognitivo das notícias:

> "*Ce rappel d'histoires antérieures, ou parallèles, a la même fonction que tous les noms propres et les citations, il constitue ce 'discours référentiel' dont parle Greimas, la référence au réel dont le journal a besoin pour fonder son discours 'objectif'* " (Mouillaud e Tétu, 1989: 161).

No caso em apreço, estas histórias não servem tanto a credibilização ou o efeito de real da notícia, mas parecem contribuir para a construção da excecionalidade da narrativa e dos seus efeitos. Todos os jornais analisados publicam histórias deste tipo, ora comparando o incêndio do Chiado aos devastadores efeitos do Terramoto de 1755, ora recuperando histórias de grandes incêndios anteriores. Na manchete do *Diário de Lisboa* acima citada pode ler-se "*Edifícios desmoronam-se: é o segundo terramoto*" e, nesta mesma edição, uma das notícias tem como título "*Fogo destruiu em cinco horas o que o Marquês fez em vários anos*" (DL, 25/08, 1.ª ed.); é também este diário que recupera a notícia do grande incêndio na Faculdade de Ciências de Lisboa (DL, 25/08, 1.ª ed., p. 6). O DN titula uma notícia na sua edição de 26 de

---

[38] O enquadramento ou *framing* é a moldura do acontecimento: é o que organiza o evento e determina o envolvimento do leitor (Tuchman, 1976/1993: 259). É constituído, segundo João Carlos Correia, por objetos, palavras, símbolos que promovem "*uma interpretação de uma situação problemática, frequentemente acompanhada por um julgamento moral que transporta uma carga emocional*". Acrescenta o autor que são "*elementos básicos que governam os acontecimentos sociais e o nosso envolvimento subjetivo neles [...]. São esquemas de interpretação graças aos quais determinados acontecimentos aos quais prestamos atenção são tornados visíveis e organizados*" (Correia, 2011: 51).

agosto: "*Recordando o que fez o Marquês de Pombal após terramoto de 1755. Arquitetos pretendem gabinete especial*" (DN, 26/08, p. 20).

Muitas vezes encontramos referências ao Terramoto do século XVIII, à dinâmica de reconstrução pombalina, à discriminação de outros incêndios urbanos ou ao recurso a notícias anteriores que davam conta dos riscos desta zona da cidade. Estas remissões, presentes em títulos, imagens ou até mesmo reportagens, são essenciais para a construção do enquadramento da narrativa e têm um importante papel no modo como os leitores apreenderam o acontecimento noticioso.

Nos cinco jornais analisados, existem também histórias cuja função poderíamos classificar de contextual, que fornecem dados históricos sobre o espaço Chiado: o que era, como era, o que significava, antes da tragédia. Ora, estas histórias têm, na nossa opinião, uma função mítica que se sobrepõe à função informativa ou contextual: elas reforçam o sentido comunal de pertença e, ao fazê-lo, intensificam o sentido de perda coletiva inestimável, sublinhando a gravidade do acontecimento e justificando o número de narrativas projetivas sobre a sua reconstrução, que, como se disse, é um dos temas a que se dá maior relevo. Uma leitura mais apurada das peças revela que o espaço 'Chiado' é construído como um bem imaterial valioso e que os prejuízos maiores do incêndio – pese embora contabilizados, na altura, em milhões de contos – não poderão ser cobertos por qualquer indemnização ou seguradora. O *lead* da reportagem de 26 de agosto do *Diário de Notícias* é disso um bom exemplo:

> "*A tragédia consumou-se. O Chiado ardeu. Um certo Chiado que é parte da memória do Lisboeta, dos últimos 200 anos. Coabitam agora, paredes meias, os escombros de duas tragédias, ainda que de proporções diferentes: as ruínas do Carmo e* ***a zona onde passeou Eça de Queirós****, e que é legada, intacta, à posteridade, nas magníficas páginas dos seus romances*" (DN, 26/08/88, p. 10)[39].

As diversas referências a Eça, a Pessoa ou a Camões, ou seja, aos grandes escritores que dialogam com a nossa identidade e cuja vida ou obra se cruza direta ou indi-

[39] Negrito da nossa responsabilidade.

retamente com esse Chiado mítico, contribuem também para a construção de um espaço personificado, depositário de uma história comum. Mais do que um bairro, o Chiado é aqui apresentado como um modo de vida que a violência destruidora do incêndio veio interromper e alterar radicalmente.

Deste tipo de estratégia fazem também parte as reportagens que recuperam o passado *glamouroso* do Chiado, como bairro emblemático da capital, arquivo vivo de um conjunto de bens materiais inestimáveis: o DN dedica três reportagens ao "*santuário do comércio*"; o DL publica quatro reportagens sobre alguns dos mais emblemáticos espaços do Chiado devorados pelas chamas (os armazéns do Grandella, a pastelaria Ferrari, a Casa Batalha, etc.); o CM conta a história das Ruas do Carmo e Nova do Almada e explica que, mais do que os prejuízos materiais, o incêndio destruiu o "*brilho dos anos dourados*" (CM, 27/98, p. 12); o *Expresso* vê este incêndio como "*o fim de uma época*" (Exp. 27/08, p. 8); e *O Independente* dedica uma reportagem ao passado do bairro, intitulada "*Chiado como no cinema*", em que convida o leitor a rever o Chiado dos filmes portugueses da década de 40.

O incêndio nas manchetes

Algumas destas características que a análise de conteúdo permite inferir são reforçadas e confirmadas pela leitura textual das primeiras páginas dos cinco jornais. Como atrás se disse, ao longo destes 10 dias, o incêndio do Chiado foi o tema de 18 manchetes e foi objeto de chamada em 21 primeiras páginas. A Tabela VIII permite perceber que o tema foi manchete em todos os jornais analisados, sendo o DL o que mais manchetes fez sobre o assunto. O respeito pela atualidade, valor com base no qual os órgãos de comunicação selecionam e tratam os eventos, fez com que as manchetes se concentrassem mais nos quatro dias consecutivos após o incêndio.

Em todos os casos, há a presença de fotografias, como já se referiu, muitas vezes dominando todo o layout da página: a primeira de *O Independente* e do CM de 26 de agosto são dois bons exemplos do valor dado à imagem na cobertura deste acontecimento. No caso de *O Independente*, conforme já explicámos (cf. fig. 2), a fotografia a cores de Álvaro Rosendo é de tal maneira dominante que obriga mesmo

TABELA VIII - Número de manchetes dedicadas ao incêndio do Chiado.
TABLE VIII - *Number of headlines about the Chiado fire.*

	MANCHETE	PRIMEIRAS PÁGINAS
DN	4	5
DL	7	8
CM	4	4
EXP	2	2
IND	1	2
TOTAIS	**18**	**21**

a uma alteração do design habitual, forçando o nome do jornal a ser inscrito na vertical. Em cima da foto, uma palavra em caixa alta: "*ADEUS.*", com um propositado ponto final. Já a primeira do CM é uma página desdobrável, toda ocupada com duas fotos aéreas dos edifícios destruídos, e encimada pelo título "*Fogo deixou o Chiado em ruínas*". O DL e o DN recorrem também sempre a fotos, embora a preto e branco, e cujo tamanho vai diminuindo à medida que o evento se distancia no tempo.

As capas da *Revista do Expresso* (27/08) e do suplemento do CM "Correio de Domingo" (28/08) são também exclusivamente dominadas por grandes fotos a cores, cujo impacto é realçado pela sobriedade simbólica dos enunciados verbais: no primeiro caso, opta-se por uma foto onde predomina o negro dos edifícios em ruína e pelo título de reminiscência literária "*Sinais de Fogo*"; no segundo, uma foto a cores do Chiado em chamas, lendo-se a metonímia "*Lisboa a arder*".

Uma análise dos títulos publicados nestas primeiras páginas, geralmente em letras garrafais, permite tirar algumas conclusões sobre o modo diverso como cada um destes jornais cobriu o acontecimento. O DN e o DL são os jornais que conferem um tom mais emotivo ao acontecimento, para o que contribui: i) personificação do espaço, ii) o uso de exclamativas e interrogativas, iii) o recurso a lexicalização hiperbólica, como 'tragédia', 'catástrofe', 'dor', 'ruína', iv) a utilização de comparações, metáforas e metonímias. Uma leitura mais fina das chamadas de primeira página e das sínteses de reportagens aí publicadas permite concluir que, de facto, ambos os

diários se comprometeram com o acontecimento, construindo processos de identificação com a população de Lisboa. Por exemplo, o DL publica em duas ocasiões o editorial na capa: "*Não à próxima catástrofe, salvar Lisboa já*" (26/08) e "*Reconstruir o Chiado, evitar outras catástrofes*" (27/08).

O CM, hoje considerado um jornal de teor sensacionalista, foi o que fez a cobertura mais 'objetiva', sóbria e informativa, cedo começando a construir a dimensão política do acontecimento. Na primeira página da edição de 26 de agosto, publica uma chamada, destacada em caixa, com o valor monetário dos prejuízos e os três títulos, que anunciam as reportagens desenvolvidas no interior, são dedicados às possíveis causas do incêndio (incumprimento de regras de segurança), às resoluções do Gabinete de Crise e à investigação de que era alvo um dos sócios dos armazéns Grandella (Martins Dias).

As manchetes dos dois semanários são totalmente distintas uma da outra, o que se explica pelas diferentes linhas editoriais de cada um: *O Independente* constrói a capa que já se analisou, com um enorme impacto visual e ainda hoje de grande atualidade; o *Expresso* reserva apenas um terço da página ao assunto, com uma pequena foto do rescaldo, embora categorize o incêndio como "a maior catástrofe das últimas décadas", um "cataclismo", um cenário de "desolação".

Conclusões

Para o leitor do final da segunda década do século XXI, a leitura da cobertura noticiosa do *incêndio do Chiado* pode parecer estranha. Hoje cada vez menos recorremos a jornais impressos para nos informarmos, já não há vespertinos e muito menos diários a esgotar edições. De facto, as novas formas de fazer jornalismo, a velocidade de disseminação da informação que a internet possibilitou, o domínio e sofisticação da imagem e a pluralidade de 'fontes' de informação ajudaram a 'naturalizar' este tipo de construções e histórias, permitindo-nos vivê-las, como se estivéssemos *in loco* e fôssemos testemunhas vivas do desencadear dos 'factos'. Em 2001, acompanhámos horas de diretos televisivos a partir de Entre-os-Rios, quando do colapso da Ponte Hintze Ribeiro, e assistimos, incrédulos, em direto pelas tele-

visões, ao embate dos aviões nas *Twin Towers* em Nova Iorque; em 2004, vivemos pelos jornais, rádios e televisões as trágicas consequências do tsunami do sudoeste asiático; e, mais recentemente, seguimos ao minuto os incêndios devastadores de 2017, quer pelas televisões, rádios e jornais, quer a partir dos vídeos e testemunhos deixados nas redes sociais. Segundo Nobre-Correia, "*nos nossos dias, o "tempo real" põe em questão mesmo o jornalismo no que tem de essencial: a procura dos factos, a sua triagem, a sua hierarquização e a sua descodificação*" (Nobre-Correia, 2018: 32).

Se recuarmos 30 anos, percebemos que a realidade do jornalismo era bem diferente. Porém, independentemente das diferenças entre todos estes acontecimentos, quer na sua essência, quer no modo como foram reportados e recebidos pelos públicos, há uma série de aspetos que os aproximam e que consentem que os integremos num mesmo conjunto: o das 'más notícias' com dimensões trágicas que atraem a nossa atenção e reforçam o nosso sentido de comunidade.

Se da década de 80 até aos dias de hoje muito mudou no ecossistema mediático, quer em termos de rotinas profissionais, quer em termos de dispositivos de mediação, há dois aspetos que se mantêm: ontem como hoje, um fenómeno como o do *incêndio do Chiado* iria suscitar a mesma atenção dos jornalistas e iria atrair, durante semanas, as emoções dos públicos, que seguiriam com redobrada atenção as múltiplas narrativas que os *media* lhes ofereceriam. Já não só as narrativas em papel e tinta, mas outras, múltiplas, fluidas, diversas e de diferentes proveniências.

Referências bibliográficas

Arquembourg, J. (2011). *L'événement et les médias. Les récits médiatiques des tsunamis et les débats publics (1755-2004)*, Paris, Édition des Archives contemporaines.

Babo, I. (2013). O acontecimento e os seus públicos. *Comunicação e Sociedade*, vol. 23, 218-235.

Barthes, R. (2007). *Mitologias*. Lisboa: Ed. 70.

Bird, E. & Dardenne, R. (1993). "Mito, registo e 'estórias': explorando as qualidades narrativas das notícias". In: Traquina, N. (1993). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, pp. 263-277.

Charaudeau, P. (2011). *Les médias et l'information. L'impossible transparence du discours*. 2.ªed. Bruxelas: de Boeck.

Charaudeau, P. (1997). *Le discours d'information médiatique. La construction du miroir social.* Paris: Nathan.

Correia, J. C. (2011). *O Admirável Mundo das Notícias. Teorias e Métodos*. Covilhã: LabCom.

Costa, F. S. & Valente, F. (2015). *O Independente. A Máquina de triturar políticos*. 3.ª ed. Lisboa: matéria. prima edições.

Cunha, A., Ricardo, F., Pratas, J. C. & Ochôa, R. (2013). *O Grande Incêndio do Chiado 1988*. Lisboa: CML / Tinta da China.

Cunha, I. F. (2012). *Análise dos Media*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Figueira, J. (2012). *O essencial sobre a imprensa portuguesa (1974-2010).* Coimbra: Angelus Novus.

Fulton, H. et al. (2005). *Narrative and Media*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 218-244.

Galtung, J. e Ruge, M. (1965). "The Structure of Foreign News". *Journal of International Peace Research*, Vol. 1, 64-91.

Katz, E. (1993). Os acontecimentos mediáticos: o sentido de ocasião. In: Traquina, N. (1993). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, pp. 52-60.

Lemos, M. M. (2006). *Jornais Diários Portugueses do Século XX. Um dicionário*. Coimbra: Adriadne Editora / CEIS20.

Lopes, J. M. A. & Cunha, L. (2016). Incêndios urbanos na zona antiga da Figueira da Foz. Uma contribuição para avaliação da suscetibilidade, da vulnerabilidade e do risco. In: Lourenço, L. (Coord.). *Geografia, Paisagem e Riscos. Livro de Homenagem ao Prof. Doutor António Pedrosa*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 283-302.

Lule, J. (2001). *Daily News, Eternal Stories. The Mythological Role of Journalism*. New York / London: The Guilford Press.

Martins, P. (2018). *O Bairro dos jornais. As histórias que marcaram o Bairro Alto e os seus jornais*. Lisboa: Quetzal Editores.

Mercier, A. (2006). Logiques journalistiques et lecture événementielle des faits d'actualité. *Hermès, la Revue*, n.º 46, 23-35.

Molotoch, H. & Lester, M. (1993). As notícias como procedimento intencional. In: Traquina, N. (1993). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. (****) Lisboa: Vega.

Mouillaud, M. e Tétu, J.-F. (1989). *Le Journal Quotidien* Lyon: Presses Universitaires de Lyon.

Nobre-Correia, J. (2018). *Teoria da Informação Jornalística*. Coimbra: Almedina.

Oliveira, J. M. P. (1992). A integração europeia e os meios de comunicação social. Análise Social, vol. XXVII, 995-1024.

Rocha, J. M. (1998). *O essencial sobre a imprensa em Portugal*. Lisboa: IN-CM.

Rodrigues, A. D. (1993). O acontecimento. In: Traquina, N. (1993). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. (pp. 27-33) Lisboa: Vega.

Sales, C. (1992). Événement et journalisme. *Mélanges de l'école française de Rome*, tome 104, n.º1, 151-160.

Sini, L. (2015). Événements, discours, médias: réflexions à partir de quelques travaux récents. *Argumentation et Analyse du Discours* [Online], 14 | 2015. Disponível em: http://aad.revues.org/1912 (consultado em 7 de julho de 2018).

Traquina, N. (1993). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega.

Traquina, N. (2002). *Jornalismo*. Lisboa: Quimera.

Vilela, J. S. & Fernandes, P. (2016). *LX80. Lisboa entra numa nova era*. Lisboa: D. Quixote.

Reis, C. e Lopes, A. C. (2011). *Dicionário de Narratologia*. 7.ª ed. Coimbra: Almedina.

RTP, https://arquivos.rtp.pt/conteudos/1988-incendio-no-chiado/

RTP, "Agora nós" http://media.rtp.pt/agoranos/artigos/grande-incendio-no-chiado-aconteceu-ha-29-anos

Sales, C. (1992). Événement et journalisme. Mélanges de l' École Française de Rome, tome 104, N.º1, 151-160.

Santos, R. (2006). *Jornalistas e Fontes de Informação. A sua relação na perspetiva da sociologia do jornalismo*. Coimbra: MinervaCoimbra.

Schudson, M. (1993). A política da forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão. In: Traquina, N. (org). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, pp. 278-293.

Serra, P. (2006). Cataclismos e catástrofes: reflexões acerca da relação entre sistema político e sistema mediático. In: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-cataclismos-catastrofes.pdf (consultado em 26 de julho de 2018).

Serrano, R. et al. Expresso 40 anos: Portugal era um país cor de cinza. Disponível em: http://expresso.sapo.pt/site_expresso_40_anos/expresso-40-anos-portugal-era-um-pais-cor-de-cinza=f777971#gs.G1wf_mI

Stephens, M. (1988). *A History of News*. Nova Iorque: Penguin Books.

Tuchman, G. (1978/2001). As notícias como realidade construída. In: Esteves, J. P. (Org.). *Comunicação & Sociedade*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 91-104.

Tuchman, G. (1976/1993). Contando 'estórias'. In: Traquina, N. (Org). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, pp. 258-262.

Vallejo, F. (2010). *Incêndio no Chiado*. Lisboa: Quetzal.

Van Dijk, T. (1997). *La Ciencia del Texto*. 5ªed. Barcelona: Paidós.

Wolf, M. (1987). *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.

Corpus de Análise:

Correio da Manhã, 1988 (26/08 a 31/08)

Diário de Lisboa, 1988 (25/08 a 31/08)

Diário de Notícias, 1988 (26/08 a 31/08)

Expresso, 1988 (28/08 e 3/09)

O Independente, 1988 (27/08 e 2/09)

SÉRIE
ESTUDOS CINDÍNICOS

Títulos Publicados:

1 *Incêndios em Estruturas. Aprender com o Passado;*

Volume em publicação:

2 *Educação para a Redução dos Riscos;*

3 *Metodologia de Análise de Riscos através de Estudos de Casos;*

4 *Riscos Hidrometeorológicos;*

5 *Pluralidade na Diversidade de Riscos;*

Tomos em preparação:

6 *Risco Sísmico - Aprender com o Passado;*

7 *Geografia dos Incêndios Florestais. 50 anos de Incêndios a queimar Portugal*;

8 *Efeitos dos Incêndios Florestais nos Solos de Portugal.*

9 *Floresta, Incêndios e Educação;*

10 *Redução do Risco e Educação.*

Luciano Lourenço é doutorado em Geografia Física, pela Universidade de Coimbra, onde é Professor Catedrático.

É Diretor do NICIF - Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Presidente da Direção da RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança.

Exerceu funções de Diretor-Geral da Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais, Presidente do Conselho Geral da Escola Nacional de Bombeiros e Presidente da Direção da Escola Nacional de Bombeiros.

Consultor científico de vários organismos e de diversas revistas científicas, nacionais e estrangeiras, coordenou diversos projetos de investigação científica, nacionais e internacionais, e publicou mais de mais de três centenas de títulos, entre livros e capítulos de livro, artigos em revistas e atas de colóquios, nacionais e internacionais.

Em exercício de funções como Comandante do Regimento de Sapadores Bombeiros (RSB), unidade orgânica da Câmara Municipal de Lisboa, desde 25 de novembro de 2013, o Tenente-Coronel Pedro Patrício, é licenciado em Ciências Militares e em Engenharia da Proteção Civil, pós-graduado em Direito e Segurança e em Gestão de Informação.

Para além dos cursos decorrentes da sua formação militar, frequentados no Instituto Superior Militar, Academia Militar e Escola da Guarda Nacional Republicana, concluiu ainda um conjunto de cursos de formação na área da gestão pública e da proteção civil, dos quais se destaca: Formação Avançada para Dirigentes na Administração Pública; Curso de Princípios de Projeto de Segurança Contra Incêndios, baseado no desempenho, Curso de Análise de Incêndios e Fogo de Supressão, Curso de Primeira Intervenção em Proteção e Socorro, integrados no Programa de Formação de Proteção Civil da União Europeia: Curso de Avaliação de Missões, Curso de Gestão Operacional e Curso de Introdução ao Mecanismo Comunitário.

Antes de ser nomeado para o Cargo de Comandante do RSB, desempenhou, ao longo da sua carreira funções de chefia e de comando na Guarda Nacional Republicana. Em instituições externas desempenhou funções, entre outras, na Organização das Nações Unidas (ONU) como Assessor do Diretor Nacional da Proteção Civil de Timor Leste, na Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) como Chefe de Gabinete do Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil e Diretor da Unidade de Gestão Técnica da Direção Nacional de Bombeiros; no Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil (SNBPC) como Chefe de Divisão de Vigilância e Alerta, do Comando Nacional de Operações de Socorro.

ISBN 978-989-20-8918-8

RISCOS

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DE RISCOS, PREVENÇÃO
E SEGURANÇA

estudos
CINDÍNICOS